



Universidade de Brasília  
Instituto de Letras  
Departamento de Teoria Literária e Literaturas

**A escrita autobiográfica trans como estratégia de resistência e organização:  
vaga-lumes na escuridão de nosso tempo**

Leocádia Aparecida Chaves

Orientador: Prof. Dr. Rogério da Silva Lima

Brasília  
2021

Leocádia Aparecida Chaves

**A escrita autobiográfica trans como estratégia de resistência e organização:  
vaga-lumes na escuridão de nosso tempo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Doutora em Literatura

Orientador: Prof. Dr. Rogério da Silva Lima

Brasília

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC512e Chaves, Leocádia Aparecida  
A escrita autobiográfica trans como estratégia de  
resistência e organização: vaga-lumes na escuridão de nosso  
tempo / Leocádia Aparecida Chaves; orientador Rogério da  
Silva Lima. -- Brasília, 2021.  
155 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Literatura) --  
Universidade de Brasília, 2021.

1. Identidade trans. 2. Autobiografia trans. 3. Regime  
de exceção cisheteronormativador. 4. Cuierlombismo. 5.  
Política de memória. I. da Silva Lima, Rogério, orient. II.  
Título.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Literatura.

Área de Concentração: Literatura e Práticas Sociais

Linha de Pesquisa: Estudos Literários Comparados

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rogério da Silva Lima  
(Presidente)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cíntia Carla Moreira Schwantes  
(Membro)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Amara Moira  
(Membro externo)

Prof. Dr. Fernando Fábio Fiorese Furtado  
(Membro externo)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Aparecida Caixeta  
(Suplente)

*Eu, como ser de muitos séculos,  
Como as escritas dos analfabetos,  
Escrevendo, em mim  
Palavras de liberdade.*

Bruno Santana, *Amar Devagarinho* (2018)

## **Agradecimentos**

Encerro esta odisseia em débito com uma multidão de pessoas, dentre elas as que têm feito de suas existências meio de produção de conhecimento vigorosamente capaz de nos interpelar quanto ao mundo perverso em que vivemos. De modo particular e muito especial, aos dissidentes de gênero, que para além de toda a produção epistemológica, têm lutado para existir. Uma dívida impagável e fundamental para que eu pudesse realizar este trabalho – de minha inteira e exclusiva responsabilidade.

Agradeço também à gestão da Fundação Universidade de Brasília, 2017-2020, nas pessoas da Decana de Extensão e da Reitora, que autorizaram a minha licença para o doutoramento; aos Professores Dr. Rogério da Silva Lima, meu orientador, que acolheu corajosamente este projeto, confiando em sua execução; Dra. Cíntia Carla Moreira Schwantes, uma importante interlocutora que, generosamente, apostou nesta pesquisa ainda em fase embrionária; Dra. Amara Moira, cuja pesquisa e discussão relativa à literatura de autoria trans é uma referência para este estudo; ao saudoso Dr. Wilton Barroso (*in memoriam*), a quem devo a indagação motora desta tese: *qual conhecimento posso acessar nessas obras?*; às professoras e ao professor que aceitaram fazer parte da banca examinadora desta tese; à Dra. Tatiana Lionço da FAC/UnB, quem me levou a pensar sobre o meu “lugar de fala” e as minhas possibilidades de contribuição a partir deste ponto de partida; a todas as professoras e aos professores do TEL/UnB com quem tive o privilégio de me formar; à Márcia Souto, atenta e exigente interlocutora responsável pelo trabalho de revisão deste texto; aos diversos Grupos de Pesquisa vinculados ao TEL/UnB, em particular o Grupo de Pesquisa Epistemologia do Romance e o Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea, que me permitiram diferentes voos pela literatura e pela vida; aos colegas da UnB e de tantas outras instituições, com quem venho tecendo reflexões e amizade; à minha eterna Mestra, Dra. Maria Nazaré Soares Fonseca, que desde muito antes me apresentou “o caminho das pedras”; ao Júnior e ao Manoel, que, de formas diferentes, estimularam e apoiaram esta jornada que também diz sobre nossas formas de existir uns para os outros.

## Resumo

O objetivo central desta tese é discutir a escrita autobiográfica de pessoas transgêneras no Brasil, de 1982 a 2019, data-limite da pesquisa, a partir do conceito “cuíerlombismo”. Este conceito vai me permitir pensar o *corpus* deste trabalho, composto de quatorze obras – doze individuais e duas coletivas –, a partir de uma perspectiva de organização e resistência, pois produzidas por quem, à revelia de um regime identitário cisheteronormativador compulsório e por isso opressor, (re)existe física, subjetiva e literariamente (nascimento, 2018a, 2018b; JESUS, 2013a). Trata-se de uma abordagem que me autoriza reconhecer no gesto individual do “arquivar-se” (ARTIÈRES, 1998) o agenciamento de uma coletividade trans. Assim, sujeitos e sujeitas historicamente narrados – de forma patologizada por compêndios psiquiátricos; invisibilizados ou estigmatizados, via de regra, pela escrita literária cisgênera; criminalizados e desrespeitados pelos noticiários da imprensa e pelo Estado –, nesta tese serão “ouvidos” (MOMBAÇA, 2015) como narradores e narradoras radicais (hooks, 2019a), pois desnudadores dos mecanismos de opressão, produtores de narrativas de autoidentificação e autovalorização (COLLINS, 2019) bem como reivindicadores de direitos violados; uma produção/ocupação abrigo para uma comunidade de partilha e de afeto (nascimento 2018a, 2018b; COLLINS, 2019; hooks, 2019a, 2019b). O “arquivar-se” manifesta-se, neste estudo, como elemento para uma política de memória urgente e necessária mediante as múltiplas políticas de extermínio para suas vidas em nosso país (HALBWACHS, 1990). A minha arquitetura de abordagem é estruturada sob dois vieses: 1) apresentar os narradores e as narradoras como agentes de (trans)formação, pois produtores e produtoras de saber (re)existir num regime de extermínio – luta, luto, vida (BUTLER, 2015) – bem como 2) sujeitas e sujeitos interpeladores quanto a nossa corresponsabilidade neste regime de exceção: vagalumes no escuro de nosso tempo (BUTLER, 2018; DIDI-HUBERMAN, 2014).

Palavras-chave: Identidade trans. Autobiografia. Regime de exceção cisheteronormativador. Cuíerlombismo. Política de memória.

## Abstract

The main purpose of this dissertation is to discuss, based on the concept of “cuíeralombismo”(queerlombismo), the autobiographical writings of transgender people in Brazil, from 1982 to 2019. This concept made possible to consider the corpus of this research, composed of fourteen works – twelve individual works and two collective ones – from a perspective of organization and resistance, as they have been produced by those who, despite the compulsory CIS heteronormative regime, therefore an oppressive one, exist and resist, physically, emotionally and subjectively (nascimento, 2018a, 2018b; JESUS, 2013a). This approach authorizes the recognition in the individual gesture of making an archive of themselves (ARTIÈRES, 1998) as the agency of a trans collectivity. Thus, historically narrated subjects – in a pathologized way by psychiatric compendiums; unseen or stigmatized, as a general rule, by literary cisgender writings; criminalized and disrespected by the Press and the State – will be heard (MOMBAÇA, 2015) as radical narrators (hooks, 2019a). Narrators undressed of all mechanisms of oppression, producers of narratives of self-identification and self-valorisation (COLLINS, 2019) as well as claimants of violated Rights; a production that acts as a shelter for a community of sharing and affection (nascimento 2018a, 2018b; COLLINS, 2019; hooks, 2019a, 2019b). The act of creating an archive of themselves constitutes, in this study, as an element for an urgent and much needed politics of memory, considering the multiple forms of extermination of transgender lives in our country (HALBWACHS, 1990). Two paths structure our study: 1) to present narrators as agents of (trans)formation, as they are knowledgeable in surviving and living in a regime of extermination – war, grief, life (BUTLER, 2015) – as well as 2) subjects who interpellate us in our co-responsibility in this regime of exception: fireflies in the darkness of our times (BUTLER, 2018; DIDI-HUBERMAN, 2014).

Keywords: Trans identity. Autobiography. Regime of exception. CIS heteronormative. Cuíeralombismo. Queerombismo. Politics of memory.

## Resumen

El objetivo central de esta tesis de doctorado consiste en discutir la escritura autobiográfica de personas transgéneras en Brasil de 1982 a 2019, fecha-límite de la investigación, a partir del concepto “*cuérlombismo*”. Dicho concepto, cuñado por la investigadora brasileña tatiana nascimento, me permite pensar el *corpus* del trabajo, el cual se compone de catorce obras — doce individuales y dos colectivas —, desde una perspectiva de organización y resistencia. Las obras se produjeron por quienes, al margen de un régimen de identidad cisheteronormativador obligatorio y, por ello, opresor, (re)existen física, subjetiva y literariamente (nascimento, 2018a, 2018b; JESUS, 2013a). Se trata de un abordaje que me autoriza el reconocimiento, en el gesto individual del “archivarse” (ARTIÈRES, 1998), del agenciamiento de una colectividad trans. Así pues, sujetos y sujetas históricamente narrados patológicamente por compendios estigmatizados, generalmente, por la escritura literaria cisgénera; y criminalizados e irrespetados por los noticieros de la prensa y por el Estado, en esta tesis serán “escuchados” (MOMBAÇA, 2015) como narradores y narradoras radicales (hooks, 2019a). Son ellos desnudadores de los mecanismos de opresión, productores de narrativas de autoidentificación y autovalorización (COLLINS, 2019), así como reivindicadores de derechos violados; una producción/ocupación-albergue para una comunidad de reparto y afecto (nascimento 2018a, 2018b; COLLINS, 2019; hooks, 2019a, 2019b). El “archivarse” se manifiesta, en este estudio, como elemento para una política de memoria urgente y necesaria para sus vidas en Brasil (HALBWACHS, 1990). Mi arquitectura de abordaje se estructura bajo los dos siguientes sesgos: 1) presentar las narradoras y los narradores y como agentes de (trans)formación, pues productoras y productores de saber (re)existir en un régimen de exterminio — lucha, luto, vida (BUTLER, 2015) —, así como 2) sujetas y sujetos interpelantes en cuanto a nuestra corresponsabilidad en este régimen de excepción: luciérnagas en lo oscuro de nuestro tiempo (BUTLER, 2018; DIDI-HUBERMAN, 2014).

Palabras clave: Identidad trans. Autobiografía. Régimen de excepción cisheteronormativador. *Cuérlombismo*. Política de memória.

## **Lista de abreviaturas e siglas de obras literárias**

EP - *Erro de pessoa: Joana ou João?*: o depoimento de um transexual brasileiro que, nascido mulher, finalmente se realizou como homem

ESFP - *E se eu fosse puta*

ET - *Eu trans – A alça da bolsa* :relatos de um transexual

LAP - *Liberdade ainda que profana*

MNA - *Meu nome é Amanda* : #trans#mandycandy#youtube

NBNL - *Nem tão bela, nem tão louca*

NT - *Nós, trans*: escrituras de resistência

TAR - *Trinta anos de reclusão e as memórias de Porcina D’Alessandro*

VS - *Viagem solitária* : memórias de um transexual trinta anos depois

VT - *Vidas Trans*: a coragem de existir

# Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO: UMA CENA DE INTERPELAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 GOTA D'ÁGUA? .....	12
1.2 EM BUSCA DE UM <i>CORPUS</i> .....	17
1.3 A LITERATURA DE AUTORIA TRANS COMO UMA FACE DA LITERATURA BRASILEIRA.....	20
1.4 SOB O IMPÉRIO DE UM <i>CORPUS</i> , O DESENHO DA JORNADA .....	23
<b>2 A ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA TRANS COMO UMA OCUPAÇÃO CUÍERLOMBISTA.....</b>	<b>28</b>
2.1 A EXCREÇÃO DENTRO DO CÁLCULO .....	28
2.2 O CÁLCULO A PARTIR DO CUÍERLOMBISMO AUTOBIOGRÁFICO .....	30
2.3 CUÍERLOMBISTAS PORQUE CONTEMPORÂNEOS .....	37
2.4 NA TENTATIVA DE UMA “ESCUTA” ANTI-EPISTEMICIDA, OS MODOS DESTA JORNADA.....	39
<b>3 FURANDO O BLOQUEIO: AS PRIMEIRAS ESCRITAS NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (DE 1982 A 1985) .....</b>	<b>41</b>
3.1 ANDERSON HERZER, JOÃO W. NERY, LORYS ÁDREON: A CORAGEM DE DIZER .....	42
3.2 <i>A QUEDA PARA O ALTO</i> (1982), DE ANDERSON HERZER .....	49
3.3 <i>ERRO DE PESSOA: JOANA OU JOÃO?</i> : O DEPOIMENTO DE UM TRANSEXUAL BRASILEIRO QUE, NASCIDO MULHER, FINALMENTE SE REALIZOU COMO HOMEM (1984), DE JOÃO W. NERY .....	53
3.4 <i>MEU CORPO, MINHA PRISÃO</i> : AUTOBIOGRAFIA DE UM TRANSEXUAL (1985), DE LORYS ÁDREON .....	57
<b>4 SOB OS AUSPÍCIOS DA DEMOCRACIA, EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO NARRAR-SE TRANS (1998- 2008) .....</b>	<b>62</b>
4.1 RUDDY PINHO (1998, 2007) E CLAUDIA WONDER (2008): PELA AUTOAFIRMAÇÃO.....	63
4.2 RUDDY, <i>A MARAVILHOSA</i> .....	68
4.2.1 <i>LIBERDADE AINDA QUE PROFANA</i> (1998) .....	69
4.2.2 <i>NEM TÃO BELA, NEM TÃO LOUCA</i> (2007) .....	74
4.3 CLAUDIA WONDER EM <i>OLHARES DE CLAUDIA WONDER</i> : CRÔNICAS E OUTRAS HISTÓRIAS (2008) .....	79
<b>5 NO CONTEXTO DE RECESSÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA, A PAUTA DOS DIREITOS HUMANOS NA EXPANSÃO CUÍERLOMBISTA TRANS (2011-2019) .....</b>	<b>84</b>
5.1 SOB A RECESSÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA, O AVANÇO DA OCUPAÇÃO CUÍERLOMBISTA .....	85
5.2 PELO DIREITO À PARENTALIDADE EM <i>VIAGEM SOLITÁRIA</i> : MEMÓRIAS DE UM TRANSEXUAL TRINTA ANOS DEPOIS (2011), DE JOÃO W. NERY.....	91
5.3 PELO DIREITO AO PERTENCIMENTO COMUNITÁRIO EM <i>EU TRANS – A ALÇA DA BOLSA</i> : RELATOS DE UM TRANSEXUAL (2014), DE JÔ LESSA .....	94
5.4 PELO DIREITO À INTIMIDADE EM <i>MEU NOME É AMANDA</i> (2016), DE AMANDA GUIMARÃES .....	97
5.5 PELO DIREITO AO AFETO EM <i>E SE EU FOSSE PUTA</i> (2016), DE AMARA MOIRA .....	100
5.6 PELO DIREITO À DESPATOLOGIZAÇÃO EM <i>VIDAS TRANS: A CORAGEM DE EXISTIR</i> (2017), DE AMARA MOIRA, MÁRCIA ROCHA, JOÃO W. NERY E T. BRANT .....	102
5.7 PELO DIREITO À INFÂNCIA EM <i>NÓS, TRANS</i> : ESCRIVÊNCIAS DE RESISTÊNCIA (2017) .....	107
5.8 PELO DIREITO AO ASPECTO FÍSICO DA ESTÉTICA HUMANA, EM <i>TRINTA ANOS DE RECLUSÃO E AS MEMÓRIAS DE PORCINA D’ALESSANDRO</i> (2017) .....	112
5.9 PELO DIREITO AO ENVELHECER, EM <i>VELHICE TRANSVIADA</i> : MEMÓRIAS E REFLEXÕES (2019), DE JOÃO W. NERY ..	115
<b>6 <i>CORPUS</i> BEM DITO! .....</b>	<b>118</b>
6.1 UM ARQUIVO EM CONSTITUIÇÃO .....	119
6.2 SOBRE AS (IM)POSSIBILIDADES DE UM ESSENCIAL EM COMUM.....	122
6.3 DEVER DE MEMÓRIA, POLÍTICA DE MEMÓRIA .....	125

6.4 PORQUE O CORPO NÃO PERMANECE(RÁ) EM SEU PRÓPRIO LUGAR .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: VAGA-LUMES NO ESCURO DO NOSSO TEMPO .....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>149</b>

## 1 Introdução: uma cena de interpelação

*Se o “eu” e o “tu” devem existir previamente, e se é necessário um quadro normativo para esse surgimento e encontro, então a função das normas não é só direcionar minha conduta, mas também condicionar o possível surgimento de um encontro entre mim mesmo e o outro.*

*Quem eu poderia ser para mim mesma?, devo também perguntar “Que lugar existe para um ‘eu’ no regime discursivo em que vivo?” E “Que modos de considerar o si-mesmo foram estabelecidos com os quais eu possa me envolver”?*

Judith Butler, *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2013)

## 1.1 Gota d'água?

O gérmen desta tese, acredito, nasceu por volta de 2012, quando no ambiente de trabalho, na Universidade de Brasília, passei a conviver com uma mulher transgênera<sup>1</sup> (a partir de agora, usarei a abreviatura trans) – fato inédito na minha vida pessoal e profissional, até então.

Uma experiência fraturadora de mim mesma, pois, só a partir dela, é que fui levada a colocar em xeque “verdades” estigmatizantes<sup>2</sup> – e por isso letais – para a população trans em nossa sociedade, as quais desde sempre tive acesso e jamais havia questionado. Verdades que vêm determinando, como salienta Jorge Leite Júnior (2012), que essa parcela de nossa população seja um dos grupos sociais que, atualmente, mais causam repulsa, medo, ódio e, ao mesmo tempo, curiosidade, espanto e desejo.

Uma convivência que igualmente me levou a questionar as “verdades” sobre a minha própria identidade de gênero como mulher cisgênera<sup>3</sup> (a partir deste momento, usarei a

---

<sup>1</sup> Manejarei nesta tese o conceito transgênera, transgênero (abreviatura trans) como abrigo para identificar identidades de gênero que cruzam a fronteira do padrão estabelecido historicamente pelos poderes colonizadores para identidade e/ou expressões de gênero. A terminologia foi aportada no Brasil quando da aproximação dos movimentos sociais nacionais com os internacionais, por volta de fins dos anos de 1990. Um termo que, embora não tenha sido incorporado como “identidade” pelos movimentos sociais, tem sido amplamente usado ora como “guarda-chuva” para uma multiplicidade de identidades trans, ora como uma referência identitária. No entanto, quando estiver me referindo a processos específicos de transição identitária, tratarei da identidade avocada pelos “narradores” que, no caso desta tese, também orbitará em torno da identidade travesti e transexual. Quanto à travesti, de um modo geral, diz respeito a pessoas que se autorreconhecem como mulheres independentemente de cirurgias de redesignação sexual. Quanto à transexual, ocorre tanto do masculino para o feminino, portanto, mulher transexual; quanto do feminino para o masculino, homem transexual. Esta terminologia é muito vinculada às construções discursivas médicas sobre transição de gênero e, por isso, rejeitada, na contemporaneidade, por uma parte da população trans ativista em nosso país. Saliento ainda que há pessoas que se reconhecem trans não-binárias, uma vez que seus processos de autorreconhecimento rompem com o binarismo de gênero; ou seja, como não masculinas e não femininas pelos padrões estabelecidos pela cisheteronormatividade. (JESUS, 2012a; CARVALHO, CARRARA, 2013; LANZ, 2015).

<sup>2</sup> Erving Goffman (1988), ao discutir as normas de identidade social na sociedade contemporânea, apresenta um quadro relacional e hierárquico. Uma análise que nos permite visualizar que, se há identidades reconhecidas pelo *status quo* como “normais”, em contraposição, há as reconhecidas como desviantes. Quanto às classificadas como desviantes, são encapsuladas em qualificativos, tributos depreciativos; portanto, deterioradas, desacreditáveis: estigmatizadas.

<sup>3</sup> O conceito de identidade cisgênera ou cisgênero advém do conceito de cisgeneridade, cunhado em fins dos anos de 1990, para identificar a identidade de gênero de pessoas que se reconhecem no gênero atribuído de forma compulsória ao nascimento; ou seja, uma identidade de gênero fundada na fisiologia: se nascido com genitália peniana, homem; se nascida com genitália vaginiana, mulher (VERGUEIRO, 2018). Importante destacar que o uso desse termo na identificação de pessoas não-transgêneras é de suma importância para o debate sobre o direito à subjetividade identitária, uma vez que coloca em questão a identidade de gênero estabelecida como padrão – a cisgênera – também como fruto de uma construção. Como discute Amara Moira Rodvalho no ensaio “O cis pelo trans” (2017): “A nomeação daquilo que seria não-trans, não-nós, surge duma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem que ver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são, ao falarem de nós, dado que são essas as pessoas majoritariamente que falam de nós, por nós: se lhes damos um nome, ‘cis’, é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que, hoje, começa a nos deixar existir” (n/p).

abreviatura cis) e a minha sexualidade<sup>4</sup>. Mas não só. Além. Levou-me a indagar como eu mesma tenho sido agente de opressão neste sistema identitário que vem determinando quais vidas merecem viver e quais não.

Tal convivência, de largada, levou-me a constatar que tanto ela, a minha colega de trabalho, como eu nos encontramos “armadilhadas” pelo mesmo padrão identitário biologizante e binarista quanto ao gênero e à sexualidade, calcado, como demonstra Judith Butler (2017), numa simetria matemática reducionista e violentadora de nossas subjetividades, uma vez que

O gênero só pode denotar uma unidade de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja (p. 52).

Esta “verdade” vem sendo reconhecida por estudiosas e estudiosos de diversas áreas de conhecimento como um dispositivo de poder – o da sexualidade – que, manejado por um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, vem “formatando” nossos corpos, nossos desejos, em nossas sociedades patriarcais (FOUCAULT, 2000). Portanto, como dispositivo de poder, conforme demonstra Agamben (2009), se consolida em rede, pois voltado para nos “produzir”, capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar gestos e discursos, condutas e opiniões. Uma rede que, ao fim e ao cabo, vem se formando e conformando, aqui no Brasil, há pelo menos quinhentos anos e que ainda na contemporaneidade se mantém firme para garantir a supremacia cisgênera heterossexual: pilar do sistema<sup>5</sup> capitalista sexista (VERGUEIRO, 2015; LUGONES, 2014).

---

<sup>4</sup> Registra-se que a orientação sexual em nosso país tem sido historicamente construída e concebida pelo Estado patriarcal a partir da naturalização da matriz heterossexual, ou seja, sob o paradigma de que o desejo afetivo e/ou sexual só deve ser reconhecido como normal, saudável, se destinado ao gênero oposto. No entanto, respeitando-se aos processos constitutivos do desejo afetivo e/ou sexual humano têm-se constituído outros arranjos para essa vivência como por meio da homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade, entre outras formas. (LUGONES, 2014; BUTLER, 2017; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019). Importante ressaltar que tanto o padrão naturalizador de gênero, quanto da orientação sexual, via de regra, ainda têm sido pensados e discutidos a partir do binarismo, o que não contempla as múltiplas formas de ser viver a identidade de gênero tampouco a sexualidade humana (VERGUEIRO, 2015).

<sup>5</sup> Viviane W. Vergueiro (2015), ao discutir o *modus operandi* de dominação do colonizador europeu na América, desnuda como o sexismo – estereótipos e atribuição de valor, poder ao gênero masculino e feminino – fundou o patriarcado. A partir dessa discussão, traz ao debate o conceito de cissexismo, operador potente para que possamos desnudar os mecanismos de opressão da cisgeneridade sexista sobre aqueles reconhecidos como divergentes da norma. A partir dessa compreensão, refere-se às estruturas de poder, usando em corruptela a denominação “cistema” na grafia com c, que tomo como referência nesta tese. Um cistema que têm produzido e

Para apenas dimensionarmos os modos de constituição dessa rede de poder em nossa sociedade, destaco aqui o discurso religioso, o científico e o jurídico, que historicamente têm produzido “verdades” sobre a identidade sexual e de gênero e, por esse meio, organizado um sistema de opressão identitária sobre todas e todos nós, mas, de modo especial, sobre aqueles e aquelas que se rebelam frontalmente contra tal verdade, como demonstrarei.

Quanto ao discurso religioso, estruturado pela Igreja Católica no projeto colonizatório, produziu noções de pecado estranhas ao mundo aqui encontrado, garantindo a formação de um olhar pornográfico sobre o que quer que fosse contrário à “verdade” bíblica para os papéis sexuais (SEGATO, 2012). Como parte de sua engrenagem de poder, disseminou, por múltiplas formas, mecanismos de punição a todo aquele e aquela que fosse divergente do padrão estabelecido como natural-santificado para os papéis de gênero e sexualidade (TREVISAN, 2018). Um “olhar” que, 500 anos depois, continua assustadoramente em confirmação em nossa sociedade, o que se visualiza, por exemplo, por meio de um fundamentalismo cristão<sup>6</sup> com expressiva representação nas instâncias de poder do Estado brasileiro (LIONÇO, 2018a).

Para “ilustrar” o impacto desse discurso em nosso imaginário social, registro os modos como Quelly da Silva – uma jovem travesti – foi exterminada por Caio Santos de Oliveira – homem cisgênero –, em 21 de janeiro de 2019, e como o autor do crime o enuncia. “Ele era um demônio, eu arranquei o coração dele. É isso. Não era meu conhecido. Conheci ele à meia-noite”, disse o assassino<sup>7</sup>.

Essa narrativa ferozmente revela a distância entre a garantia do direito a existir a partir do autorreconhecimento estabelecida pelo STF em 2018<sup>8</sup> e a prática social em nosso país em relação a esse direito. Um fato que não se revela como exceção, de acordo com o relatório da OEA (2015), uma vez que, via de regra, atos de violência contra pessoas lésbicas, gays,

---

(re)criado múltiplas práticas e discursos de aversão e minorização dessas pessoas, o que explica o quadro de extrema vulnerabilidade a que estão submetidas.

<sup>6</sup> Para aprofundar, consultar Tatiana Lionço *et al.* (2018b) e Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017).

<sup>7</sup> G1 CAMPINAS E REGIÃO. Promotor fala em crime de ódio ao denunciar rapaz que tirou coração de transexual em Campinas. *G1 – O portal de notícias da Globo*. 29 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/29/promotor-fala-em-crime-de-odio-ao-denunciar-rapaz-que-tirou-coracao-de-transexual-em-campinas.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2019.

<sup>8</sup> Em 2018, o Supremo Tribunal Federal, por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, reconheceu o direito de alteração do prenome e gênero no registro civil via procedimento cartorial, sem a necessidade de realização de cirurgia de mudança de sexo, ato ou laudos médicos e psicológicos. Reconhecendo, portanto, a partir do princípio constitucional da garantia da dignidade humana, o direito ao autorreconhecimento identitário. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em: 10 abr. 2018. Essa conquista, segundo Jaqueline Gomes de Jesus – na matéria “Militantes trans e travestis comemoram decisão do STF”: “Genitália não nos define”, do *site Nlucon*, em 4 de dezembro de 2018 –, pode ser lida como uma decisão histórica e é o primeiro passo para a cidadania trans, reivindicação que vem de uma caminhada histórica do movimento trans brasileiro e internacional.

bissexuais e trans (LGBT) evidenciam altos níveis de selvageria e crueldade em nosso país. Um crime que guarda o poder letal de reatualizar em nossa sociedade os discursos sobre “legitimidade” identitária e nesta medida desumanizar a diferença (SILVA, T., 2014). Portanto, um crime que “[...] nos permite concluir que muitos preconceitos morais que hoje são percebidos como próprios do ‘costume’ ou da ‘tradição’ sejam [...] oriundos do padrão criado pela colonial/modernidade” (SEGATO, 2012, p. 126).

Uma “verdade” fundamentada pelo discurso científico na biologização da identidade de gênero e da sexualidade desde o século XIX (CASTEL, 2001), mas também em xeque desde fins do XX (BUTLER, 2017). Uma “lógica” que tem estabelecido que, se um corpo peniano: homem; se um corpo vaginiano: mulher; ou seja, cisgêneros. Como consequência dessa ontologização das existências masculina e feminina, tem-se a confirmação da heterossexualidade como a orientação sexual “normal”, “natural” (BUTLER, 2017), e uma compreensão da vivência de gênero e sexualidade fortemente vinculada ao padrão reprodutivo<sup>9</sup> genesiano bíblico<sup>10</sup> (LIONÇO *et al.*, 2018b).

Quanto ao discurso jurídico, a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus, no ensaio “Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio” (2013a), discute de forma sistêmica como a existência de normativas centradas na cisgeneridade e na heterossexualidade ou ausência de leis e/ou normativas protetivas para a diferença identitária, nas últimas décadas, de 1970 a 2010, têm sido húmus para a conformação de um regime de genocídio para essa população em nosso país. Um “quadro de guerra” que se manteve fortemente consolidado, até meados de 2018-2019<sup>11</sup>, revelando um estado de exceção

---

<sup>9</sup> Importante destacar que na contemporaneidade a biotecnologia bem como as correntes de pensamento científico pós-estruturalistas – como o transfeminismo – já comprovaram que não dependemos mais da fórmula biologizada: homem peniano + mulher vaginiana para a reprodução humana. No entanto, para a manutenção do patriarcado, é fundamental que essa fórmula continue, ao menos discursivamente, em vigência, pois garantidora de toda uma estrutura de poder e dominação cisheterossexista. Dessa forma, quando as identidades inconformes se afirmam como existências vivíveis bem como passíveis de reprodução por meio da biotecnologia e/ou quebra de paradigmas quanto a “corpos naturalizados” para tal, se tornam ameaçadoras do *status quo* (PRECIADO, 2014).

<sup>10</sup> Para compreender como a sexualidade humana vem sendo construída pelo cristianismo, consultar Bruna Dantas (2010).

<sup>11</sup> Para além do julgamento da ADI 4275 pelo STF, como já comentado em nota anterior, alcançamos a garantia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de revisão da categoria identidades transgênera e travesti no Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais – DSM-5, quanto à Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde no CID-11. Nessa revisão, a categoria identidades transgênera e travesti serão retiradas do capítulo “transtorno mental” e incluídas no capítulo “condição relativa à saúde sexual”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transsexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>. Acesso em: jul. 2019. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e pelo Mandato de Injunção (MI) 4733, determinou que a conduta da homofobia e da transfobia fossem punidas pela Lei de Racismo (7716/89), que prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: jul. 2019.

explícito para essa população, pois, se por um lado, estavam ligados ao Estado por serem cidadãos brasileiros; por outro, estavam abandonados a uma inexistência civil patologizada, anormalizada (AGAMBEN, 2007)<sup>12</sup>, uma vez que sequer tinham reconhecida a sua experiência identitária como um direito digno da pessoa humana<sup>13</sup>.

Desta forma, revela-se uma arquitetura discursiva vinculada a uma história de dominação institucional, como nos ajuda a compreender Rita Lauro Segato (2012), pois fruto de relações de poder-dominação remontáveis a construção de um projeto colonizador que tinha como objetivo fixar suas práticas e discursos sob uma única matriz identitária e por estes meios estabelecer quais vidas deveriam ser reconhecidas como dignas e quais não dignas para o *status quo*: supremacista sexista branco colonizador (VERGUEIRO, 2015).

Esse padrão de verdade foi construído a partir da cisheteronormatividade, como discutem Eli Rosa (2020) em consonância com Maria Luiza Rovaris Cidade (2016), Amana Rocha Mattos e Maria Luiza Rovaris Cidade (2016), Beatriz Pagliarini Bagagli (2017) e Viviane Vergueiro (2015; 2018), uma vez que a heterossexualidade como norma é definida pela cisgeneridade, que a precede. Um sistema identitário “total”, como identifica Rosa, pois se estrutura por meio da sociedade que

[...] pode ser globalmente compreendida como uma instituição total que tem como objetivo a produção de subjetividades que naturalizam identidades cisgêneras e heterossexuais através de esquemas de reforços e punições bem delimitados, tais quais as instituições estudadas por Goffman. (ROSA, 2020, p. 68)

Portanto, um padrão identitário que, se por um lado, tem definido a vida de minha colega como abjeta; por outro, também “trabalha” para que aqueles e aquelas em conformidade com as normas sexuais e de gênero não se reconheçam como cerceados em suas subjetividades tampouco se percebam como agentes nesse sistema perverso: a ponta de um *iceberg*.

---

<sup>12</sup> De acordo com Giorgio Agamben (2007), no limite entre direito e política, o estado de exceção é um uso que o soberano faz do Direito para suspender os direitos de indivíduos; dessa perspectiva, é o que constatamos na relação do Estado brasileiro com a população trans em nosso país, uma vez que esse grupo, historicamente, tem sido alvo de suspensões de direitos.

<sup>13</sup> Registro que o Projeto de Lei de Identidade de Gênero PL5002-2013, popularmente conhecido como Lei João W. Nery, proposto pelos Deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), que prevê a identidade de gênero como fruto da autoidentificação, vem, desde 2013, sofrendo sucessivos arquivamentos e desarquivamentos regimentais. Cf. trâmite do projeto de lei disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 10 mar 2019. Nessa circunstância, vale lembrar que o seu proponente, Jean Wyllys, uma das lideranças nas discussões pelos direitos LGBT no Congresso Nacional brasileiro, reeleito para o cargo letivo da legislatura de 2019-2022, renunciou ao mandato por sofrer sistematicamente perseguições políticas e ameaças de morte. Tais fatos estão registrados na matéria “Ameaças de morte levam Jean Wyllys a desistir de mandato para deixar o Brasil”, em 25 de janeiro de 2019, do jornal *El País* (MENDONÇA, 2019, n/p).

Tal contexto me levou a indagar, pelos estudos literários, como a literatura brasileira contemporânea tem se comportado nessa cena, uma produção que, nas palavras de Regina Dalcastagnè (2012), por tratar dos assuntos de nosso tempo e estar inteiramente ligada à sociedade, torna-se um campo fértil para o entendimento sobre as relações e jogos de poder, exclusões, hierarquias e violências no Brasil atual, conseqüentemente, poderíamos pensar, um campo igualmente fértil para o entendimento sobre as relações e jogos de poder, exclusões, hierarquias e violências em relação à população trans em nosso país.

## **1.2 Em busca de um *corpus***

O percurso que escolhi seguir me conduziu inescapavelmente ao “censo literário” produzido por Regina Dalcastagnè (2012), que, debruçada sobre a produção romanesca publicada pelas três mais significativas editoras brasileiras entre 1990-2004, constata que o sistema literário brasileiro também é um reproduzidor do *status quo*.

Isso se revela quando, diante do universo recenseado, constata-se que mais de 72,7% dos romances publicados por essas editoras foram escritos por homens; sendo que 93,9% são brancos; 78,8% com escolaridade superior; 60% moradores do eixo Rio-São Paulo, um grupo que em grande medida já está presente em outros espaços privilegiados de produção de discurso, de poder e que de forma não coincidente encena, em sua maioria, narradores e personagens relevantes como fortalecedores da matriz colonial: à imagem e semelhança de si mesmos. Nesse sentido, embora o “censo” não tenha se voltado para a questão da identidade de gênero – cisgeneridade e transgeneridade –, como demonstra a pesquisadora, essa produção se efetiva sob um mapa de violências de grupos subalternizados, seja pela sua ausência – como autores e autoras –, seja em representações estigmatizadoras – não homem, não branco, não heterossexual, não rico, não urbano, não qualificado – como ocorre, por exemplo, com a representação de personagens negras e dissidentes sexuais (homossexual, bissexual e assexuado). Uma “radiografia” que também se confirma para a produção romanesca do intervalo subsequente, de 2005-2014, pesquisado por Dalcastagnè, conforme descreve Grazielle Frederico (2017).

Porém, será por meio da pesquisa de Luiz Henrique Moreira Soares e Rosiney Aparecida Lopes (2017), dedicada à análise da representação travesti em romances entre os anos de 2000-2016, que vou me deparar com a confirmação de que a produção romanesca contemporânea, via de regra, legitima o regime de exceção transfóbico em nossa sociedade. Um estudo que acertou “em cheio” as minhas indagações. Dentre as constatações dos pesquisadores, ressalta-se a de que a maioria dos romances foi escrita por homens –

provavelmente cis –, que por sua vez monopolizam – por meio de seus narradores – os lugares de fala no interior das narrativas. Do total de trinta e nove romances, e de cinquenta personagens travestis, apenas dezoito são representadas como protagonistas; as demais ocupam espaços de exclusão social com representações que orbitam entre corpos mortos, assassinas perigosas, seres angustiados, suicidas ou sujeitos não nomeáveis.

Em acréscimo, ainda que retrocedendo nessa cronologia, Amara Moira demonstra, no ensaio “Monstruoso corpo de delito: personagens transexuais na literatura brasileira” (2018d), que, embora as identidades inconformes – seja sexual e/ou de gênero – sempre tenham tido presença no cânone literário, desde fins do século XIX, repetidamente foram construídas de forma pontual e estigmatizada. Em sua pesquisa, entre o período de 1870 e 1985, demonstra essa representação em pelo menos onze romances: *As mulheres de mantilha* (1870), de Joaquim Manuel de Macedo; *O Ateneu* (1888), de Raul Pompeia; *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo; *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio; *Serafim Ponte Grande* (1933), de Oswald de Andrade; *Capitães da areia* (1937), de Jorge Amado; *Grande sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa; *Georgette* (1956), de Cassandra Rios; *Crônica da casa assassinada* (1959), de Lúcio Cardoso; *Uma mulher diferente* (1965), de Cassandra Rios; e *Stella Manhattan* (1985), de Silviano Santiago. São obras que, segundo a estudiosa, podem ser configuradas como narrativas “[...] que [ao] debruça[re]m sobre nossas identidades mostram-se, em geral, desconcertadas frente à nossa existência” (MOIRA, 2018d, n/p).

Tais pesquisas e análises fizeram-me confrontar com um “sistema literário” que, por norma, tem perpetuado a impossibilidade do existir trans como vidas acreditáveis –, o que, se por um lado, limita o imaginário social quanto ao existir fora do padrão compulsório cisheteronormativador – contrariando uma das vocações da produção artística literária que é expansão de imaginários (CANDIDO, 2004); por outro, confirma a produção *mainstream* como legitimadora de uma compulsoriedade identitária sexista, racista e LGBTQIA+fóbica<sup>14</sup>, pois sob supremacismos coloniais. Conforme constata Regina Dalcastagnè (2012),

Nosso campo literário é um espaço excludente, constatação que não deve causar espanto, já que ele se insere num universo social que é também extremamente

---

<sup>14</sup> Desde 2008, por decisão do Congresso Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, o movimento social pelos direitos sexuais e de gênero em nosso país tem-se identificado por meio da sigla LGBT, cujas letras garantem visibilidade às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. Porém, nesta última década, ativistas e entidades dos mais diversos segmentos têm acrescentado nesta sigla as letras Q de *queer* – explicada no capítulo dois desta tese; I de intersexo; A de assexuado(a) e o sinal de +. Letras e símbolos que se por um lado dão visibilidade para outras formas de existir quanto ao gênero, sexualidade e/ ou expressão de gênero não abarcadas pelo LGBT, por outro permitem a legitimação de outras formas ainda não nomeadas. Portanto, usarei a sigla LGBT apenas quando estiver me referindo a enunciações efetivadas pelo próprio movimento LGBT brasileiro (BRASIL, 2008).

excludente. Falta ao romance brasileiro contemporâneo, como os números da pesquisa indicam de maneira eloquente, incorporar as vivências, os dramas, as opressões, mas também as fantasias, as esperanças e as utopias dos grupos sociais marginalizados, sejam eles definidos por classe, por sexo, por raça e cor, por orientação sexual, [identidade de gênero] ou por qualquer outro critério. (p. 193)

Uma mecânica de representação perversa, pois garante na sua (re)produção de imaginário a intocabilidade de uma estrutura fundada na opressão e na subalternização de determinados grupos sociais, assim como neblina a compreensão da interdependência humana, impedindo a percepção de que os limitadores de vida, isto é, de viver para parte da sociedade precarizam todo o tecido social, ainda que a precariedade de nossas vidas se distribua de forma diferencial (BUTLER, 2015a): entre homens e mulheres, pessoas cis e trans, brancas e negras, por exemplo; impedindo, conseqüentemente, a percepção de nocividade dessas representações para o bem comum, como discutirei no sexto e último capítulo desta tese.

Entretanto, como me ajuda a pensar Judith Butler (2018), ainda que haja um regime de exceção imposto às vidas das pessoas trans, que se revela e se confirma também pelo sistema literário, nunca há um “estado letárgico de nudez” para aqueles que não sucumbem à realidade de extermínio, pois, mesmo que se trate de vidas reconhecidas como destituídas de direitos (à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao trabalho, à família, por exemplo), ainda se trata de vidas que estão dentro da esfera do político, portanto, nunca reduzidas à mera existência, mas, com frequência, como destaca a teórica, enraivecidas, indignadas e revoltadas, opondo resistência. Resistência que se concretiza, muitas vezes, por ações múltiplas, variadas e criativas, muito distanciadas de um heroísmo extraordinário<sup>15</sup> (DAS, 2007), e igualmente capazes de garantir, no “como é possível”, a defesa de que

[...] corpos sem conformidade de gênero, assim como aqueles que se conformam bem demais (e a um alto custo) possam respirar e se mover mais livremente nos espaços públicos e privados, assim como em todas as zonas nas quais esses espaços se cruzam e se confundem. (BUTLER, 2018, p. 40)

Uma tomada de consciência que me levou a buscar uma literatura de autoria trans, mas não só isso, levou-me a buscar uma literatura que trouxesse para o espaço de poder literário

---

<sup>15</sup> Veena Das, em *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary* (2007), refletindo sobre o *status* de subalternização das mulheres de um determinado grupo étnico indiano, pergunta: em que condições ocorrem os seus testemunhos e o que podem revelar? Nessa trilha de indagações, *numa descida aos seus cotidianos*, como ela mesma qualifica, acaba por nos apresentar outras possibilidades de se pensar o agenciamento daquele que vive subalternizado, via de regra, muito distanciado dos modelos heroicos e extraordinários pré-estabelecidos da tradicional filosofia política. É nessa perspectiva que se norteia a abordagem do *corpus* desta tese.

representações, temáticas e autorrepresentações fraturadoras<sup>16</sup> de estigmas. Uma produção que tanto confirmasse o espaço literário como “um espaço de vida” para essas personagens, quanto questionasse as condições precárias de vida a que somente parte de nós<sup>17</sup> estamos submetidos (BUTLER, 2015a). Além. Confirmasse a literatura como um espaço em que todas, todos e todes<sup>18</sup> *puvéssemos respirar e nos mover mais livremente*, de modo especial relativamente aos processos de autoidentificação quanto ao gênero e sexualidade.

### 1.3 A literatura de autoria trans como uma face da literatura brasileira

Antes da implementação da busca por literatura de autoria trans, algumas indagações se impuseram. Essa literatura existe? Como identificá-la? Caso exista, quais critérios poderiam ser manejados para mapeá-la?

Para essa empreitada, tomei como referência a discussão metodológica efetivada por Eduardo de Assis Duarte em “Literatura afro-brasileira: um conceito em construção” (2008). Um ensaio crucial para a compreensão da literatura afro-brasileira como uma face da literatura brasileira. Neste reconhecimento, subversivamente, esta literatura é territorializada como uma produção-ocupação de uma literatura de minoria<sup>19</sup>.

Essa proposta estabelece cinco quesitos de identificação – temática, autoria, ponto de vista, linguagem e o público leitor –, os quais foram tomados por mim como norteadores no processo de pesquisa de uma literatura “enraivecida, indignada e revoltada” (BUTLER, 2018): uma literatura de minoria trans; também uma outra face da nossa literatura!

---

<sup>16</sup> Usarei, nesta tese, a concepção de fratura a partir do conceito “*lócus* fraturado” cunhado por María Lugones (2014), que me permitirá reconhecer e discutir, por modos variados: a presença (a voz, a escrita) que resiste; a subjetividade ativa dos/das colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade e no habitar-se a si mesmos/as.

<sup>17</sup> Uso o “nós” a partir da discussão realizada por Judith Butler (2015a), que, ao demonstrar que somos seres sociais, dependentes do que está fora de nós, dos outros, de instituições e de ambientes sustentados e sustentáveis, somos todos precários e interdependentes, daí ser imperioso “trabalhar” para que o que está fora do “eu” também esteja protegido como parte de um nós. Como a filósofa expõe, portanto, não se trata de uma entidade ontológica. “[...] não são necessariamente relações de amor ou sequer de cuidado, mas constituem obrigações para com os outros, cuja maioria não conhecemos nem sabemos que nome têm, e que podem ou não ter traços de familiaridade com um sentido estabelecido de quem somos ‘nós’.” (BUTLER, 2015a, p. 31).

<sup>18</sup> Inspirada nas formulações de teóricos e ativistas, representados aqui por Viviane Vergueiro (2018), registro o uso do pronome “todes” para indicar pela sabotagem da linguagem colonial a importância e necessidade de garantirmos espaços nominativos para identidades de gênero que não se reconheçam como masculinas e femininas, portanto, gênero não-binário.

<sup>19</sup> Uso a expressão “literatura de minoria” como derivação do conceito “literatura menor” efetivado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1977), ao se dedicarem à literatura produzida por Franz Kafka, um judeu polonês, na língua alemã. Tal literatura produz uma escrita própria capaz de fazer delirar seu opressor e por esse meio escapar do sistema dominante; uma escrita com um forte coeficiente de modificação da língua maior, ou seja, do colonizador; um vínculo com o imediato político; e uma enunciação individual que mobiliza o agenciamento coletivo. O menor, então, emerge em oposição ao maior – opressor – e, nesse sentido, revela-se como uma promessa revolucionária, um devir.

Para a qualificação desses identificadores, tomei como ponto de partida tanto a abordagem analítica construída por Duarte (2008) para a literatura afro-brasileira quanto, de modo especial, a construída por teóricas e teóricos afiliados ao feminismo negro, estudos de gênero, estudos decoloniais e transfeminismo apresentados de modo verticalizado nos capítulos 2 e 5 desta tese. Um trajeto delineado, portanto, pelos cinco quesitos estabelecidos pelo teórico bem como por seus qualificadores, mas também composto de qualificadores específicos quanto às questões trans; exercício que se justifica por constatarmos que a estrutura colonial racista que produz a subalternidade das pessoas negras é a mesma que produz a de pessoas trans em nosso país. Todavia, um exercício ainda seminal.

Quanto à temática, estabeleci que fosse sustentada pelo questionamento, desconstrução da condição de subalternização da identidade transgênera; que contribuísse para a construção dessa identidade a partir da ruptura dos múltiplos estigmas, como por exemplo: demonização, criminalização e patologização; que suas vidas fossem representadas como dignas de vidas e luto<sup>20</sup>; que permitisse a compreensão da diferença identitária por meio de outras matrizes de saber, como por exemplo, a africana e indígena – silenciadas no nosso processo colonizatório e neocolonizatório; que tanto denunciasse a violência a que estão submetidos quanto pudesse desnudar essa compulsoriedade identitária como um “quadro de guerra” que coloca toda a sociedade numa condição de precariedade, pois cerceadora de nossos processos de construção identitária.

Quanto à autoria, o critério utilizado diz respeito à vinculação da identidade trans, ainda que a escrita não fosse limitada ao biografismo.

Deste modo, a autoria há que estar conjugada intimamente ao ponto de vista. Literatura é discursividade e a cor da pele [bem como a identidade de gênero] será importante enquanto tradução textual de uma história coletiva e/ou individual (DUARTE, 2008, p. 15).

Relativamente ao ponto de vista da autoria, considerei o revelado por meio de valores morais e ideológicos mobilizados nas construções literárias com o objetivo de fraturar a

---

<sup>20</sup> Judith Butler (2015a) analisando a relação estabelecida pelos Estados Unidos com os países árabes em contexto de guerra, expõe como a dominação norte-americana tem determinado aqueles povos como existências não dignas de vida e luto; ou seja, tem determinado aquelas vidas como não passíveis de reconhecimento humano, celebração. Ao fazê-lo, propõe “enquadramentos epistemológicos” que nos permitem desnudar como a Ordem estabelecida pelos poderes em diferentes sociedades tem estabelecido continuamente a deslegitimação de vidas-corpos que não se assujeitam aos seus imperativos colonizatórios. Enquadramento analítico que me permite constatar, por exemplo, o quanto a vida das pessoas trans em nosso país têm sido deslegitimada como digna de vida e luto.

perspectiva homogeneizadora do olhar cisheteronormativador sobre os corpos e as subjetividades.

Quanto à linguagem, importava que fosse reveladora de uma estética descolonizadora dos padrões identitários previstos pela norma, uma vez que “[...] a linguagem é, sem dúvida, um dos fatores instituintes da diferença cultural no texto literário. Isto porque, bem o sabemos, não há linguagem inocente, nem signo sem ideologia” (DUARTE, 2008, p. 18). No tocante à formação de um público, que a pessoa que escrevesse o fizesse

[...] com vistas a atingir um determinado segmento da população, mas o [fizesse] também a partir de uma compreensão do papel do escritor como porta-voz de uma determinada coletividade. Isto explica a reversão de valores e o combate aos estereótipos, que enfatizam o papel social da literatura na construção da auto-estima (DUARTE, 2008, p. 20).

Foram esses os parâmetros que, ao fim e ao cabo, nortearam meus encontros com uma produção literária de autoria trans e/ou *queer* que, coincidentemente com as minhas buscas, passou a ser sistematizada e compartilhada no *Facebook* por Amara Moira desde 2017. Uma produção cujo nascedouro é identificado pela pesquisadora a partir de 1972<sup>21</sup> e em florescimento desde a segunda metade dos anos de 2010<sup>22</sup>. Como tem salientado Moira e também venho confirmando, é uma produção ainda invisibilizada e em expansão, inclusive em formato *e-book*. Sendo, portanto, um universo literário que exige a atenção da crítica literária contemporânea.

Salienta-se que no levantamento compartilhado por Moira em 10/07/2020 publicita-se 89 títulos. Desse universo, escritas acadêmicas – algumas delas referências neste estudo –, textos literários, ficcionais e não-ficcionais dos mais diversos gêneros textuais, enfoque do anexo desta tese. Uma listagem com 45 obras de autoria trans que, entre prosa e poesia, vêm irrompendo, a partir do enquadramento acima proposto, como uma face da literatura brasileira. Trata-se de obras literárias cujas “poéticas”, em sua maioria, nascem a partir de uma perspectiva trans, confirmando a sua potência revolucionária – conceitual e estética – em contraposição às hegemônicas “poéticas” cis. Saliento que as produções arroladas no anexo,

---

<sup>21</sup> Moira inclui como marco dessas publicações o livro *Memórias de Madame Satã* (1972), pois, embora tenha sido escrito pelo jornalista Sylvan Paezzo, o fora a partir do depoimento de João Francisco dos Santos (1900-76) – Madame Satã, personalidade *queer* emblemática da cena cultural carioca nos anos 30. Sobre essa perspectiva, consultar Green (2018).

<sup>22</sup> Como constata Moira, “[...] somente em 2018, vieram a lume vinte e três dessas oitenta e sete publicações e, de 2017 pra cá, foram cinquenta e seis, mais da metade do total”. Disponível em: <https://www.facebook.com/amoiramara>. Acesso em: 10 de jul. de 2020. Também disponível em: <https://benditasmulheress.com.br/transliteratura-e-transfeminismo-transpondo-preconceitos-de-genero/>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

embora não façam parte do *corpus* deste trabalho, também vêm orbitando as minhas reflexões e produção acadêmica<sup>23</sup>.

No encontro com essa recente e promissora literatura ficcional, apercebi-me diante de uma outra face da produção literária de autoria trans: a autobiográfica, que, nascida nos anos de 1982<sup>24</sup>, impôs-se como um *corpus* inexorável para esta tese, pois manejada pelas suas autoras e autores, historicamente, conforme demonstrarei, como um potente lugar para a subversão ao regime de exceção (uma produção, evidentemente, constante no levantamento de Moira). A potência desse gênero textual se deve, como enfatiza Philippe Lejeune (2014), porque

[...] obviamente, não é escrita apenas para “transmitir a memória” (o que é feito pela fala e pelo exemplo em todas as classes), ela constitui o espaço em que se elabora, se reproduz e se transforma uma identidade coletiva (p. 152-153).

Por isso, há séculos, tem estado centrada nas mãos dos poderosos, pois serve para divulgar e perpetuar seus valores e ideologias.

#### **1.4 Sob o império de um *corpus*, o desenho da jornada**

Geraldo Ramos Pontes Jr. (2014), em suas análises sobre a autobiografia, considera que, se este foi um gênero textual menosprezado pela crítica literária até os anos de 1980-1990, é “resgatado” como matéria literária e fato cultural por diversas correntes de pesquisa desde então. Tal perspectiva tem sido ampliada pelas reflexões vinculadas aos estudos decoloniais, de gênero, feminismos, pós-estruturalista e, mais recentemente, pelo transfeminismo, correntes de estudo norteadores desta tese.

A partir da abordagem crítica de bell hooks (2019a), essas produções literárias são espaço narrativo excepcional para abrigar a complexidade e a diversidade de experiências subjetivas e por isso ferramenta poderosa para a fratura de sistemas opressores. De modo especial, se produzidas por uma perspectiva radical, pois, além de desnudar as múltiplas e diversas opressões sofridas pelas subalternizadas e pelos subalternizados, também passam a se constituir como narrativas “criadoras” de um novo projeto de sociedade. Em consonância com essa ideia, Judith Butler (2015b) sublinha que:

Quando agimos e falamos [aqui pelo narrar-se], não só nos revelamos, mas também agimos sobre os esquemas de inteligibilidade que determinam quem será o ser que

---

<sup>23</sup> Para acessar referências quanto a essa produção, buscar em <http://lattes.cnpq.br/8319200435567234>.

<sup>24</sup> Sobre a construção desse marco, consultar a entrevista com a pesquisadora Amara Moira publicada na Revista Crioula - nº 24 - Dissidências de Gênero e Sexualidade nas Literaturas de Língua Portuguesa, 2º Semestre 2019.

fala, sujeitando-os à ruptura ou à revisão, consolidando suas normas ou contestando suas hegemonias. (p. 167)

Textualidades que guardam a força da biopotência, pois se produzidas a partir de uma perspectiva “rebelde” manifestam também como “política para a vida” em contraposição às políticas de poder sobre suas vidas, como se revelam as autobiografias escritas por pessoas trans no Brasil (PELBART 2007, 2011). Produções que sob perspectivas diversas, como demonstrarei, são reconhecidas neste estudo como radicais, pois capazes de nos dar a ver a agência<sup>25</sup> de quem não sucumbiu à Ordem cisheteronormativadora. Mas não só isso. Ao se narrarem como vidas acreditáveis em contraposição às narrativas estigmatizantes produzidas pelo sistema acabam por (re)criar um novo projeto de sociedade.

Tais narrativas vêm nos interpelando sobre o humano e o inumano em nossa contemporaneidade e, desse lugar, contestando hegemonias as quais em graus e intensidades diversas têm afligido todas, todos e todes nós.

A massa literária selecionada para compor o *corpus* desta tese é constituída por quatorze obras, sendo doze narrativas individuais e duas coletivas: 1) *A queda para o alto* (1982), de Herzer<sup>26</sup>; 2) *Erro de pessoa: Joana ou João?* : o depoimento de um transexual brasileiro que, nascido mulher, finalmente se realizou como homem, de João W. Nery (1984); 3) *Meu corpo, minha prisão*: autobiografia de um transexual (1985), de Loris Ádreon; 4) *Liberdade ainda que profana* (1998), de Ruddy; 5) *Nem tão bela, nem tão louca* (2007), de Ruddy Pinho; 6) *Olhares de Claudia Wonder*: crônicas e outras histórias (2008), de Claudia Wonder; 7) *Viagem solitária*: memórias de um transexual trinta anos depois (2011), de João W. Nery; 8) *Eu trans – A alça da bolsa*: relatos de um transexual, de Jô Lessa (2014); 9) *Meu nome é Amanda*: #trans#mandycandy#youtube, de Amanda Guimarães (2016); 10) *E se eu fosse puta* (2016), de Amara Moira<sup>27</sup>; 11) *Vidas trans*: a coragem de existir (2017), de T. Brant, Amara Moira, João W.

---

<sup>25</sup> De acordo com Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg (2011), “Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são ‘detentores de conhecimento’ e ‘capazes.’” (p. 21).

<sup>26</sup> Faço aqui duas ressalvas. Uma delas, como destaca Amara Moira em entrevista à Revista Crioula (2019), é que, embora Herzer não se tenha autoidentificado como homem trans em sua narrativa, se enuncia na ruptura com o gênero feminino compulsoriamente determinado para a sua existência, portanto, ainda que não avoque a identidade trans, ao se reconhecer homem, se reconhece na transição identitária, o que nos autoriza estabelecer a sua obra como um marco quanto à produção trans no Brasil. A outra ressalva diz respeito à organização da obra, pois, embora seja composta de depoimento e poemas, deter-me-ei apenas na primeira parte, o depoimento, isto é, em sua porção não-ficcional, em acordo com o recorte estabelecido para o *corpus* desta tese.

<sup>27</sup> Importante salientar que a obra *E se eu fosse puta* (2016) ganhou em 2018 uma segunda edição, quando fora renomeada por *E se eu fosse pura*. Conforme a autora enuncia em seu prefácio, a mudança substancial dessa edição se deve à mudança no título de *puta* para *pura* por meio da “rasura” gráfica na capa do livro; mudança editorial estratégica e subversiva para “enfrentar” o conservadorismo da tradicional família brasileira reanimada no pós-golpe de 2016 (MIGUEL, 2016).

Nery e Márcia Rocha; 12) *Trinta anos de reclusão e as memórias de Porcina D'Alessandro*, de Porcina D'Alessandro (2017); 13) *Nós, trans: escrituras de resistência* (2017), organizado por Maria Léo Araruna, e 14) *Velhice transviada: memórias e reflexões*, de João W. Nery (2019).

Este *corpus*, no ato de seu nascimento, pretendendo abarcar toda a produção desse gênero no Brasil até 2019, assumiu o risco de falhar, o que se comprovou já em sua reta final, quando me deparei com a obra de Téhh Queiroz, *A vida de um transgênero* (2018), não incorporada neste trabalho. Isso por um lado “fura” a pretensão do trabalho, contudo, por outro, confirma a força do recorte da pesquisa: o exponencial uso do autobiográfico, nesta última década, como estratégia de resistência.

A delimitação é efetivada a partir do conceito de autobiografia estabelecido por Philippe Lejeune (2014), ainda que em distensão, como explicarei mais adiante. Quanto aos critérios estabelecidos pelo teórico e tomados como parâmetro para essa seleção, resalto: 1) a obra ter sido publicada como resultado de uma produção autoral; 2) o nome do autor ou da autora coincidir com o nome do narrador-protagonista; 3) o engendramento do contrato de verdade ser explicitado, ou seja, o estabelecimento de um pacto de verdade com a leitora ou o leitor, e, por último, 4) a enunciação ser realizada pelo autor-narrador, autora-narradora, a partir do questionamento compulsório da identidade de gênero e consequentemente a textualidade se estabelecer a partir da experiência da transição.

Quanto à distensão, faço-a “autorizada” tanto pelas reflexões do próprio teórico, Philippe Lejeune (2014), que, ao propor as fronteiras para o gênero literário da autobiografia, também o faz como convite para o diálogo e (re)formulações, como ele mesmo tem feito ao longo de sua jornada de pesquisa e formulações: “Não sou mais um agrimensor satisfeito por ter terminado seu trabalho, mas um pesquisador que tem consciência de estar apenas começando [...]” (LEJEUNE, 2014, p. 92). Mas também pelas observações de Luiz Antônio Marcuschi (2005), que nos lembra que os gêneros textuais são “[...] eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos” (p. 19) ao longo da história humana. Em diálogo com as reflexões e os conceitos backthinianos, Marcuschi ainda identifica os fenômenos da transmutação dos gêneros e assimilação de um gênero por outro para demonstrar esse dinamismo e maleabilidade. Nesse sentido, destaca que os gêneros textuais não devem ser caracterizados e definidos apenas pelos aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, mas também pelos aspectos sócio-comunicativos e funcionais. “[...] em muitos casos são as formas que determinam o gênero, e em outros tantos, serão as funções” (MARCUSCHI, 2005, p. 21).

Tais reflexões permitiram-me incluir neste *corpus* as obras: *Olhares de Claudia Wonder: crônicas e outras histórias* (2008), *Nós, trans: escrituras de resistência* (2017), organizada por Maria Léo Araruna, e *Velhice transviada: memórias e reflexões*, de João W. Nery (2019). Quanto à inclusão da obra de Claudia Wonder (2008), identificada como de crônicas na ficha catalográfica, justifica-se tanto pelo modo como a autora a organiza, “fazendo aparecer” a sua história de vida, como pelos modos como enuncia o seu “eu” nas crônicas, como procurarei demonstrar. Quanto à inclusão da obra organizada por Maria Léo Araruna (2017), embora identificada na ficha catalográfica como autobiográfica, se dá em moldes muito distanciados da perspectiva lejeuniana, pois composta de 57 textualidades provenientes de 47 pessoas diferentes. Como resultado, portanto, não temos narrativas em retrospectiva, mas estilhaços textuais sobre a experiência de existir na dissidência com o padrão compulsório.

Quanto à obra *Velhice transviada: memórias e reflexões*, de João W. Nery (2019), importante explicitar que se divide em duas partes. A primeira – indiscutivelmente autobiográfica –, pois composta por uma narratividade dedicada às lembranças dos seus velhos pais e avós e sobre o seu próprio envelhecer trans. A segunda, composta de entrevistas com pessoas trans velhas, algumas, aos moldes do autor, referência para o ativismo trans brasileiro. A “composição” deste livro de Nery não é fortuita, uma vez que nos permite acessar tanto as memórias de velho do autor, como a de uma “multidão” de outras pessoas trans envelhecidas, que, apesar de todas as violências instrumentalizadas pelo sistema, contrariaram a baixa expectativa de vida e alcançaram a velhice. Tal gesto de escrita atualiza o ativismo do autor no espaço autobiográfico, confirmando-o como de afeto e partilha, de modo especial, quanto à pauta do direito ao envelhecer trans e por isso acolhida na íntegra nesta tese.

Registro ainda que duas obras publicadas como autobiografias trans foram excluídas deste *corpus*: *A Princesa: depoimento de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas*<sup>28</sup> (1995)<sup>29</sup>, de Fernanda Farias de Albuquerque e Maurizio Jannelli, e *Eu, travesti: Memórias de Luísa Marilac* (2019), por Luísa Marilac e Naná Queiroz, uma vez que foram escritas em parceria com outras escritoras e escritores.

---

<sup>28</sup> As Brigadas Vermelhas italianas, nascidas nos anos de 1970, foram organizações paramilitares vinculadas ao pensamento comunista como forma de atuação política em meio às tensões com os setores políticos conservadores, os neofascistas e os serviços secretos italianos e dos EUA; como qualifica Zizek (2016), se constituíram em organizações terroristas de esquerda.

<sup>29</sup> Sobre esta obra, consultar a tese “*Princesa: natureza, cultura, acaso e liberdade*”, de Luciana Miranda Marchini Ulgheri (2016); e o ensaio de Amara Moira (2018a), “Sobre ‘Princesa’: e a literatura se fez trans”.

Um *corpus* que me catapultou para o cuérlombismo literário proposto por Tatiana Nascimento (2018a; 2018b), uma vez que me permitiu demonstrar a ocupação do sistema literário pelo autobiográfico também como confirmação física, subjetiva e literária de suas existências trans em nossa sociedade, o que discutirei no segundo e próximo capítulo. Após a territorialização teórica, apresentarei e discutirei essa produção nos capítulos terceiro, quarto e quinto. No sexto e último, desfecho dessa jornada, discutirei o arquivar-se (ARTIÈRES, 1998) como elemento para uma política de memória, que, se por um lado fortalece um “em comum” (HALBWACHS, 1990) para a comunidade com a qual se identificam as autoras, as autoras das obras analisadas; por outro, se volta para nós, os Outros, que em função da subalternização de suas identidades, sequer nos reconhecemos como sujeitos partícipes nesta cena de exceção. Trata-se de uma produção que por isso se constitui elemento para uma política de memória e simultaneamente reivindica uma política de memória. Como me ajuda a pensar Hélène Piralian (2000), um *corpus* poderoso, pois, considerando o genocídio engendrado, permitem-nos construir em termos coletivos espaços de luta e luto. Mas não só. Como um *corpus* radical, cria em seus narrares outros projetos de mundo (hooks, 2019a).

## 2 A escrita autobiográfica trans como uma ocupação cuérlombista

- lugar de fala

aonde mora a minha voz agora,  
que é suprimida  
a cada expressão do verbo ser  
que sai da minha boca  
olhos  
cara  
cabelo  
pele preta  
que sopra do meu corpo  
uma voz que diz  
sou mulher?  
aonde mora a coragem nossa  
de lutar todo santo dia  
pelo nome  
que não é chamado  
pelo pronome  
ela  
não identificado  
pelos olhares que miram  
atiram  
respiram forças que oprimem  
o tanto quanto for preciso pra te empurrar de volta  
pros armários nossos que não  
querem mais existir?  
aonde mora a coragem corrosiva  
que derrete mesmo esta opressão  
que liquidifica  
mortifica  
esta angústia no peito?  
aonde mora essa voz que quer dizer:  
eu não quero mais

ser a pessoa  
a andar à noite ou de dia com  
medo dessa heterossexualidade machista  
que mata  
mata mata mata  
mulheres  
trans  
e bichas  
a toda hora  
e ainda arrasta os corpos pra mata  
pra atear  
fogo!  
aonde mora essa voz que sonha e se arrisca  
em não ser mais esta pessoa  
que pergunta aonde anda a poesia do meu  
coração  
que colore  
a vida nossa de várias cores  
deixando esse pedaço eu eu respirar no mundo?  
aonde mora essa voz que quando não  
encontrada  
sente-se aflitaesmagadaderrotada  
e ecoa perdida  
pra sempre  
e sempre  
e sempre  
até um dia  
enfim  
encontrar-se?  
[...]

Kika Sena, *Periférica* (2017)

## 2.1 A excreção dentro do cálculo

Jota Mombaça, por meio de uma perspectiva epistemológica decolonial em “Pode um cu mestiço falar” (2015), em diálogo com as reflexões propostas por Gayatri Spivak (2010) sobre a impossibilidade de dialogicidade do subalterno – falar e ser ouvido em sistemas de dominação –, afirma que o subalternizado tem falado sim, a questão é a não-escuta colonial:

Seria possível encontrar, ao redor do mundo, uma série de outras dimensões políticas não registradas pelos discursos historiográficos hegemônicos. É fato que este silenciamento das vozes e gestos subalternos tem sido, em grande medida, o responsável pela construção de versões transparentes de fatos históricos ligados aos sujeitos geográfica, racial e sexualmente não hegemônicos. O que não significa que esses sujeitos não tenham, a seu modo, querido marcar, nas teias da história, sua diferença. O que ocorre parece ser, mais bem, aquilo que Spivak formulou:  $x^{30}$  subalternx não pode ser escutadx ou lidx (MOMBAÇA, 2015, n/p).

Como demonstra em sua reflexão, há décadas, por diversos meios, pessoas vinculadas a grupos populacionais subalternizados, de modo particular a população trans dentro e fora de nosso país, têm produzido conhecimento, porém, como se trata de um conhecimento questionador da ordem, do *status quo*, não são ouvidas. Ouvir, pois, é interromper a lógica colonial que historicamente tem definido quais conhecimentos devem ser reconhecidos e validados e quais não devem sê-lo; quem tem o poder de classificar, hierarquizar, questionar, ensinar; no limite, quem tem (ou não) o poder de ser ouvido.

Importante sublinhar que, desde o título do seu ensaio, Mombaça, numa manobra decolonial, traz como signo do seu debate epistemológico a parte do corpo mais desprezada pela cisheterossexualidade compulsória, “o cu”, reconhecido em múltiplos discursos de poder como órgão de excreção e não-prazer. “Nesse campo politicamente regulado, o cu é a parte fora do cálculo: a contra-genitália que desinforma o gênero, porque atravessa a diferença sexual binária” (MOMBAÇA, 2015, n/p). Esta parte do corpo humano faz-se signo de identidades que historicamente têm sido reconhecidas como de excreção, fora do cálculo, desprezíveis, abjetas.

Assim, a ancoragem discursiva de Mombaça (2015) acaba por dar uma “rasteira” na perspectiva epistemológica colonial, pois se constrói como uma outra epistemologia, nascida do considerado sujidade e menos-valia pelos poderes dominantes. Como salienta o teórico, temos aqui uma perspectiva que necessariamente demanda uma metodologia também

---

<sup>30</sup> Mombaça, para além de efetivar uma reflexão decolonial sobre a produção epistemológica trans, revela pela rasura de sua escrita acadêmica a rasura dos padrões normativos da língua portuguesa quanto à concordância do masculino para o humano, por isso a substituição do artigo masculino “o” pela letra “x”, que territorializa o humano no neutro, como também se autoidentifica.

decolonial, pois destinada a irromper contra os parâmetros de valoração, classificação e hierarquização prático-discursivas coloniais.

Em consonância com essa ideia, Fran Demétrio e Hilan Nissior Bensusan (2019), ao refletirem sobre a produção epistemológica na sociedade brasileira, igualmente defendem o reconhecimento das memórias, das percepções, das intuições e de todo e qualquer rastro humano como produção de conhecimento. Por meio de um amplo diálogo com teóricas e teóricos das mais diversas áreas e correntes de pensamento, Demétrio e Bensusan estabelecem esse reconhecimento como um direito humano: o direito epistêmico,

Ou seja, procura[m] alinhar uma imagem geral do conhecimento onde lembrar, intuir, perceber e inferir constituem direitos – não intransponíveis ou inegociáveis, mas inalienáveis no sentido de que não podem ser desconsiderados por atos de conhecimento (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019, p. 111).

Como parte estruturante dessa discussão, enfatiza-se o quanto a negligência do direito humano tem distribuído de forma desigual credibilidade quanto à capacidade de conhecer e testemunhar, e, conseqüentemente, determinado quais argumentos, interpretações e experiências devam ou não ser reconhecidos como válidos e legítimos.

Dessa forma, empreende-se um *modus operandi* que trabalha para impedir o reconhecimento do epistemicídio – a destruição, a exclusão, o não-reconhecimento dos saberes não-hegemônicos (SANTOS, 2018) – como uma estratégia de genocídio e, por simetria, impedir políticas ampliadas de promoção de direitos humanos. Mas não só. Como indagam Demétrio e Bensusan (2019) em diálogo com Santos (2018), impede-se que os saberes produzidos por grupos minorizados, como por exemplo populações trans e travesti, mulheres, indígenas e negros, possam ser reconhecidos como demandas de direitos humanos epistêmicos em contraposição às opressões epistêmicas, conforme também discute Viviane Vergueiro (2015, 2018)<sup>31</sup>. Além de colocar em xeque um sistema de dominação e opressão interseccional<sup>32</sup> fundado em injustiças epistêmicas, essas perspectivas se instalam como uma ação em si mesma pela justiça epistêmica.

Tais reflexões e concepções configuram-se vigorosas para esta tese, uma vez que o seu *corpus* é composto de narrativas de vidas-identidades reconhecidas pelas hegemonias

---

<sup>31</sup> No que tange à produção de pessoas trans, Viviane Vergueiro (2018) faz um importante alerta: não podemos restringir essa produção epistemológica ao campo identitário, pois essas pessoas têm ocupado as mais diversas áreas do conhecimento bem como se dedicado às mais diversas temáticas. Entretanto, como ainda sublinha Vergueiro, essa produção, como toda produção, vincula-se a uma perspectiva de mundo, a um lugar de fala, e, por isso, potencialmente fraturadora da Ordem.

<sup>32</sup> De acordo com María Lugones (2014), para se compreender os processos de subalternização e decretar a crítica da opressão é necessário se compreender histórica e subjetiva/intersubjetivamente a relação opressão e resistência na intersecção de sistemas complexos de opressão. Como constructos centrais no sistema de opressão capitalista mundial, Lugones elenca raça, classe e gênero.

discursivas colonizadoras como “cu” (excreção, fora do cálculo, desprezível, abjeto), mas aqui, ao contrário, serão reconhecidas como narrativas de sujeitos de saber reivindicadoras de justiça cognitiva. Isso porque têm usado o narrar-se para construir significado e sentido para suas existências em confronto com os paradigmas hegemônicos, num movimento de resistência aos múltiplos epistemicídios.

Dessa forma, tais textos são uma produção epistemológica porque resultado de elaboração de corpos políticos, como discute a feminista Dorotea Gómez Grijalva (2020), pois nascida de pessoas cujas enunciações revelam existências que, a despeito de serem duramente reprimidas, buscam manter a dignidade também para fortalecimento de uma coletividade, como demonstrarei mais à frente. Por esse meio, também são agentes de intervenção neste mundo perverso, pois produtoras e produtores de escritas ruído e linhas-de-fuga: causadoras de fissuras na harmonia sobreposta pelas hegemonias. Narrativas que, por modos variados, avocam a potência excretora e se impõem como “parte dentro do cálculo” (MOMBAÇA, 2015).

## 2.2 O cálculo a partir do cuérlombismo autobiográfico

Como explica tatiana nascimento (2018a, 2018b), o conceito de cuérlombismo nasce do diálogo com o conceito de quilombismo, de Abdias Nascimento (2002)<sup>33</sup> e Beatriz Nascimento (2006)<sup>34</sup>, e das discussões pautadas por teóricos e ativistas do movimento *cuérl* brasileiro – recriação e refundação do movimento *queer*<sup>35</sup> –, como Jota Mombaça, Bibi

---

<sup>33</sup> Abdias Nascimento, referência para o pensamento negro brasileiro, traz no último capítulo do seu livro *O quilombismo*, publicado originalmente em 1980, a construção do conceito de quilombismo, o que faz a partir de uma fundamentação científico-histórico-social. Na conceituação, ao retomar as origens revolucionárias e libertárias do movimento, também apresenta a sua multiplicidade ao longo do tempo e espaço: “Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade negra” (NASCIMENTO, A., 2002, p. 255). Um “documento” que se apresenta como convite-manifesto para a comunidade afro-brasileira em sua contemporaneidade, pois ainda sob a continuidade estruturante do supremacismo branco. Como um dos pilares do quilombismo contemporâneo, destaca a necessidade de organização em torno da produção intelectual, uma vez que, por séculos, suas experiências e suas memórias têm sofrido epistemicídio.

<sup>34</sup> Beatriz Nascimento, referência para o pensamento negro brasileiro, no artigo “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”, publicado originalmente em 1985, ao reconstituir os significados dados pelo Estado brasileiro aos quilombos ao longo da história, registra que somente a partir do século XX será reconhecido como um instrumento ideológico contra as formas de opressão. Como salienta, haverá a passagem da concepção de instituição em si para símbolo de resistência, “identidade” que será fortalecida a partir dos anos da ditadura em reação aos múltiplos colonialismos. “Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade”. (NASCIMENTO, B., 2006, p. 124)

<sup>35</sup> O termo *queer* (traduzido como esdrúxulo, vadio), imputado de forma a tornar abjetas as identidades sexuais nos países de língua inglesa nas décadas de 1980-1990, passou a ser avocado como potência subversiva ao *status quo* por Teresa de Lauretis (1991), quando designou como *queer* os estudos pós-estruturalistas voltados para a temática. “A expressão *queer* [portanto] constituiu uma apropriação radical de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar, e seu radicalismo reside, pelo menos em parte, na resistência à definição

Abigail e Marisa Lobo. Do quilombismo pautado pelos dois primeiros intelectuais, tatiana nascimento expande a concepção “território de resistência e organização” dos quilombos tradicionais para a produção literária negra e/ou LGBTQI+ brasileira e a sua crítica. Como explica, se lá a resistência e a organização de egressos ou fugitivos da escravidão se efetivaram por meio da instituição física dos aldeamentos, na contemporaneidade, efetivar-se-á no espaço literário, onde os/as “cuíerlombolas” garantirão espaço para existir física, subjetiva e literariamente (2018a, 2018b), impondo-se, portanto, dentro do cálculo.

Esse movimento nasce de um entre-lugar – quilombo e *queer* – e inclusivamente comportando alterações na grafia do conceito: “cuíerlombismo” (terminologia escolhida para uso nesta tese), “cuírlombismo”, “kuíerlombismo”. Neste solo, portanto, o

[...] recurso de descolonização conceitual tem ultrapassado a morfologia de um termo gringo para reassentar sua semântica em bases mais latinas pelo processo de rasurar/reescrever esse conceito-chave [...] (nascimento, 2018a, p. 8).

De acordo com a teórica, há uma recriação conceitual que tanto revela um procedimento teórico-metodológico quanto estimula uma guinada no campo dos estudos literários e de sua produção, pois

[...] refund[a] a noção de literatura negra e/ou LGBTQI+ contemporânea, que até então era feita, lida e compreendida apenas como combativa, mas que tem dado [...] o passo adiante: anúncio, (re)criação. [...] experimentações de liberdade. (nascimento, 2018a, p. 15-16)

Quanto ao passo adiante, nascimento sublinha-se que essa produção tem ultrapassado a combatividade, muito embora permaneça subversiva, pois nascida “desorbitando do paradigma da dor” e, a partir dessa perspectiva, garantindo no meio literário um espaço para a invenção de novos mundos,

[...] literatura é dessas artes com as quais inventamos mundos novos, im ou possíveis, utópicos, diz-tópicos: fundamos lugar no dizer. Criamos kuírlombos não só resistência: mas sonho, afeto, semente. (nascimento, 2018a, p. 18)

A concepção de tatiana nascimento, portanto, enfoca no fomento de uma produção literária – cuíerlombo, afeto, semente – mas também se apresenta como interpelação para os estudos literários, que voltados para a produção dessas sujeitas e desses sujeitos ainda têm escolhido perpetuar a sua subalternização e/ou invisibilizar sua força criativa.

---

[...]” (SALIH, 2013, p. 19). Essa epistemologia, sobretudo política, desde fins dos anos de 1990 e em permanente (re)elaboração, tem buscado desnudar as múltiplas formas que as estruturas de poder usam para garantir a homogeneidade de discursos identitários e igualmente construir estratégias teórico-prático-políticas de reconhecimento da diferença identitária.

Acredito que essa concepção é vigorosa para o reconhecimento da potência revolucionária da produção autobiográfica trans no Brasil, como defendo nesta tese, uma vez que me permitirá, ainda que em distensão, reconhecê-la como narrativas criadas para que seus autores e autoras possam existir física, subjetiva e literariamente (nascimento, 2018a, 2018b). Um instrumental que me autoriza a apresentar essa produção-ocupação no sistema literário ao longo dos últimos quarenta anos no Brasil a partir da imagem que proporciona, pois como movimento de resistência e organização vem constituindo uma comunidade de partilha, múltipla e diversa trans: cuérlombista.

A distensão do meu trabalho em relação à proposta de tatianna nascimento (2018a, 2018b) ocorre no que tange à raça da autoria, ao gênero textual e ao teor literário, pois, enquanto nascimento territorializa o cuérlombismo como resistência e organização para a produção ficcional – prosa e poesia – de autoria negra e/ou LGBTQI+ que “desorbite o paradigma da dor”, nesta tese me volto para a produção autobiográfica, ancorada sob a dor, de pessoas não-negras ainda que dissidentes de gênero. O que se justifica pelo reconhecimento de que, ainda que essas escritas sejam produzidas por pessoas salvas do genocídio racista, estão territorializadas como fora do cálculo dos/pelos supremacismos coloniais e colonizadores e por isso alvo do genocídio transfóbico.

Tais distensões efetivam-se a partir das reflexões de Patricia Hill Collins (2019), bell hooks (2019a), Audre Lorde (2020) e Mariah Rafaela Silva (2016), todas dedicadas a pensar sobre a produção escrita por pessoas em processos de subalternização e como arma de luta e de luto. As três primeiras são voltadas para a produção de mulheres negras e não-brancas, lésbicas ou não, estadunidenses, na contemporaneidade. A última, voltada para a produção acadêmica e não acadêmica de pessoas trans no Brasil.

Quanto à potência de resistência e organização por meio do gênero autobiográfico, Patricia Hill Collins (2019)<sup>36</sup> destaca os processos de autodefinição e de autovalorização como quebra do isolamento e do fortalecimento comunitário. Nesse mesmo sentido, Jaqueline Gomes de Jesus (2010), enfatiza a autodefinição como garantia primeva para se reconhecer e ser reconhecido como humano, num processo que vai além de uma identidade civil – apesar de se vincular a ela –, pois se trata de reconhecer-se como uma pessoa, sujeito de direitos. Já a autovalorização permite a formação de autoestima individual com impacto comunitário. Portanto, processos subjetivos fundamentais para a construção de suas narrativas pessoais

---

<sup>36</sup> Saliento que Collins (2019) e hooks (2019a) realizam suas análises a partir da produção de relatos de mulheres negras nos Estados Unidos, que, sob a opressão racista, sexista, classista, usam a autobiografia como estratégia de organização e resistência, o que me permite deslocar suas análises para a discussão proposta nesta tese, uma vez que me volto para a produção de um grupo também minorizado em nossa sociedade.

bem como para a (re)construção de um imaginário social sobre o grupo a que se vincula, uma vez que de suas agências acabam por colocar em xeque definições de controle sobre suas existências.

Para demonstrar essa força, Collins (2019) elenca escritoras que são reconhecidas como produtoras de uma massa crítica com consciência transformadora e por isso capazes de promover a autovalorização individual e o empoderamento coletivo, pois “Uma consciência transformada encoraja as pessoas a mudar as condições de vida” (COLLINS, 2019, p. 211). Em consonância com Collins (2019), bell hooks (2019a) sublinha:

Como literatura de resistência, narrativas confessionais de pessoas negras são didáticas. Mais do que qualquer outro gênero textual, a produção de narrativas confessionais honestas pelas mulheres que estão lutando por autorrealização e para se tornar sujeitas radicais são necessárias como guias, textos que reforçam o companheirismo entre nós. (Eu preciso não me sentir isolada e saber que existem outras companheiras com experiências semelhantes. Eu aprendo com suas estratégias de resistência e com os relatos de seus erros. (p. 125-126)

Conforme me ajudam a pensar essas intelectuais, trata-se aqui de uma produção capaz de se estabelecer como guia, reforçando o companheirismo entre as pessoas que comungam desse mesmo “lugar”, espaço para o compartilhamento de estratégias de resistência e relatos de erro, próprio de uma vivência comunitária. Collins (2019) enfatiza ainda que se trata de um conhecimento único, pois produzido por quem vive, diferentemente do produzido por quem apenas lê ou pensa sobre o tema. Nesse mesmo sentido, hooks (2019a) acrescenta:

Ainda que o número de romances publicados por mulheres negras tenha aumentado, essas obras não podem substituir a teoria ou a narrativa autobiográfica. Mulheres negras radicais precisam contar nossas histórias; nunca é suficiente documentar nossas experiências. (p. 126)

Importante notar que enfatizar essa produção como de sujeitas e sujeitos radicais é também reconhecê-la como gesto de documentação, discussão que também proponho para a produção autobiográfica trans no sexto e último capítulo deste trabalho.

As narrativas que formam o *corpus* desta tese, assim como as discutidas por Collins (2019) e hooks (2019a), são únicas, pois produzidas por quem vive e sabe a experiência de (re)existir sob um sistema de opressão. São narrativas de autorrealização, que, se por um lado têm permitindo às pessoas em processos de subalternização confirmarem suas experiências de vida como um critério de significado; por outro, têm rompido com o isolamento imposto às suas existências, configurando um movimento fortalecedor de uma comunidade de partilha, de afeto. Dessa forma, ainda que não estejam a um passo do “paradigma da dor”, a partir dele compõem narrativas de vida, para a vida.

Assim, se o cuérlombismo definido por nascimento (2018a, 2018b) está territorializado numa literatura que desorbite o paradigma da dor, por ser meio fraturador de estigmas e subalternizações, a produção autobiográfica trans, a despeito de nascer “do e no paradigma da dor”, também me permite romper com análises perpetuadoras de estigmas e subalternizações por serem nascidas de sujeitas e sujeitos que, ao dizerem sobre suas vidas, por modos diversos também plantam sonhos.

Desse modo, ao evidenciar essa produção como sonho e semente, ainda que sob a órbita da dor, faço-o em diálogo com as discussões e reflexões apresentadas por bell hooks (2019a), Audre Lorde (2020) e Mariah Rafaela Silva (2016), que, dedicadas a discutir os mecanismos de opressão coloniais sobre minorias identitárias, por modos e meios distintos, enfatizam o falar da dor, a raiva como uma expressão de poder, transformando a não-escuta de suas vozes, o “silenciamento” imposto às suas existências, em linguagem e ação. bell hooks (2019a) sublinha ainda que é preciso garantir espaço para que os grupos subalternizados encontrem formas de nomear suas dores e para que também possam articular o prazer. Em confirmação, destaca que não raras vezes lideranças do movimento negro estadunidense acham difícil expressar suas experiências de dor:

Mesmo aqueles que estão, com razão, empenhados na luta pela libertação dos negros, que sentem ter descolonizado suas mentes, com frequência acham difícil “falar” da nossa experiência. Quanto mais dolorosas as questões que confrontamos, maior a nossa falta de articulação. (p. 32)

Isso porque, parafraseando a intelectual, para que possam falar sobre suas dores e articular seus prazeres, essas pessoas deverão romper com os modelos hegemônicos de se verem, se pensarem e serem, o que bloqueia suas capacidades de inventar modos de se verem, se descreverem e que sejam libertadores. Um desafio que também se impõe às pessoas trans em nossa sociedade, pois expressar suas existências é dizer sobre um sistema transfóbico, portanto um modelo que se impõe como hegemônico quanto ao se ver, pensar, descrever o humano. Por isso esse desafio acaba por se transformar num exercício viabilizador para que também essas pessoas possam articular seus prazeres, conquistas, desejos, sonhos subjetivos e/ou objetivos. Assim, ao falarem suas experiências, colocarão em ação uma linguagem a favor de novas formas de se ver e falar a transgeneridade e, conseqüentemente, fraturar representações de domínio sobre suas existências.

Tais escritas são capazes de produzir subversões seja nas formas como dizem suas dores, seja nas formas como articulam seus prazeres, não restritas a criticar o *status quo*, mas também como um meio para apresentar alternativas críticas e transformadoras de nossas

visões de mundo (hooks, 2019a, 2019b). Isso permite, inclusive, (re)aprender a ouvir suas vozes nesses processos nominativos de dor, em suas articulações de prazer.

Essa perspectiva é alinhavada à de Audre Lorde (2020) que, discutindo a importância da quebra do silêncio por meio da escrita poética de mulheres em situação de subalternização nos Estados Unidos, de forma mais acentuada sobre o silêncio de mulheres negras, lésbicas ou não, cuja sobrevivência nunca fez parte dos planos supremacistas, afirma:

Na medida em que aprendemos a suportar a intimidade da investigação e a florescer dentro dela, na medida em que aprendemos a usar o resultado dessa investigação para dar poder à nossa vida, os medos que dominam nossa existência e moldam nossos silêncios começam a perder seu controle sobre nós. (p. 45)

Portanto, para mulheres como Audre Lorde, escrever a dor não é uma opção, é um meio, pois “Para as mulheres, então a poesia não é um luxo” (LORDE, 2020, p. 47), uma vez que suportarão a intimidade da investigação e permitirão o florescimento dentro dela: “Os horizontes mais longínquos das nossas esperanças e dos nossos medos são pavimentados pelos nossos poemas, esculpidos nas rochas que são nossas experiências diárias (p. 47). É uma jornada que lhes dará acesso a seus medos e esperanças e nesse movimento explorá-los com honestidade, o que permitirá que os aceitem, tornando-os santuários e campos férteis para as ideias mais radicais e ousadas (LORDE, 2020).

Tomo de assalto essa compreensão para pensar a produção autobiográfica de autoria trans, que, por modos diferentes aos do fazer poético discutido por Lorde, se realiza para suportar a intimidade da investigação e permitir o florescimento dentro dela (e acrescento, fora dela). Como sublinha a autora, onde escondem as dores, também escondem o poder, mas não só, falar sobre as dores é falar projeto de vida, pois “As dores emergem dos nossos sonhos, e são os nossos sonhos que apontam o caminho para a liberdade” (LORDE, 2020, p. 49).

Como consequência dessa exposição, conforme destaca Lorde (2020), essas mulheres terão de arcar com a visibilidade, o que pode tornar o indivíduo e consequentemente a coletividade a que se vincula mais vulnerável, mas também uma fonte de força, pois os sonhos que se tornam realizáveis por meio dos poemas dão coragem para ver, sentir, falar e ousar. Concordando com a autora norte-americana, constato, como demonstrarei, que “os poemas vidas” realizáveis nas escritas autobiográficas também se revelam como sonhos realizáveis que dão coragem para se ver, sentir-se, falar-se e se ousar. Como destaca a intelectual,

[...] o mais importante para todas nós é a necessidade de ensinarmos a partir da vivência, de falarmos as verdades nas quais acreditamos e as quais conhecemos, para além daquilo que compreendemos. Porque somente assim podemos sobreviver, participando de um processo de vida criativo e contínuo (p. 54-55).

Audre Lorde ainda afirma que falar e usar a raiva, sob múltiplas violências, é subverter o aprendizado das mulheres em silenciar. A raiva expressa e traduzida em uma ação a favor dos ideais e do futuro é ato de esclarecimento que liberta e dá força, “[...] pois é nesse processo de tradução que se identifica quem são os nossos aliados com quem temos sérias diferenças e quem são nossos verdadeiros inimigos. A raiva é repleta de informação e energia” (LORDE, 2020, p. 160). A autora acaba por confessar:

Tenho vivido com essa raiva, ignorando-a, alimentando-me dela, aprendendo a usá-la antes que ela relegue ao lixo minhas visões, durante boa parte da minha vida. Houve um tempo em que fazia isso em silêncio, com medo do fardo que teria de carregar. Meu medo dessa raiva também não vai ensinar nada a você (p. 155).

Semelhante grandeza também se revela nas autobiografias de autoria trans, pois manejadas pelas autoras e autores para vingarem-se do sistema. Dentre as vinganças, encontra-se a enunciação de si mesmos como agentes. Nessa perspectiva, a raiva é transformada em ação; um ato de esclarecimento que liberta e dá força, um movimento vital, pois impeditivo para que não releguem ao lixo suas visões e percepções acerca de suas vidas.

Consoante essa concepção, Mariah Rafaela Silva (2016) nos convoca a ouvir essas narrativas como “grito”, que não deve ser territorializado na vitimização, mas como transgressão, ruptura, “O som do grito ativa em mim diversos sentidos e produz no outro, ainda que de forma discreta, fissuras!” (n/p). Sobre isso, versifica a poeta trans Anna Túlie Araújo:

[...]  
Grito é pedido de socorro  
Pedir ajuda pelo fim do suplício  
Gritos que se guardam não são gritos, são morte

Gritos meus  
Que outras  
Pessoas também

Gritam

Também ouvem  
Gritos pela liberdade  
Gritemos juntas  
Para que não nos silenciem  
[...] (ARARUNA, 2017, p. 24-25)

Os gritos realizados em diversos tons e timbres nas obras abordadas nesta tese revelam desde o modo como as escritoras e os escritores usam o espaço narrativo para produzirem as versões sobre si mesmas(os), quanto para dizerem sobre o sistema. A partir dessas perspectivas, então, a dor e a raiva têm sido um caminho para articular o prazer e, por isso, semente, quando grito de/pela vida, de/pelo autoamor, não lamento apenas.

Para nós, da crítica literária, fica um desafio: que saibamos ouvir essa dor, essa raiva distanciada do sadismo<sup>37</sup> supremacista que tem garantido, por diversos meios, que as dores sejam menosprezadas ou que suas enunciações sejam limitadas a um “choro” desprezível, que muitas vezes sequer ofertamos aos animais sarnentos (nascimento, 2019).

A analítica cuíerlombista de nascimento (2018a, 2018b), em diálogo com as perspectivas dos teóricos Mombaça (2015), hooks (2019a, 2019b), Mariah Silva (2016), Collins (2019) e Lorde (2020), permitir-me-á abordar cada escrita autobiográfica como um gesto de resistência, organização, sonho, afeto e semente, num “enquadramento” metodológico que reconhece na singularidade de cada obra um “eu” cuíerlombola, que pensa e compreende como as forças que lhes produzem hostilidades operam neste sistema de opressão e, por isso, também agenciador de um coletivo neste processo de ocupação.

Assim, essa produção vem se instalando como uma comunidade de partilha, de afeto; uma comunidade abrigo para existências que na recusa do projeto colonial cisheteronormativador refundam práticas/experiências/subjetividades (nascimento, 2018a, 2018b). Como resultado, temos uma multiplicidade incrível de cuíerlombos, pois “[...] como a subjetividade individual, o poder e as estratégias de resistência [enunciadas e que sustentam cada obra] são sempre múltiplas e estão em constante mutação” (COLLINS, 2019, p. 436). Uma multiplicidade de sujeitas e sujeitos cuíerlombolas, porque “contemporâneos”, aos moldes discutidos por Giorgio Agamben (2009), que permite-nos enxergar “o escuro do nosso tempo”.

### **2.3 Cuíerlombistas porque contemporâneos**

O que significa ser contemporâneo? De quem e do que são contemporâneos? Para Giorgio Agamben (2009), só o “contemporâneo” é capaz de introduzir no seu tempo uma essencial “desomogeneidade” e por este meio “[...] coloca[r] em ação uma relação especial entre os tempos” (p. 71). É aquele ou aquela que, por meio de sua produção, é capaz de

---

<sup>37</sup> A partir da discussão de Tatiana Nascimento (2019) sobre o sadomasoquismo da branquitude, que se fortalece de imagens de controle negatizadas da população negra tanto para manter sua condição de privilégio e consequentemente subalternizá-la, em consonância com uma estrutura identitária colonizadora, acredito podermos identificar essa mesma ferramenta de opressão para a cisgeneridade em relação à transgeneridade.

“desomogeneizar” o seu tempo e assim é capaz de “fraturar suas vértebras”. Para demonstrar esse gesto na escrita, o filósofo italiano toma como referência a obra poética de Osip Mandel’stam, autor de uma poética que, pela linguagem manipulada pelo escritor, favorece uma relação especial entre os tempos, pois dialógica e paradoxal, e por consequência desestabilizadora, uma vez que “[...] o poeta, enquanto contemporâneo, é essa fratura, é aquilo que impede o tempo de compor-se e, ao mesmo tempo, o sangue que deve suturar a quebra” (p. 61). O contemporâneo então é aquele ou aquela que, pela sua intervenção artística, coloca em xeque o dado, o óbvio, impedindo o tempo de compor-se e ao mesmo tempo sendo a sua cura. Uma força desestabilizadora, portanto.

Essa reflexão me leva a perceber as escritoras e os escritores cuíerlombolas como contemporâneos, pois também elas/eles partem de uma percepção fraturadora de um regime-tempo de homogeneização identitária – escuro de nosso tempo – para escreverem suas versões de si mesmos bem como dizerem-se ao sistema, em escritas, como qualifica o filósofo italiano, provocadoras de fraturas. Quanto ao nível das fraturas, uso aqui a terminologia médica como metáfora para especificá-las em simples, quando apenas o osso é atingido; expostas, quando a pele é perfurada, havendo visualização do osso; complicadas, quando afetam outras estruturas do osso, como nervos, músculos ou vasos sanguíneos; incompletas, quando há lesão do osso e não sua quebra.

Em se tratando, porém, dos “corpos” literários em estudo, deparamo-nos com todos os tipos de fratura em cada uma dessas obras, ainda que em graus e intensidade variados. De largada, em todas elas somos confrontados com as simples, aquelas em que o osso é atingido – a quebra da verdade identitária, bem como com as expostas – uma vez que acessamos a fratura desse osso desde a perfuração da pele às múltiplas violências a que foram submetidas, desde a mais tenra infância pela compulsoriedade da padronização. Também há, de forma disseminada, as fraturas complicadas – aquelas que guardam a força de “afetar” (utilizo o verbo “afetar” para dar o sentido de “desestruturar”) as outras estruturas do “osso”: a “verdade” médica patologizadora, o Estado brasileiro como não democrático, a família patriarcal e a escola, via de regra, como aparelhos de tortura, por exemplo.

Por isso, como demonstrarei nos próximos capítulos, essas escrituras confirmam-se como “fratura de vértebras”, uma vez que os escritores e as escritoras, em seus processos enunciativos, revelam-se, de saída, numa relação singular com o seu próprio tempo,

[...] que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque,

exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela (AGAMBEN, 2009, p. 59).

Tais escrituras são derivadas de experiências de vida inseridas no tempo em que são produzidas, fazendo “jorrar” pelas diferentes fraturas questões que ainda não aderem ao seu próprio tempo. Dessa forma, narrativas “poéticas de vida”, pois acabam por estabelecer uma desconexão e uma dissociação com o tempo vivido, tornando o lugar de “ininteligibilidade” uma ferramenta para enfrentamentos no tempo histórico em que vivem. Pela analítica de Agamben (2009), portanto, uma qualidade do contemporâneo é a sua capacidade de instalar por meio de sua produção um outro espaço de resistência, em que

[...] aquele[a] que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio [...] (p. 72).

Dessa forma, são cuíerlombolas porque contemporâneos e contemporâneos porque, percebendo o escuro do presente, interpelam-no colocando-se à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos, quer seja o do passado colonial se reatualizando no presente, quer seja a necessidade de gritar a dor e a raiva vivas no presente, e ainda lutar pela reprojeção do futuro.

Assim, porque contemporâneos, “cuíerlombolamente” os autores trans têm garantido tanto (re)existência subjetiva e literária quanto física para aqueles e aquelas que sequer são computados como unidades estatísticas em nosso país, como enfatiza o relatório *Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas*, produzido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA, 2015). Suas escritas têm conduzido nosso olhar, nossa atenção, para repetições e reiterações transfóbicas sobre suas existências e, por esse meio, não arbitrário, “[...]enriquece[m] nossa compreensão sobre o modo como grupos [subalternizados] criam conhecimentos capazes de fomentar tanto seu empoderamento quanto justiça social” (COLLINS, 2019, p. 430).

#### **2.4 Na tentativa de uma “escuta” anti-epistemicida, os modos desta jornada**

Ao manejar o conceito de cuíerlombismo literário, buscando criar uma imagem da ocupação, resistência do sistema literário, assentei, a partir das datas de publicação das obras, três nucleamentos histórico-temporais: anos de 1980 – fim da ditadura civil-militar, composto de três obras; anos de 1990 a 2010 – reconstrução da democracia brasileira, composto de três obras; e anos de 2011 a 2019 – recessão da democracia brasileira, composto de oito obras.

A partir dessa abordagem, estabeleci para cada um dos nucleamentos um eixo temático de discussão, o que me permitirá, acredito, demonstrar tanto a “contemporaneidade” desses/dessas escritores/escritoras quanto o “comum” entre eles/elas no contexto de publicação de suas obras.

No 1º nucleamento cuíerlombista, terceiro capítulo, apresentarei a ocupação do espaço autobiográfico como um espaço manejado para divulgar informações sobre a temática da transgeneridade ainda censuráveis pela ditadura; no 2º nucleamento, quarto capítulo, o narrar-se trans pelo viés da autovalorização; no 3º nucleamento, quinto capítulo, pela agenda reivindicativa de direitos. Tais eixos temáticos buscam revelar a agência de pessoas que, sob um processo de subalternização transfóbico, têm produzido no campo literário escritas *enraivecidas, rebeldes e revoltosas* e decididamente subversivas, pois destinadas a confirmar suas existências como dignas de vida, suas enunciações como fruto de um saber, bem como criado, em suas escritas, espaço para abrigo de uma coletividade (nascimento, 2018a; 2018b; COLLINS, 2019; hooks, 2019a). Os eixos, acredito, darão visibilidade a essa literatura como “instrumental” poderoso, como me ajuda a pensar bell hooks (2019a), pois nasce para o compartilhamento de informações e experiências sobre o (re)existir na subalternidade, já que outros grupos não necessariamente se interessam por incentivar a autodefinição, a autovalorização e a organização de quem é reconhecido pelo *status quo* como excreção (COLLINS, 2019; hooks, 2019a, 2019b; MOMBAÇA, 2015).

Por meio dessa metodologia, portanto, procurarei efetuar uma escuta que se pretende atenta aos gritos – força, fissura – (SILVA, M., 2016), que em uníssono têm nos interpelado quanto a esse mundo perverso que temos perpetuado. Por fim, é importante advertir que, em se tratando de um processo de escuta em exercício decolonial, haverá falhas.

### **3 Furando o bloqueio: as primeiras escritas no contexto da ditadura civil-militar (de 1982 a 1985)**

*Alguma coisa teria que dar certo, afinal não se pode fugir de todos assim simplesmente sem ter um lugar para se chegar.*

Anderson Herzer, *A queda para o alto* (2007)

*Sobretudo, lutarei para poder estar constantemente invadido por uma paixão limpa e profunda – que se tem milhões de vezes na vida – para recomeçar.*

João W. Nery, *Erro de pessoa: Joana ou João?: o depoimento de um transexual brasileiro* (1984)

*Eu já não tenho mais família.  
[...] Como não os tenho mais, busco encontrar na grande família humana, substitutos queridos, aos quais possa partilhar toda a plenitude do meu amor.*

Loris Ádreon, *Meu corpo, minha prisão: autobiografia de um transexual* (1985)



### 3.1 Anderson Herzer, João W. Nery, Lorys Ádreon: a coragem de dizer

Devemos a Anderson Herzer (2007, 1ª edição em 1982), João Walter Nery (1984) e Lorys<sup>38</sup> Ádreon (1985), todos figuras anônimas nos anos de 1980, o gesto pioneiro da escrita autobiográfica trans no Brasil. Um gesto corajoso, pois efetivado sob a ditadura civil-militar brasileira (PINHA, 2020), num contexto em que as identidades de gênero e sexuais não conformes com o padrão compulsório cisheteronormativador eram legalmente perseguidas pelo Estado<sup>39</sup>, pois reconhecidas como capazes de atentar contra a moral orientadora das políticas públicas do Estado bem como a da família, como salientam os pesquisadores James N. Green, Carlos Manuel de Céspedes e Renan Quinalha no relatório *Ditadura e Homossexualidades*, da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014).

Quanto às identidades de gênero não conformes, salienta-se que apenas o “travestismo” (TREVISAN, 2018; KULICK, 2008) ocupava o imaginário social e as narrativas de poder em circulação naquele período, o que também se explica pela censura das discussões e dos procedimentos medicalizadores sobre a transexualidade, como denuncia João W. Nery (1984) e Lorys Ádreon (1985), consoante veremos mais adiante.

Quanto ao “travestismo”, como discute Thiago Barcelos Soliva (2018), foi se (re)elaborando ao longo do tempo e do espaço em nossa sociedade. De tal forma que, ao longo do século XX até os anos de 1980, poderia ser reconhecido como uma identidade “abjetificada”,<sup>40</sup> se exercido por mulheres não artistas que dependiam da prostituição para sobreviver; como uma prática “aceitável”, se meramente “lúdica”, usualmente “realizável” no carnaval; ou ainda como uma prática profissional – o denominado travestismo profissional – que ganhou notoriedade por meio dos “shows de travesti” de modo particular e paradoxal entre os anos de 1960-1980:

Até o fim da década de 1960, os “shows de travesti” se constituiriam como um lugar-comum, sendo frequentados por diferentes setores da sociedade. O *Les Girls*, certamente, foi o mais importante, por ter revelado um conjunto de indivíduos que, é possível afirmar, foram precursores na produção de sentidos e performances sobre o que era ser “travesti profissional”. Rogéria, Divina Valéria, Marquesa, Eloína e Jane Di Castro saíram desses shows – elas marcaram uma geração de travestis que

---

<sup>38</sup> Em respeito à forma como a autora se enuncia no corpo do texto, registrarei o seu nome “Lorys” (com “y”), contrariamente à ficha catalográfica e capa do livro, onde se encontra registrado o nome “Loris” (com “i”). Minha hipótese para esta ocorrência prende-se ao fato de que o nome Loris é masculino em língua espanhola, de onde se origina a escritora. Porém, parece-me, ao se anunciar no trânsito de gênero, a autora, pleiteando a identidade feminina, altera a grafia do seu nome, demonstrando o trânsito identitário.

<sup>39</sup> Sobre essa política de morte implementada pelo Estado, consultar a obra do delegado e sociólogo Guido da Fonseca (1982), responsável por promover institucionalmente estratégias de guerra contra homossexuais e travestis em São Paulo entre fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

<sup>40</sup> Sobre a construção da identidade travesti na contemporaneidade, consultar a obra de Don Kulick, *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil* (2008).

transitaram dos bastidores dos espaços de entretenimento para os holofotes da vida cotidiana (SOLIVA, 2018, n/p).

Neste contexto, como o pesquisador enfatiza, se por um lado o travestismo artístico profissional conquistou os holofotes da sociedade e nesta medida um processo importante para a construção de um “lugar social” para essa “presença”; por outro foi incorporado como “mercadorias culturais”, “fantasias”, o que invisibilizou, naquele período, a violência sofrida em seus cotidianos, uma vez que a pauta identidade de gênero não era colocada como questão em suas práticas culturais. Como destaca Soliva (2018), é importante e necessário registrar que os censores mantinham uma relação ambígua com o travestismo artístico, enquanto para as pessoas que viviam da prostituição, distanciadas dos “holofotes”, existia uma política de morte.

Como registra Jaqueline Gomes de Jesus (2018), as pautas das travestis só ganharam evidência em 1992 com o nascimento da primeira entidade trans no Brasil – a Associação das Travestis e Liberados do Rio e Janeiro (Astral), em 15 de maio de 1992 –, marco para a construção do Movimento Nacional de travesti e transexuais no Brasil, bem como para o reconhecimento dessa experiência como uma identidade política.

Porém, fora do Brasil, o travestismo já existia como fato médico, desde fins do século XIX, cujo marco se dá com a publicação dos postulados do psiquiatra Richard von Krafft-Ebing (1886) (PEREIRA, M., 2009)<sup>41</sup> fundados no “cientificismo positivista” que determinava que todo comportamento que visasse à ruptura com a lógica reprodutiva fosse compreendido como comportamento desviante, e por isso configurado como perversão sexual.

Essa “compreensão” encontrava-se completamente em sintonia com o pensamento cristão sobre o “sentido” das espécies, que foi sendo (re)atualizado ao longo do século XX e, com muito espanto, ainda evocado por alguns segmentos de nossa sociedade no século XXI (LIONÇO *et al*, 2018a, 2018b; NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009). Para essa confirmação, ao longo dos séculos, contribuíram tanto a publicação da obra *The Transsexual Phenomenon* (1966), do psiquiatra Harry Benjamin (BENTO, 2006), quem cunhou o termo

---

<sup>41</sup> De acordo com Mario Eduardo Costa Pereira (2009), a obra *Psychopathia Sexualis*, de Ebing, nascia no século XIX com objetivos muito definidos: renunciar de antemão qualquer pretensão de constituir uma psicologia da vida sexual humana; colaborar com a magistratura em seus julgamentos identitários; contribuir nos estudos – de homens – que se dedicam a realizar pesquisas aprofundadas sobre as ciências naturais e jurisprudência. Além. Uma obra para poucos, como salienta o pesquisador, apenas para os donos do poder-saber, os salvacionistas da espécie humana! O que justificou, inclusive, que muitas passagens fossem escritas em latim tendo em vista tanto desencorajar o público leigo a acessar narrativas de “perversão” quanto não “chocar” seus possíveis leitores.

transexualidade, quanto as teses do norte-americano Robert Jesse Stoller (1924-1991), que, de acordo com Rafael Kalaf Cossi (2018), são marcadas por métodos quantitativistas e regidas pelo positivismo cientificista, o que reforçava a compreensão dessa vivência como “patologias do gênero sexual”.

Como demonstra Berenice Bento (2006), tal percurso narrativo desembocou, ao longo das décadas de 1960 e 1970, em dois movimentos importantes para a patologização da transexualidade: a articulação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras dos corpos, e o surgimento de associações internacionais, “[...] organiza[das] para produzir conhecimento voltado à transexualidade e para discutir os mecanismos de construção do diagnóstico diferenciado de gays, lésbicas e travestis” (p. 40). Ainda de acordo com a estudiosa, foi nos anos de 1970 que a transexualidade oficialmente se configurou como síndrome, bem como foram implementados pesquisas e programas de tratamento para a “cura da doença” em que a única possibilidade para a transição de gênero seriam as cirurgias de redesignação sexual, comumente denominadas como de “adequação de sexo”.

Como marco dessa compreensão, John Money e Norman Fisk cunham em 1973 o termo “disforia de gênero” para designar, genericamente, indivíduos que sofrem de algum desconforto com o gênero. Em 1977, sexologistas ligados aos estudos de identidade de gênero formaram a *Henry Benjamim International Gender Dysphoria Association* e desenvolveram um código de tratamento para a “doença” (SAADEH, 2004).

Foi um enquadramento determinante para que a transexualidade fosse configurada como “transtorno de identidade de gênero” na terceira edição do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) – DSM III em 1980<sup>42</sup> e enquadrada como transtorno de identidade sexual no capítulo “Transtornos Mentais de Comportamento” na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), no CID-10<sup>43</sup> em 1989 (SAADEH,

---

<sup>42</sup> Jane Russo e Ana Teresa A. Venâncio (2006) salientam a importância do estudo de Lantéri-Laura (1994), ao demonstrar como a classificação das “perversões”, surgida a partir da obra de Krafft Ebing em fins do século XIX, permanece como fato indiscutível no decorrer de todo o século XX.

<sup>43</sup> A classificação Internacional de Doenças (CID) gestada desde 1948 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) pode ser remontada no século XVII por meio da clássica publicação *Natural and Political Observation Made upon the Bills of Mortality* (1662), de John Graunt (LAURENTI *et al.*, 2013). Porém, desde a sua sexta revisão, datada de 1948, quando passou a ser liderada pela OMS, suas finalidades se expandiram passando a incluir doenças não fatais, bem como de diversas outras naturezas, como odontológica, estomatológica, oncológica e mental, incorporada no “Relatório da Conferência Internacional pela Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças” – CID-10 (1989). Disponível em: [http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/relatorio\\_da\\_conferencia.htm#Relat9](http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/relatorio_da_conferencia.htm#Relat9). Acesso em: 13 mar 2019.

2004). O que se manteve inalterado até a revisão da CID-11, conforme apresentado na introdução deste trabalho.

Aquela construção discursiva sobre a vivência de gênero, de acordo com Jane Russo e Ana Teresa A. Venâncio (2006), correspondeu à paulatina ascensão da psiquiatria biológica como vertente dominante no panorama psiquiátrico mundial pretensamente não teórica, neutra e generalizável para todos os tempos e lugares, mas que, na prática, levou à globalização da psiquiatria norte-americana como estrutura de pensamento para se (des)reconhecer experiências identitárias que “fugissem do padrão” biologizante. Como denuncia Georges Lantéri-Laura (1994), a classificação dessas experiências como “perversões” por Krafft Ebing em fins do século XIX permanecerá como fato indiscutível no decorrer de todo o século XX, o que garantirá que os “desviantes” da sexualidade conjugal (e por isso procriadora) continuassem a ser reconhecidos como “perversos” na contemporaneidade.

Entretanto, se, mundo afora, os discursos médicos e suas instituições já haviam “consolidado” a transexualidade como categoria médica e construído protocolos de reconhecimento e intervenção cirúrgica de forma legitimada pelos seus Estados, aqui no Brasil, entre os anos de 1960-1980, essas questões sequer eram autorizadas a circular, uma vez que o Estado perseguia médico e paciente que “ousassem” contra os desígnios de Deus.

Para ilustrar, lembremos que, enquanto nos Estados Unidos de 1952, Christine Jorgensen é recebida pela comunidade médica e imprensa norte-americana como um caso de sucesso após o procedimento de redesignação sexual efetivado na Dinamarca (SAADEH, 2004)<sup>44</sup>, no Brasil nos anos de 1970, o médico e professor Roberto Farina da USP respondeu a dois processos judiciais por ter realizado, de forma pioneira, as “mesmas cirurgias” em Waldirene Nogueira (MUNIN, 2018).

Aqui, aos moldes do nazismo, essas cirurgias eram compreendidas como de “lesão corporal gravíssima”<sup>45</sup> e enquadradas na tipologia do art. 129, § 2º, III, do Código Penal, criado por meio do Decreto-lei nº 2.848/1940 (ROSSI, 2018), o que se manteve, inclusive, pós-queda da ditadura, uma vez que, já nos seus últimos suspiros, o Presidente João

---

<sup>44</sup> De acordo com a pesquisa de Saadeh (2004), Christine Jorgensen, após cirurgias na Dinamarca, foi recebida como celebridade nos Estados Unidos, ocupando capas dos jornais e programas de televisão. Também inspirou a realização do filme *What sex I am?* (1985), por Teit Ritzau. No entanto, a partir dessa repercussão positiva, também teve de enfrentar perseguições de vários grupos sociais, o que a levou a um grave quadro de depressão, causando a sua morte em 1989. Sobre a sua biografia, vale consultar *Christine Jorgensen: 60 years of sex change ops*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-20544095>. Acesso em: 19 mar 2019.

<sup>45</sup> Vale lembrar que, somente em 1997, o Conselho Federal de Medicina brasileiro, por meio da Resolução CFM 1482/97, autorizou a realização de cirurgias de redesignação sexual (nomeada como de transgenitalização) em caráter experimental; e somente em 2008, o procedimento passou a ser realizado pelo SUS (Sistema Único de Saúde) mediante acompanhamento médico e psicológico de pelo menos dois anos antes da cirurgia (ROCON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016).

Figueiredo vetou em 1984 o projeto de lei que permitiria as cirurgias de “redesignação sexual” para as pessoas trans em nosso país, conforme denuncia João W. Nery (1984) em sua autobiografia:

Em meados de 1984<sup>46</sup>, o Presidente não sancionou a lei (aprovada na Câmara e no Senado), que permitiria as cirurgias transgenitais. Atualmente, apenas uma dúzia de países, entre os desenvolvidos, aprovam estas operações, respeitando o transexual e reconhecendo a sua conseqüente mudança de identidade sexo-social (p. 7).

Conforme pesquisa de Pietra Mello Munin (2018), o veto fora justificado a partir de dois argumentos: a futura reforma do Código Penal Brasileiro e a avaliação negativa do Ministério da Saúde quanto à qualidade dos debates médicos, das pesquisas e dos dados estatísticos sobre pós-operatório, já que

[...] as estatísticas seriam omissas quanto aos percentuais de êxito das cirurgias, que não resolveriam a patologia do transexual. O Presidente finalizou sua justificativa propondo que as cirurgias em transexuais fossem examinadas caso a caso pela justiça (p. 75).

Porém, em contraposição a esse discurso, veremos na autobiografia de João W. Nery, publicada exatamente no mesmo ano em que o PL n.º. 1909 de 1979 fora vetado – 1984 – que a ditadura não impediu que essas discussões se qualificassem e se disseminassem entre a classe médica no Brasil. Como demonstra Pietra Mello Munin (2018), foi entre meados dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 que o debate sobre a transexualidade se instalou por aqui, devendo muito ao pioneirismo do cirurgião plástico e professor universitário Roberto Farina<sup>47</sup>.

Mas não só. Também contou com a voz de Anderson Herzer, João W. Nery e Lorys Ádreon, que, à revelia dos debates acadêmicos e de um duplo regime de opressão – o da ditadura e o cisheteronormativador –, decidiram escrever a experiência de “existir na dissidência quanto ao gênero”, no entendimento de Nery e Ádreon, “existir num corpo errado”, e desse lugar, de quem vive e sabe, revelar os caminhos percorridos para a transição de gênero. São escritas que corajosamente vão “furar o bloqueio” e interpelar as suas leitoras e os seus leitores sobre a violência da compulsoriedade identitária estabelecida para suas

---

<sup>46</sup> Esse projeto de lei refere-se ao PL n.º. 1909 de 1979, apresentado ao Congresso Nacional em 1979 pelo deputado federal José de Castro Coimbra, que “[...] tratava da permissão da cirurgia em caso de ‘transexualidade comprovada’ e propunha o acréscimo de um parágrafo ao Artigo 129 do Código Penal Brasileiro de 1940, sobre a ofensa à integridade corporal ou a saúde de outrem, mesmo artigo usado para condenar o Dr. Roberto Farina por ter realizado a cirurgia de redesignação sexual de Waldirene Nogueira” (MUNIN, 2018).

<sup>47</sup> Neste contexto, Roberto Farina publica a obra *Transsexualimo: Do homem a mulher normal através dos estados de intersexualidade e das parafilias* (1982).

vidas. Gesto confirmador de que não há vida que esteja completamente territorializada na nudez de um estado repressor (BUTLER, 2018).

Essas produções literárias, de acordo com a minha perspectiva de escuta, são também literatura de oposição ao regime, como o são as obras de parlamentares, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos, romances-reportagem, livros de denúncias e clássicos do pensamento socialista, como apreende a crítica literária e a historiografia (MAUÉS, 2014), pois, *lato sensu*, aqueles como estes nascem do gesto de combatividade política pelo direito à liberdade democrática, pelo direito a existir.

Importante salientar inclusive que a publicação das obras de Herzer e Ádreon se devem ao engajamento e à atuação da feminista Rose Marie Muraro frente às suas editoras<sup>48</sup>: Vozes e Marco Zero. Como demonstra Maués (2014), eram editoras identificadas como engajadas, o que certamente foi decisivo para que viabilizassem o início dessa ocupação cuíerlombista, até então inimaginável no sistema literário.

Essas obras, portanto, produzidas por pessoas distanciadas do circuito cultural de travestis *glamourosas* bem como da prostituição perseguida, irrompem pioneiramente como defensoras do direito ao autorreconhecimento de gênero, uma pauta rechaçada como possibilidade humana pela ditadura civil-militar. Fazem, igualmente, circular questionamentos e informações sobre o “existir no corpo errado”<sup>49</sup> e os caminhos percorridos para a realização pessoal no gênero de transição, compartilhando suas conquistas e suas “rebeldias”. Parafraseando hooks (2019a), essas narrativas permitem uma aprendizagem que até poderia ocorrer com outras pessoas de outros grupos, mas que, no geral, não acontecem, pois as circunstâncias desiguais garantem que os outros não necessariamente se interessem por incentivar a autodefinição de subalternizados. Como Collins (2019) me permite reconhecer, criam por meio de suas escritas um espaço seguro e cúmplice: criam um cuíerlombo para si e para outros “rebeldes”.

---

<sup>48</sup> Salienta-se que Rose Marie Muraro, vinculada ao feminismo norte-americano, atuou fortemente no movimento de contracultura no Brasil, fundamental na resistência à ditadura civil-militar brasileira (BARROS, 2017).

<sup>49</sup> Beatriz Pagliarini Bagagli (2019), ao apresentar o processo de patologização da transexualidade pelos discursos médicos, discute a construção da concepção de “nascido, nascida em um corpo errado”. Concepção organizadora da naturalização, biologização do gênero, uma vez que se funda no desalinhamento entre identidade de gênero e corpo.

### 3.2 *A queda para o alto (1982), de Anderson Herzer*

O texto autobiográfico de Anderson Herzer<sup>50</sup> nasce a convite<sup>51</sup>, em fins dos anos de 1970, quando o autor já se autorreconhecia como poeta<sup>52</sup> e assim era reconhecido nas unidades da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM)<sup>53</sup>, onde estivera internado na cidade de São Paulo nos últimos anos de sua vida. Ao aceitar o convite para escrever, decide fazê-lo como gesto de rebelião, pois, numa atitude máxima de coragem, além de denunciar as violências que eram infligidas às jovens internas pelo simples fato de não vivenciarem seus desejos e gêneros conforme o padrão cisheteronormativador, o faz a partir de uma crítica contundente: a falácia do padrão biologizante para a identidade de gênero masculina, gênero com o qual passou a se autorreconhecer na juventude.

O seu depoimento será tomado aqui como uma “cartilha”, ainda que às avessas, pois contraria o padrão desse gênero textual, não apresentando glossários, terminologias, respostas. Ao invés disso, permite a quem o lê fazer indagações quanto às verdades historicamente construídas sobre o “ser” homem e, conseqüentemente, o “ser” mulher em nossa sociedade.

Como veremos, Herzer enunciará a sua experiência de vida e de transição de gênero a partir de uma perspectiva de quem problematiza o padrão estabelecido como verdade única; uma narrativa que se estabeleceu como determinante para uma de suas leitoras: Lorys Ádreon, responsável pela publicação da terceira narrativa autobiográfica naquele período, conforme tratarei mais adiante.

Contudo, ainda que a narrativa Herzer se detenha nos anos em que ficara internado na FEBEM, possivelmente dos 15 aos 18 anos de idade – entre os anos de 1978 a 1980 –, o autor também compartilhará com a sua leitora/ o seu leitor uma outra verdade, uma outra denúncia: a de que desde a infância era interpelado quanto a sua performance de gênero, pois, ainda que “nascido no corpo de mulher”, já se sentia menino: “De outro lado, sempre desde minha infância, eu tive jeito de menino, inclusive, numa festa familiar, ser confundido com um garoto. Dentro de mim tinha um grande desejo de ter nascido menino” (HERZER, 2007, p. 55).

---

<sup>50</sup> De acordo com as datas registradas na obra, nascido em 1962 e falecido em 1982.

<sup>51</sup> Por mediação de Eduardo Matarazzo Suplicy, que à época cumpria mandato eletivo na Assembleia Legislativa de São Paulo, Herzer foi apresentado aos editores da *Vozes: a feminista* Rose Marie Muraro e o teólogo Leonardo Boff (HERZER, 2007).

<sup>52</sup> Uma produção que, de acordo com Herzer, foi confiscada pelo Sr. Humberto Marini Neto, diretor de uma das unidades da FEBEM em que ficara internado, para forjar um trabalho coletivo coordenado pela instituição, cujo título seria “Os menores escrevem” (HERZER, 2007, p. 127), um dos fatores que levou Herzer até a Presidente do Movimento em Defesa do Menor, Lia Junqueira.

<sup>53</sup> Sobre o seu projeto institucional e desmonte, consultar Caue Nogueira de Lima (2010).

Porém, como enuncia, somente na FEBEM ele efetivará a sua transição de gênero, quando se autorreconhece homem e assim é reconhecido pelo grupo de jovens com o qual passou a conviver. Essa vivência confirma-lhe a necessidade de questionar a construção essencializadora e oposicional do desejo e do gênero para a vivência humana (BUTLER, 2017); uma vivência que lhe permitiu encontrar consigo mesmo:

Uma noite, por exemplo, estava sentada no pátio, quando meus olhos depararam com o ato amoroso de duas meninas que se beijavam e se abraçavam carinhosamente; fiquei olhando, até que alguém as alertou de que o inspetor se aproximava. [...] E eu fiquei pensando, recordando o jeito como uma delas se trajava, forçando um tipo masculino, embora tivesse gestos muito femininos: seu modo de andar, seu corpo. Era uma garota que mais tarde eu vim a conhecer como sendo “um dos machões” da unidade. Havia diversas iguais a ela, sendo que algumas tinham um tipo mais masculino. Aquilo não me assustou, embora eu não soubesse de tal existência. (HERZER, 2007, p. 55).

Por meio desse trecho, visualizamos a perspicácia do autor ao relatar o impacto daquelas vivências sobre si (*Aquilo não me assustou, embora eu não soubesse de tal existência*) e “fazer circular” uma narrativa que desnudará outras possibilidades de vivências de masculinidade e de feminilidade entre jovens como ele; um processo de autorreconhecimento que também se revela no trânsito do artigo feminino para o masculino, como identifica-se ao longo da narrativa.

Sua escrita, para além de dizer de um “eu” inconforme, também traz a público uma “coletividade” cujas performances de gênero e sexualidade também se revelam como “desomogeneizadoras”: se há garotas reconhecidas como machão, há ainda algumas com um tipo mais masculino e outras com um tipo mais feminino. Uma realidade notável, anotável e divulgável!

Herzer, preocupado em apresentar uma “radiografia” dessas vivências e experiências, afirma que não se tratava de um comportamento isolado, pois havia diversas iguais a ele. Porém, ele se distinguia das demais, uma vez que as outras fora das unidades de internação “[...] aceitavam gracejos de homens, muitas arrumavam namorados etc. Como nunca dei motivo para nenhuma crítica desse tipo, era sempre ressaltado como sendo o único “machão” autêntico” (HERZER, 2007, p. 67). Mas essa não era a única diferença entre ele e os outros, uma vez que o seu corpo também revelava essa transição: “[...] minha fama crescia [por causa] dos pelos que começaram a se desenvolver em mim, nas pernas, axilas, peito, costeleta, características as quais as outras não possuíam, ao contrário [...]” (p. 67).

No entanto, ainda que se diferencie dos outros “machões”, não delimita a sua masculinidade ao biológico, pois de forma estruturante, em todo o seu narrar homem, coloca

em xeque exatamente esse padrão sustentado pela fisiologia e, portanto, limitado à compreensão desse existir a apenas *um órgão no meio das pernas*:

[...] pobres homens, que me criticaram e ainda criticam hoje dizendo que eles sim eram homens, pelo órgão que tinha no meio das coxas, e o fato de eu ter muitas namoradas não me fazia um homem, e agora depois de tanto tempo, pensando na miserável mente destes homens. Nada tenho a dizer sobre estas mentes cobertas, sob esta ignorância tão forte que os transforma de homem para MACHO, minúsculos machos que pensam trazer seu caráter em forma de duas bolas no meio das pernas (HERZER, 2007, p. 132-133).

Esse modo de narrar desnuda o paradigma identitário de masculinidade como tóxico, pois, do seu ponto de vista, conforma os homens de nossa sociedade – de modo metonímico representados pelos funcionários e diretores das unidades pelas quais passou – em “miseráveis”, cujas mentes são cobertas por ignorância. Ao qualificá-los como miseráveis e ignorantes, o autor explicita dois aspectos importantes: a forma reducionista de se reconhecer ou não um homem e as violências cometidas por eles a partir disso.

Ao trazer a público as múltiplas e diversas formas de tortura que sofreu ao longo de pelo menos três anos de internação, na maioria das vezes pelo simples fato de não se reconhecer no gênero que lhe fora determinado compulsoriamente no nascimento, Herzer desnuda a FEBEM como um aparelho de repressão da subjetividade humana, e, assim, a letalidade do machismo, pilar do patriarcado (BOURDIEU, 2016). As violências sofridas variavam desde ser obrigado a usar vestidos, ser lembrado de que não tinha “saco” e “bolas”, ter seus cadernos de poesia confiscados, ser enviado às prisões solitárias, bem como sofrer espancamentos agendados:

Mais difícil ainda quando alguém nos vigiava, e quando o dia era lento, sabendo-se que à noite iríamos para o paredão novamente deixando que os funcionários noturnos descarregassem seus complexos machistas em tapas e socos (HERZER, 2007, p. 111).

Porém, fora da FEBEM, quando interpelado sobre sua identidade gênero-sexual, seja pela família, seja pelo Estado – Juizado de Menores e polícia – Herzer assumia a identidade “homossexual paraíba”, que parecia causar menos abjeção.

Havíamos combinado ser ingênuos a toda e qualquer pergunta sobre a FEBEM: homossexualismo paraíba (termo usado entre pessoas do centro da cidade, juizado de menores, e muito conhecido e pronunciado por policiais), enfim, seríamos totalmente diferentes do que éramos na verdade. (HERZER, 2007, p. 91)

A “anotação” acima é muito curiosa, pois informa sobre as estratégias que os “machões”, como ele, usavam para burlar os institutos de poder fora da FEBEM, onde, coletivamente, se (re)afirmavam como se autorreconheciam. É uma “anotação” que também

pode ser lida como uma “dica” de quem bem sabe o que é viver uma experiência identitária perseguida, marginalizada.

Outro aspecto que merece nossa atenção em seu relato diz respeito à informação que traz sobre as “famílias” criadas pelas jovens internas na FEBEM. São famílias que, se por um lado, nasciam “inspiradas” no instituto sacralizado pela Igreja e pelo Estado; por outro, “desomogenizam” os padrões pré-estabelecidos para os papéis de gênero e sexualidade instituídos pelos poderes e, conseqüentemente, para a formação da família reprodutivesca aos moldes cisheteronormativos:

Na Febem, os “machos” tinham sua mulher, isto é, outra menor da mesma unidade e, dependendo do casal, uniam-se a elas outras meninas que se colocavam no papel de filhas ou filhos. Assim sendo, havia inúmeras famílias lá dentro, algumas pequenas, outras imensas (HERZER, 2007, p. 76).

Essa “informação” parece-me muito mais do que um “retrato sociológico”, uma vez que, compartilhada e divulgada, se faz “prova” de que a vivência familiar pode acontecer em modelos outros que os estabelecidos e pré-determinados pelos poderes instituídos. Por esse meio, pioneiramente pelo autobiográfico trans, acaba por garantir no literário um espaço imaginativo para outros arranjos familiares, que só mais recentemente têm sido reconhecidos como legais pelo Estado brasileiro.

Importante notar ainda que, embora o autor não se narre a partir de discursividades médicas (como acontece nas obras de João W. Nery e Lorys Ádreon), ao contestar “as versões dadas sobre si”, segue confirmando:

Para mim eu era um rapaz em fase de adolescente, e para alguns, um caso que deveria ser tratado clinicamente. Mas para o Sr. Humberto não havia outra palavra; simplesmente um machão da V. Maria (HERZER, 2007, p. 108).

Uma enunciação vital, pois garante que a sua autoidentificação prevaleça como a verdade; gesto próprio de um cuíerlombola que, à revelia do sistema de exceção “encarnado” pela FEBEM, autoafirma-se, autovaloriza-se. “[...] como seria o mundo se todos os homens trouxessem sua virtude, seu caráter no formato de duas bolas?” (HERZER, 2007, p. 110). Traz a público performatividades de gênero e sexualidade reprimidas pelo Estado bem como a vivência de outros arranjos familiares, ainda que limitados ao espaço da internação.

Produz, por consequência, uma narrativa que inaugura no espaço literário uma comunidade de partilha para a qual dedica a sua escritura, a sua combatividade: “Foi aí que prometi que faria algo por eles, contaria aqui fora de tudo que se passava escondido lá dentro. Não sabia se adiantaria muito, talvez nada, talvez um mínimo” (HERZER, 2007, p. 131).

### **3.3 Erro de pessoa: Joana ou João?: o depoimento de um transexual brasileiro (1984), de João W. Nery**

João Walter Nery<sup>54</sup> – jovem, branco, de classe média carioca, graduado em Psicologia –, ao escrever *Erro de pessoa: Joana ou João?: o depoimento de um transexual brasileiro* (1984), doravante indicado como *EP*, diz o fazê-lo para “[...] documentar as sensações que f [oi] tendo das vivências ambíguas no transcurso da [sua] vida – o de ter nascido homem, aprisionado num corpo de mulher” (NERY, 1984, p. 7). E o faz, conforme enuncia, exatamente no momento em que se recupera das cirurgias de redesignação de sexo – ainda proibidas e criminalizadas no Brasil<sup>55</sup> quando publica a sua obra. Realidade que forçará Nery – como explicita – a usar nomes fictícios em alguns lugares e com algumas pessoas. Dados esses “decodificados”<sup>56</sup> na sua segunda autobiografia, *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* (2011), publicada passados vinte e sete anos da edição da primeira obra, já num contexto de liberdade democrática.

Sua enunciação já de largada instala o público como ouvinte de alguém que em meados dos anos de 1970 corajosa e cladestinamente manejou recursos financeiros e teóricos – à revelia da repressão – para existir em conformidade com o seu autorreconhecimento: um homem transexual. Mas não só.

Para isso, estrategicamente, cria uma narrativa “roteiro anamnese” – como o fará Lorys Ádreon, que veremos em seguida – pois dedicada a comprovar que “nascido em corpo errado”, também comprova o direito de efetivar os procedimentos de redesignação sexual. Comprova a transexualidade como um “fenômeno humano”, como qualifica o autor, e, por isso, narrada com dignidade em sua escrita.

---

<sup>54</sup> Nascido em 1950 e falecido em 2018, embora seja comumente reconhecido como o primeiro homem trans a ter se submetido a cirurgias de redesignação sexual no Brasil, Nery em sua narrativa revela que “Dr. Vitório” já havia realizado uma outra cirurgia antes da sua: “– Vitório, você já fez operações em transexuais femininos? – Já. [...] E você me operaria, caso o meu caso de transexualismo fosse comprovado? – Por que não? Bastaria que me trouxesse um laudo psiquiátrico atestando isso. Sou um mero executor. O ponto final para onde converge todo o resto” (NERY, 1984, p. 149-150).

<sup>55</sup> O historiador José Amador, que tem estudado a clandestinidade das cirurgias “de mudança de sexo” no Brasil no período da ditadura, confirma as dificuldades no levantamento desses dados, principalmente entre o período de 1968 a 1985, uma vez que a questão era reprimida pelo Estado policaiesco. Segundo Amador, além de Farina, três outros médicos faziam essas cirurgias, no mesmo período, em clínicas privadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://projeto colabora.com.br/ods1/cirurgias-de-mudanca-de-sexo/attachment/amador/>. Acesso em: 20 mar 2018.

<sup>56</sup> De acordo com as informações na segunda autobiografia, a cidade de Melópolis é São Paulo e o Dr. Vitório, o Dr. Roberto Farina, o mesmo que já havia sido julgado e condenado por “lesão corporal gravíssima” em função da realização de cirurgia de redesignação sexual de Valdirene Nogueira, no início dos anos de 1970 (FRAGOSO, 1979 *apud* CARVALHO, D., 2014; SAADEH, 2004).

Essa narrativa publicitará termos e concepções como transexualismo<sup>57</sup>, identidades transexuais masculina e feminina, travestismo, bem como o debate e os procedimentos de redesignação sexual. Inscreverá por meio do termo “monstruação” o seu sentimento de agonia em relação a uma biologia limitadora de sua existência, bem como compartilhará com o público, a partir de suas experiências, dicas para melhora do “desempenho” sexual com as mulheres, não sendo um homem peniano.

Nery irá escrever “tudo isso”, num período que poderia ser de completa realização pessoal, como desabafa, mas que se realiza num contexto de irrealização de sua própria existência, uma vez que, ao transitar de gênero clandestinamente – único meio possível –, perdera o direito aos documentos civis e curriculares<sup>58</sup>, passando a “inexistir”. Entretanto, tornou-se uma realidade motivadora para o seu gesto de rebeldia literária, que, no escuro do seu tempo, produziu uma escritura que tanto confirma a sua existência subjetiva e física, como também a de outras e de outros que acredita existir:

Sei não ser o único, mas um dos poucos que, além de viver este dilema dual, pode ter condições não só de expressá-lo no papel, através de um desnudamento diante dos leitores, como também de denunciar a hipocrisia e ignorância sociais diante de um problema sério, profundo e até agora, unicamente humano. (NERY, 1984, p. 7).

Nery é detentor de uma escrita cuíerlombola, consoante tenho discutido, pois, ao “compartilhar” a sua experiência como aquele que “descobriu uma saída” para o seu problema, instiga a leitora e o leitor a não se conformarem com as verdades compulsórias. Quanto a isso, importa salientar que, embora as discussões sobre a transexualidade como categoria médica já estivessem ancoradas no Brasil, como já visto anteriormente, também sabemos que esse conhecimento não ganhava ampla circulação, fator determinante para que Nery – mestrando em Psicologia e professor numa faculdade conceituada no Rio de Janeiro – só tivesse acesso a esse debate, fortuitamente, na Europa:

Saindo de Montmartre, depois de perambular por entre artistas e cabarés, peguei o metrô para o Quartier Latin. Entrando numa de suas inúmeras livrarias, comecei a folhear algumas publicações que me interessavam. [...] Como vendedor algum me incomodasse, senti-me à vontade para folhear com calma uma gama de livros e livretos, até minha mão alcançar uma revista científica. Trazia como subtítulo a palavra *sexualité*. [...] Precisamente no capítulo cinco, havia uma reportagem onde

---

<sup>57</sup> Importante registrar que Nery, ancorado nas discussões médicas de seu tempo, irá apresentar a sua leitora ou ao seu leitor uma terminologia ainda territorializada na patologização e na estereotipia, portanto, não mais usada na contemporaneidade.

<sup>58</sup> Nota-se que, mesmo com o fim da Ditadura, embora a Constituição de 1988 proibisse qualquer forma de discriminação, a retificação registral para pessoas trans, por meio judicial, só se tornou possível, em fins dos anos de 1990, quando o Conselho Federal de Medicina aprovou a Resolução nº 1.482/1997, autorizando os hospitais públicos ligados à pesquisa a realizarem, gratuitamente, a mudança de sexo. (CARVALHO, Maria, 2018).

um médico falava sobre cirurgias transgenitais feitas em alguns países com sucesso. Referia-se apenas a transexuais masculinos, por serem os casos mais comuns e mais fáceis de resolver. Citava os Estados Unidos como um dos países precursores e mais desenvolvidos neste ramo (NERY, 1984, p. 121).

Ao voltar para o Brasil, por volta de 1975, autorreconhecendo-se transexual, localiza médicos que se dedicavam à questão. A título de exemplo, cito aqui a relação de confiança com o Dr. Porto, um endocrinologista carioca que tinha interesse no assunto e por isso crucial no seu processo de transição:

Porto era jovem, rico, famoso e engajado nos padrões da nossa cultura. Um bem-sucedido na vida, como se admirava dizer. Admirava-o por não se acomodar ao status quo. Revolucionário por natureza, questionava os arcaicos conceitos da medicina tradicional. [...] Nossa relação fatalmente se tornou a de cordão umbilical. Sendo a única pessoa que poderia me ajudar a sair do caos vivente, transformou-se numa espécie de salvador-mor (NERY, 1984, p. 143).

Destaca-se que o autor, ao evidenciar o acolhimento recebido pelo endocrinologista, sinaliza tanto a importância da bioquímica para a transição identitária, quanto o suporte emocional necessário e fundamental para aquele que vive a sensação de “nascido em corpo errado”, num “caos vivente”. Um suporte que ainda hoje não é acessado por grande parte da população brasileira, registra-se de passagem<sup>59</sup>.

Ao descrever essa jornada de descobertas, João Nery traz a público a informação de que participou – como espectador e “exemplar vivo” –, de um congresso internacional “clandestino” sobre transexualidade, o qual fora realizado em “Melópolis” por volta de 1975-1976, o qual será minuciosamente “radiografado” em sua escrita de forma a garantir que as discussões, os debates e as compreensões de representantes das mais diversas áreas de conhecimento (médicos, antropólogos, juristas, sociólogos, psicólogos, biólogos e convidados) sobre a temática ganhassem publicidade. Importante lembrar que exatamente no ano de realização desse congresso, em 1976, o médico Roberto Farina fora denunciado pelo Ministério Público de São Paulo por “mutilação” de homens, como já mencionado.

---

<sup>59</sup> Quanto a isso, importante explicitar que, somente em 2008, o Ministério da Saúde instituiu, pelas Portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 (como já citada) – ampliada pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 –, o atendimento integral de saúde a pessoas trans, o que inclui acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS à hormonioterapia e cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saudelgbt>. Acesso em: 20 jan. 2019. Por outro lado, ainda nos dias atuais, é um suporte muito aquém da demanda em todo o país (ROCON *et al.*, 2016). No tocante ao atendimento privado, ainda há muitas dificuldades e ineficiências, como enuncia Thaís Andrade, ingressa no 1º semestre de 2020 no curso de medicina da Universidade Federal da Bahia: “Quero ser endocrinologista. Quando eu estava no processo de hormonização, aos 21 anos, eu não encontrava médicos que atendessem pessoas trans, aqueles que além de nos entender, nos respeitassem. Esse público ao qual eu pertencemos torna-se cada dia mais numeroso e as pessoas se automedicam.” Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/05/15/que-diante-da-minha-escolha-outras-pessoas-se-encorajem-diz-trans-que-cursa-medicina-na-ufba.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2020.

De modo emblemático, Nery registra a reflexão de um dos congressistas sobre a ilogicidade relacionada aos questionamentos de cirurgias “sexuais” para as pessoas transexuais:

Um cirurgião expôs a questão tabu milenar em relação ao corpo humano, que encara a cirurgia como castrativa – um ato de violentação. Falou da ilogicidade de se aceitarem transplantes de outros órgãos, contando que não sejam sexuais, embora os resultados ainda se mostrem ineficazes em decorrência dos processos de rejeição. Ressaltou que quando um paciente apresenta uma desordem psicossomática e, como tal, remediável pela cirurgia – uma orelha de abano, uma ptose palpebral, um dedo supranumerário ou uma cicatriz deformante – basta adaptar o “soma” à “mente” que se estabelecerá o equilíbrio. E por que o mesmo não podia se dar com o transexual, a fim de se poder enquadrá-lo na sociedade (NERY, 1984, p. 162).

Reflexões ainda atuais, uma vez que colocadas para as pessoas trans e, contraditoriamente, inexistentes para a identidade cisgênera, que cada vez mais tem usado dos recursos biotecnológicos para adequar corpo a estética.

Para além dessa perspectiva, Nery descreve o debate quanto às performances identitárias proposto por um antropólogo, e, neste sentido, à revelia de sua vivência, traz pela voz da ciência o questionamento dos padrões essencializadores de gênero e os denuncia como estratégia de dominação:

[...] abriu-se uma polêmica acirrada quando foi apresentada a segunda abordagem, por um antropólogo, numa visão culturalista. O problema foi visto como mais de gênero que de sexo propriamente dito. Gênero, entendido dentro das qualidades dicotômicas “masculinidade” e “feminilidade”, que sintetizariam o cerne da questão. A não aceitação corporal ou inversão psíquica estaria relacionada diretamente com os conceitos de “homem” e de “mulher” ditados pela cultura, sem os quais nenhuma identificação poderia ser detectada pelo indivíduo transexual. – Inversão a quê? Qual seria então a versão? A social? Nas próximas décadas, eu creio que a visão do que é ser homem ou mulher sofrerá uma transformação. A distinção não estará mais na vestimenta, no nome ou nas atuais formas padronizadas da existência, mas no corpo, que por sua vez, não terá nada de mais expressivo a não ser a evidência da individualidade de cada um (NERY, 1984, p. 166-167).

Uma narrativa que se constrói pedagogicamente para confirmar o sentimento de realização quanto às “cirurgias de adequação” como para indagar a violência da normatividade biologizante sobre corpos como o seu:

Desabafando, mas sem querer demonstrar abatimento pelas nefastas informações que acabara de ouvir [sobre as cirurgias], eu disse: – É uma opção muito idiota! Para ter um corpo compatível, amado e aceito, tenho de perder o prazer sexual! Não é estúpido ter que optar entre essas duas alternativas? Mas como não me resta outra, irei até o fim. De que me adianta ter prazer num lugar errado, de uma forma insatisfatória, num corpo trocado, sem conseguir me entregar inteiramente à pessoa que amo? (NERY, 1984, p. 232).

O livro de João W. Nery, ao fim e ao cabo, pode servir de “suporte” para quem, como ele, precisa de uma saída bem como para que a sua leitora ou o seu leitor possam entender

como o padrão de verdade identitário é violentador e, por isso, garantidor da precariedade da existência humana.

### **3.4 *Meu corpo, minha prisão: autobiografia de um transexual (1985), de Lorys Ádreon***

*Meu corpo, minha prisão: autobiografia de um transexual (1985), de Lorys Ádreon*<sup>60</sup>, publicada três anos após a obra de Herzer e um ano depois da de Nery, é uma escritura que já traz na sua abertura, “Nota explicativa de Lorys Ádreon”, uma declaração enfática:

Ao escrever a história de minha vida, detive meu pensamento numa firme e imutável idéia. Registrar para sempre a trajetória amarga que percorri desde meu nascimento, vivendo um papel em total discrepância com minha personalidade. A completa afinidade que descobri ter com o sexo feminino desde a mais tenra idade, me impelia sempre em direção a um comportamento que enfocava a feminilidade, embora vivesse cercada de repressão e violência, que visavam meu ajustamento compulsório a um comportamento masculino (ÁDREON, 1985, p. 9).

Temos, dessa forma, uma narrativa que, junto às duas anteriormente analisadas, vem reforçar, nos anos iniciais de 1980, a otimização do espaço narrativo para a defesa do direito à existência transexual, neste caso pela voz de Lorys Ádreon, que, diferentemente dos outros dois, dir-se-á da perspectiva do gênero feminino.

Assim, de saída, a autora-protagonista-narradora “grita” que a sua história de vida desnudará as violências sofridas por não se ajustar a um padrão compulsório de gênero. Mas não só. Ela manejará o autobiográfico como um “lugar” privilegiado para dizer sobre a sua existência, como se autorreconhece e o seu direito ao “ajuste de corpo a mente”, às cirurgias de redesignação sexual. É uma escrita que nasce, conforme o prefácio da editora – Rose Marie Muraro –, do contato de Lorys Ádreon com a obra de Herzer, o que levou a escritora até a editora.

Estamos diante de uma escrita produzida – considerando os marcadores temporais na narrativa – por uma jovem de vinte e poucos anos de idade que, embora já possuísse laudos médicos para efetivar os procedimentos necessários para “ajustar corpo a mente”, é impedida de fazê-lo legalmente no Brasil e, conseqüentemente, ser reconhecida civilmente como se autorreconhece: mulher. Sua trajetória é registrada por Rose Marie Muraro, no prefácio intitulado “Salvem Lorys Ádreon”:

Falei depois com o Dr. Farina, famoso professor da USP que havia se envolvido com casos de operações de transexuais no Brasil, operações estas proibidas por lei e que haviam causado grande polêmica pública em sua época. O Dr. Farina havia examinado Lorys e me afirmou que este possuía anomalias genéticas. Era um caso

---

<sup>60</sup> A autora registra que nascera no ano de 1960. Também é importante salientar que na nota de abertura explica que usa o masculino porque escreve a sua história de forma retrospectiva.

de psique de mulher dentro de um corpo de homem. Um caso em um milhão. Além da declaração do Dr. Farina, Lorys conseguiu mais tarde outro atestado da Universidade do Rio de Janeiro com o mesmo laudo. Lorys nunca desistiu de fazer a operação que mudasse seu sexo, tornando seu corpo exterior identificado com aquilo que ele já era por dentro: uma mulher. Mas porque no Brasil esta operação é considerada criminosa, no momento ele está tentando conseguir alguma coisa no exterior (ÁDREON, 1985, p. 6).

Nota-se o empenho da editora em confirmar o caso de Lorys Ádreon como patológico, o que justificaria – “aos olhos da época” – a validação de um “tratamento”. Fato notável nessa publicação – que difere das anteriores estudadas –, pois, se por um lado revela o empenho da editora na defesa de um direito desrespeitado; por outro nos permite constatar como os discursos de patologização dessa identidade foram confirmados como “solução” em nossa sociedade.

Diferentemente de Herzer, que parece não ter tido condições de pesquisar/acessar informações sobre a transexualidade, e de Nery, que o faz fortuitamente em uma viagem pela Europa com pouco mais de 20 anos de idade, Lorys Ádreon o faz quando tinha aproximadamente doze anos de idade, por volta de 1972<sup>61</sup>.

Isso ocorre porque o Diretor da escola em que estudava, no interior do Estado do Amazonas, atento aos conflitos que enfrentava, informou a sua mãe de que “ele” se tratava de um caso científico de “homossexualidade”<sup>62</sup>; uma “conversa” que lhe estimulou a buscar informações sobre outras formas de existir, levando-a a acessar a história de Christine Jorgensen – já comentada anteriormente –, fato que “[...] acend[eu] uma tênue luz de esperança no fundo de [sua] psique” (ÁDREON, 1985, p. 32). Por outro lado, se esse episódio a alegrava porque lhe apontava uma solução, igualmente a angustiava, pois era uma história que circulava “[...] grandemente alterada pelas lendas absurdas que as pessoas agreg[v]am aos fatos reais” (ÁDREON, 1985, p. 32).

Trata-se aqui de um apontamento importante em sua obra, pois, ao apresentar fatos e dados sobre a transexualidade, também apresenta como essas informações são acessadas pelo senso comum, que, moldados pela discursividade de que as identidades de gênero não são passíveis de (re)construções (SILVA, T., 2014), perpetuam concepções que servem a hegemonias identitárias. Dessa forma, a narrativa de Ádreon como a de Nery, organizadas a

---

<sup>61</sup> Importante salientar que Lorys Ádreon, ao escrever a sua história, também arquiva o seu testemunho sobre as múltiplas violências sexuais que sofrera desde os primeiros anos de vida. Violências sofridas em decorrência, como narra, do fato de seu corpo e de sua vida não serem reconhecidos pela cisheteronormatividade como cumpridores das regras compulsórias para o gênero e sexualidade em nossa sociedade.

<sup>62</sup> Registra-se que desde 1990 o termo “homossexualismo” passou a ser desconsiderado, e a homossexualidade foi excluída da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Disponível em: <https://site.cfp.org.br/tag/lgbt/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

partir da consciência de uma existência nomeável – a transexualidade –, além de revelarem existências contra-hegemônicas já validadas pelo discurso médico, mesmo que de forma patologizada, revelam-se a si mesmos como agentes. Tal como no livro de Nery, a autora constrói um “roteiro anamnese”, voltado à comprovação de se tratar de um caso diagnosticado pela medicina, portanto, solucionável.

Dessa forma, por meio de uma escrita cronológica, Ádreon comprova a sua feminilidade desde os primeiros anos de vida, elemento determinante para o laudo psiquiátrico. Uma escrita que, à revelia da criminalização-perseguição empreendida pelo Estado repressor, organiza informações sobre esse “fenômeno humano” e estrategicamente as compartilha pela escrita confessional.

Dentre as informações compartilhadas, encontram-se as suas descobertas da psicanálise: “De repente, algo estonteante como o ‘Complexo de Édipo’, me faz ver pura e simplesmente uma faceta do psiquismo sexual humano que até então [...] jamais sonhara existir!” (ÁDREON, 1985, p. 42). Eis a chave de leitura que mobiliza tanto para (re)construir a sua trajetória na dissidência identitária de gênero quanto para dizer dos seus traumas, “[...] descobertas um tanto embaraçosas para meu então pouco conhecimento, que o Sr. Normand ajudava-me a compreender” (p. 42), aspecto de sua narrativa que mereceria um estudo à parte.

Ainda há a descoberta de que a família e a medicina, ao invés de protegê-la, seriam responsáveis pela sua “quase” morte. Em Manaus, para onde se mudara visando completar o ginásio e fugir das pressões familiares e sociais, é encaminhada pelos pais a um especialista “muito bom”, “estudado na Europa”, que “[...] sem dúvida iria tratar muito bem [dela], curando [seu] misterioso mal” (ÁDREON, 1985, p. 43). Trata-se de um médico que a sós lhe disse “bondosamente” que não tivesse receio ou vergonha, pois não era o único paciente no mundo que o procurava para essa consulta, mas que, em conversa particular com os pais, conduziu-a, “em respeito à sua natureza biológica”, para um tratamento de hormonização masculinizante, como lhe explicaram os seus pais:

– Filho, sente-se aqui. O médico que lhe examinou disse que com medicamentos e hormônios vai fazer de você um verdadeiro homem. Você está com um atraso no crescimento enorme e um desnível hormonal comprometedor. Temos que tratá-lo urgentemente (ÁDREON, 1985, p. 46).

Interessante notar que a autora, ao compartilhar essa dolorosa experiência, desnuda-a como uma armadilha, pois o tratamento torturante para o “seu misterioso mal” veio exatamente de um “médico muito bom, estudado na Europa” que lhe atendera “bondosamente” em seu consultório:

Minha mente estava num caos horrível. Eu esperava que o médico, ao me examinar, recomendasse a meus pais um tratamento semelhante ao que Prof. Victor, no interior, lera sobre o caso Christine Jorgensen, mas ao contrário de minha expectativa, estavam me direcionando para o sexo masculino como hormônios e tudo!! (ÁDREON, 1985, p. 47).

“Tratamento” que acabou por comprometer gravemente a sua saúde emocional, levando-a a uma tentativa de suicídio:

Numa manhã clara, quando sentei na cama após o banho, para enxugar os pés, notei que estavam nascendo pelos em minhas pernas! Não sei expressar com palavras a dor mental e o desespero que senti! Que estavam fazendo comigo?! Transformando-me num monstro efeminado?! Uma criatura peluda com modos e ideias femininas?! Era terrível a sensação de ver meu corpo mudar da aparência normal que tivera sempre, para outra, grotesca e indesejável, que me era imposta contra a vontade!

Instalou-se definitivamente a ideia de suicídio, e por maior amor à vida que eu tivesse, não conseguia afastar esse tenebroso pensamento. (ÁDREON, 1985, p. 59)

Importante destacar que, ao (re)construir a sua trajetória de vida, Ádreon situa nessa vivência traumática o momento de maior vulnerabilidade emocional. Porém, nessa odisseia, em contraposição ao “tratamento” determinado pelo especialista, comprovará a sua essência feminina heterossexual por meio de sua história de amor com o indígena Oitameno, que sempre a reconheceu como uma mulher:

Não posso me cegar diante dessa riqueza de virtudes, por causa de uma discrepância física que pode inclusive, contar com solução médica, visto que mentalmente você já é do sexo feminino; o que precisa ser feito, quando sua idade e desenvolvimento permitirem, é uma cirurgia de conversão sexual para pôr fim ao seu longo e penoso drama! (ÁDREON, 1985, p. 69)

Já ao final da narrativa, comprovando a legitimidade de sua reivindicação pelo autorreconhecimento, transcreve trechos de uma entrevista concedida por Henry Benjamim<sup>63</sup>, referência mundial para a temática naquele período:

Nunca tive dúvidas sobre a validade dessa cirurgia. Em minha clínica particular, acompanhei vários casos por anos a fio, e sei que a operação lhe foi altamente benéfica; a cirurgia realmente os trouxe recuperados à vida. (...) São pacientes que se ajustaram de tal forma após a cirurgia, que não darão quaisquer entrevistas que venham a provar a validade do tratamento. Não querem absolutamente que seu passado se torne público; mudaram de nome, casam-se e vão viver em outro lugar para garantir sua privacidade. Sofreram demais para obter a felicidade, portanto temem perdê-la por revelar uma nova vida e nem querem recordar-se que passou (ÁDREON, 1985, p. 101).

Por esses modos, Ádreon, além de desnudar as violências sofridas por se autorreconhecer no gênero feminino, garante que suas leitoras e os seus leitores – como

---

<sup>63</sup> Publicou vários artigos sobre medicina sexual em periódicos especializados e o livro *The Transsexual Phenomenon* (1966).

Herzer e Nery o fizeram – tomem conhecimento da possibilidade do trânsito de gênero para aqueles e aquelas que não se reconhecem no gênero designado compulsoriamente. Garante que as suas descobertas sobre esse direito possam ser usadas como instrumento “libertário” para quem delas precisar.

#### **4 Sob os auspícios da democracia, expansão das fronteiras do narrar-se trans (1998-2008)**

*É como escritora que dou meu testemunho de vida, tenho oito livros publicados, não sou apenas uma personalidade tecendo comentários ou contando situações. Este é o meu nono livro, o sétimo editado. Ainda pretendo editar muitos.*

Ruddy, *Liberdade ainda que profana* (1998)

*Quero com esse livro denunciar as alegrias e dificuldades em ser diferente e chegar à maturidade num país completamente ignorante a respeito das diferenças.*

Ruddy, *Nem tão bela, nem tão louca* (2007)

*Como o leitor mesmo constatará nas crônicas, entrevistas e histórias de vida aqui publicadas, não somos apenas homens e mulheres no mundo; a realidade sexual humana envolve um espectro imenso de possibilidades, o que, com toda a certeza, ainda nos deixa muito a descobrir, aprender e respeitar.*

Claudia Wonder, *Olhares de Claudia Wonder: crônicas e outras histórias* (2008)



#### 4.1 Ruddy Pinho (1998, 2007) e Claudia Wonder (2008): pela autoafirmação

Se as escritas de Herzer (1982), Nery (1984) e Ádreon (1985) nascem num contexto de certezas sobre a patologização e a medicalização da experiência trans bem como de criminalização de seus escritores, as obras de Ruddy Pinho, *Liberdade ainda que profana* (1998) e *Nem tão bela, nem tão louca* (2007), e a de Claudia Wonder, *Olhares de Claudia Wonder: crônicas e outras histórias* (2008), são publicadas numa conjuntura de questionamento e desconstrução dessas “verdades”.

Esses livros surgem num contexto em que se evidencia um expressivo engajamento institucional por parte de ativistas LGBT, como demonstra Trevisan (2018) e Cleyton Feitosa Pereira (2017), bem como o crescimento de organizações não governamentais – ONG’s<sup>64</sup> protagonizadas por travestis e mulheres transexuais, garantindo, como nunca visto, visibilidade para a causa e para o protagonismo trans (CARVALHO; CARRARA, 2013). A conjuntura, que acelerou debates sobre identidades como lugar político, fomentou alianças e favoreceu o nascimento de organizações específicas para a causa trans, como, por exemplo, a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) no ano 2000 (CARVALHO; CARRARA, 2013, n/p).

No âmbito do Estado, como discute Vianna (2015), de forma evidente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), haverá uma forte relação entre governo e movimentos sociais em prol de políticas públicas de educação – programas e planos envolvendo diferentes órgãos públicos, organismos e instâncias da sociedade relacionadas – voltadas para o gênero e a diversidade sexual.

No campo das produções acadêmicas, destaca-se o pioneirismo da feminista Guacira Lopes Louro que em 1997 publica *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, obra que vai de encontro aos discursos essencializadores quanto ao gênero e sexualidade, conseqüentemente, com a biologização identitária – ainda que completamente circunstanciada ao debate sobre os papéis definidos para homens e mulheres cisgêneros sob a normatividade heterossexual.

---

<sup>64</sup> De acordo com Carvalho e Carrara (2013), “[...] as organizações políticas de travestis e transexuais surgem num momento em que as políticas de AIDS já incluíam termos como *advocacy*, *peer education* e *empowerment*. O termo *advocacy* significa a busca de apoio para os direitos de uma pessoa ou para uma causa, e é amplamente utilizado pelo movimento LGBT. Os outros dois termos, traduzidos como ‘educação por pares’ e ‘empoderamento’, fazem parte do vocabulário militante de nossas entrevistadas. É interessante notar que esse vocabulário, nele incluídas certas ideologias e práxis política, originário das respostas à epidemia da AIDS, torna-se fundamental nas elaborações políticas do movimento de travestis e transexuais” (n/p).

Entretanto, havia uma ótica ancorada pela formação de um pensamento plural que, sob perspectivas múltiplas, indaga o como e o porquê de as representações de gênero e sexualidade se darem da forma como se dão em nossa sociedade. Um debate que se funda na observação de que as concepções de gênero e sexualidade diferem entre as sociedades e até mesmo no interior de cada uma, pois fruto da relação entre diferentes marcadores sociais, como raça e classe e os múltiplos mecanismos de poder (LOURO, 1997).

Pouco depois, ao publicar *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2000), Guacira Lopes Louro garante a divulgação da produção de importantes referenciais norte-americanos para o debate sobre identidade de gênero e sexualidade aqui no Brasil. Textos de autores como Jeffrey Weeks, Deborah Britzman, bell hooks, Richard Parker e Judith Butler compõem o livro organizado por Louro (2000). Por meio dessa obra, a pesquisadora faz aportar o pensamento de Judith Butler, reconhecida como uma das grandes responsáveis pela construção da analítica *queer* no Ocidente. É um livro constituído por reflexões de teóricas e teóricos que, em suas singularidades de abordagem e recorte sobre a temática, desnudam como as interseccionalidades que atravessam a vivência humana – geração, raça, nacionalidade, religião, classe, etnia, por exemplo – alteram as concepções, as práticas do “ser mulher” e “do ser homem” no Ocidente; um debate que, apesar de não abordar a transgeneridade, trata de questões cruciais nos processos de subjetivação identitária.

Neste mesmo ano, Tomaz Tadeu da Silva, pedagogo e sociólogo, publica duas obras referenciais para essa discussão: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (2014) e *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano* (2000). A primeira, fruto da reunião dos debates efetivados por Kathryn Woodward, Stuart Hall e o próprio autor sobre a necessidade de se discutir a questão da identidade a partir da categoria analítica da diferença e não da diversidade, como até então vinha sendo efetivado pelas humanidades, pois

Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição”. (SILVA, T., 2014, p. 73).

Por esse viés, propõe-se uma analítica que tanto garante o reconhecimento de singularidades nos processos de construção das posições identitárias quanto busca reconhecer como elas são classificadas e fatalmente hierarquizadas em nossas sociedades, uma vez que

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em campos sem hierarquia; elas são disputadas. (SILVA, T., 2014, p. 81)

Quanto à obra *Antropologia do Ciborgue*: as vertigens do pós-humano, Tomaz Tadeu Silva (2000) instala o debate sobre “o humano” em diálogo com o seminal “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, da cientista e teórica feminista Donna Haraway (publicado nos Estados Unidos em 1985). Por consequência, soma esforços tanto para desnudar a promiscuidade entre ciência e política na contemporaneidade tendo em vista seus interesses econômicos, como nos leva a questionar o impacto disso para identidades historicamente reconhecidas como não vivíveis. O livro nos convida a reconhecer o humano a partir da imagem *ciborgue*<sup>65</sup>, pois todas, todos e todes nós em algum grau e em algum momento de nossas vidas seremos reconhecidos como tal.

Em 2006, Berenice Bento publica *A reinvenção do corpo*: Sexualidade e gênero na experiência transexual (2006), uma obra que coloca em xeque tanto os dispositivos de poder-saber medicalizadores sobre a transgeneridade quanto os recortes e abordagens desse campo de saber sobre essa experiência humana ainda na contemporaneidade. Uma interpelação fortalecida pelos estudos e reflexões da Psicologia<sup>66</sup> brasileira, que passou a reconhecer essa identidade não como enfermidade, mas como um conflito identitário derivado da compulsoriedade identitária infligida pelo *status quo*. Dentre esses estudos, cito os de Márcia Arán (2006), Tatiana Lionço (2006, 2008, 2009), Daniela Murta (2011) e Rafael Kalaf Cossi<sup>67</sup> (2010).

Em contraponto, neste mesmo período, deparamo-nos com a tese medicalizadora de Alexandre Saadeh<sup>68</sup>, *Transtorno de identidade sexual*: um estudo psicopatológico de

---

<sup>65</sup> Donna Haraway, a partir de Hables Gray, Mentor e Figueroa-Sarriera (1995), cita quatro tecnologias ciborguianas capazes de conferir identidade ciborgue ao humano: as restauradoras, que restauram funções e membros perdidos; as normalizadoras, que retornam as criaturas a uma indiferente normalidade; as reconfiguradoras, que criam criaturas pós-humanas (iguais e diferentes); as melhoradoras, que criam criaturas melhoradas em relação ao humano. Portanto, os humanos derivados desses processos são reconhecidos como pós-humanos.

<sup>66</sup> Produções que provocam questionamentos, como, por exemplo, o trabalho de Alexandre Saadeh (2004), “Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino”, defendido pelo Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina de São Paulo, ainda que completamente circunstanciado na discussão biologizada de gênero.

<sup>67</sup> Importante destacar que a dissertação de Cossi, sob o viés da psicologia, tem como *corpus* de análise textos autobiográficos de João W. Nery (1984), Lorys Ádreon (1985), Marta C. Freitas (1998) e Ruddy Pinho (1998). Saliento aqui que a obra publicada por Marta C. Freitas, *Meu sexo real*: a origem somática, neurobiológica e inata da transexualidade e suas consequências na reconceitualização humana, é publicada como um texto da sociologia. Nesse sentido, ainda que a autora parta de sua experiência e conhecimento sobre a transexualidade para construir esse objeto de discussão, dedicar-se-á, na maior parte de sua obra, a apresentar e discutir o “fenômeno” identitário e não a partir de sua narrativa de si, o que fará apenas no capítulo IV – Sofrimento vivido –, justificativa para não a incorporar na minha tese como *corpus* literário.

<sup>68</sup> Em 2019, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) publicou em sua página uma nota de repúdio a duas afirmações do psiquiatra e coordenador do Ambulatório de Transtorno de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMIGOS) da Faculdade de Medicina da USP sobre o “fenômeno” da transexualidade. A primeira diz respeito à confirmação de que a transexualidade, quando existe, é identificável, nos primeiros anos de vida, o que seria a “disforia de gênero de início rápido”. A segunda afirmação repudiada é a de que em função

transexualismo masculino e feminino (2004) e a de Martha C. Freitas<sup>69</sup>, *Meu sexo real: a origem somática, neurobiológica e inata da transexualidade e suas consequências na reconceitualização humana* (1998), circunstanciadas na discussão biologizada de gênero. Quanto à obra de Freitas, apesar de nascer de um gesto de combatividade – uma vez que a autora parte de sua vivência e experiência trans para produzir um discurso acadêmico legitimador dessa identidade –, o faz completamente distanciada das perspectivas apontadas pelo pós-estruturalismo, o que nos confirma que em todo tempo e lugar há uma variedade de “agoras”, como discute Walter Benjamin (1985).

Será nesse mesmo contexto que Ruddy Pinho e Claudia Wonder publicam suas escritas autobiográficas, escrituras que, por meios muito distintos, instauram uma radicalidade no tempo em que são publicadas, pois não estão mais limitadas a se narrarem a partir do eixo da busca de um diagnóstico para efetivação do “tratamento”. Ao contrário, aqui vão “aparecer” pela autoafirmação. Se nas escritas de Ruddy Pinho (1998<sup>70</sup>, 2007) a estrutura narrativa orbita em torno do seu sucesso profissional e otimismo diante da vida, “apesar dos pesares”; na de Wonder (2008) se revela uma outra força, a da ativista que, norteadada pelo “Manifesto Travolaka”, como veremos adiante, apresenta a sua história de vida juntamente à história de outras mulheres trans, igualmente “acreditáveis”, ainda que sob múltiplas opressões.

Essas publicações irrompem como instrumentos revolucionárias, pois, apesar dos avanços nas discussões e concepções sobre identidade, das políticas educacionais voltadas para a diversidade sexual entre 2003-2010, do crescimento e fortalecimento do movimento ativista, o estado de exceção genocida se mantinha inabalável quanto à estigmatização das existências das pessoas trans. Quanto a esse contexto, vale relembrar que somente em fins da primeira década dos anos 2000, conquista-se o direito ao processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (2008); somente em 2018 o STF reconhecerá o direito ao autorreconhecimento de gênero e a Organização Mundial de Saúde retirará a transexualidade

---

das redes sociais está ocorrendo um “contágio social”, ou seja, adolescentes estão sendo influenciados a efetivarem a transição identitária. Ambas as afirmativas foram desconstruídas em documento publicado na página da ANTRA de forma a demonstrar o quanto algumas falas de autoridade em nosso país perpetuam abordagens biologizantes de processos identitários. Disponível em:

<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/04/nota-publica-dr.-sadeeh-replica-2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

<sup>69</sup> A autora informa que usa um pseudônimo: “É mais que um pseudônimo, ou menos... porque é um nome fantasia de alguém que no Brasil não tem o direito de ter sua identidade reconhecida, de ter um nome verdadeiro que expresse o seu ser.” (p. 12)

<sup>70</sup> Registra-se que neste mesmo ano é publicada a biografia de Roberta Close, *Muito Prazer, Roberta Close*, escrita por Lucia Rito. A obra, conforme entrevista da icônica modelo brasileira, vem a público para desmentir os mitos criados sobre ela. Salienta-se que ela, como Ruddy Pinho, fizera cirurgia de redesignação em fins dos anos de 1980 na Europa. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq09059816.htm>. Acesso em: 2 mar. 2020.

da lista de transtornos mentais da Classificação Internacional de Doenças (CID-11); somente em 2019, o STF criminalizará a LGBTfobia. Portanto, suas escritas, como demonstrarei, por distintos modos narrativos, revelam-se como importantes contributos para a construção de outros imaginários sobre a transexualidade, ainda que circunstanciada à experiência feminina, e importantes contributos na/para a desconstrução de estigmas sobre suas existências.

#### 4.2 Ruddy, *a maravilhosa*<sup>71</sup>

Quando nos debruçamos sobre a produção literária ficcional de autoria trans no Brasil, inevitavelmente chegamos a Ruddy Pinho, que em 1980 estreia na cena literária com a obra poética *Eu, Ruddy*<sup>72</sup>. No entanto, como discute Amara Moira (2018c), trata-se de uma leitura *a posteriori*, uma vez que naquele período a autora ainda não se autorreconhecia mulher, tampouco trazia essa questão de forma explícita para a sua escrita. Como salienta Moira, com exceção das duas autobiografias e do livro de contos *In...confidências mineiras e outras histórias* (1999), premiado pela Biblioteca Nacional em 1998, todos os outros foram produzidos-publicados antes de a autora passar a existir publicamente como mulher.

Por outro lado, como destaca a estudiosa, é curioso que a autora assine o mesmo nome em toda a sua produção, o que nos permite perceber uma “continuidade” identitária trans, muito embora “[...] as duas autobiografias e alguns momentos do livro de contos tra[gam] uma Ruddy distinta daquela que publicou os demais [livros] nos anos 1980” (MOIRA, 2018c, n.p.). Sua produção é variadíssima<sup>73</sup>: três livros de poesia, um de crônicas, um de contos e duas autobiografias.

Quanto à primeira autobiografia, *Liberdade ainda que profana* (1998), a partir de agora identificada como *LAP*, ocorre, como a autora enuncia, num momento em que celebra os trinta e cinco anos de carreira como cabeleireira:

Em janeiro de 98, dei uma grande festa, comemorando meus trinta e cinco anos de carreira. Fiz um grande happening no dia 29 de janeiro de 1998. Resolvi receber umas 500 pessoas, na própria galeria onde funciona o meu salão. Convidei drag-queens, a Rogéria, a Jane di Castro, Claudia Hazan (que me presenteou com uma dança do ventre), atores, atrizes, clientes, crianças, cachorro, um pouco de um tudo, como deve ser uma festa. (RUDDY, 1998, p. 196)

---

<sup>71</sup> Essa qualificação, conforme narra a autora, advém de uma coluna escrita por Danuza Leão no JB em 1992 sobre a singularidade de seu trabalho: “Contei meu problema e ela, na sua coluna do JB, fez a denúncia e ressaltou que, além de eu ser a verdadeira Ruddy, eu era ‘a Ruddy, a maravilhosa’. [...] Esse bordão se ajustou com perfeição à minha imagem, de modo que onde chego, algumas pessoas já exclamam: ‘Ruddy, a maravilhosa!’ ” (RUDDY, 1998, p. 141). O “bordão”, como afirma, ajustado a sua imagem, confirma-se, como demonstrarei, nos modos como se narra em ambas as autobiografias, pois enaltecidas de suas competências e sucesso profissional.

<sup>72</sup> Data de nascimento por volta do ano de 1940 (RUDDY, 1998).

<sup>73</sup> Quanto a sua produção literária, consultar ensaio de Amara Moira (2018c).

Naquela circunstância é chancelada como autora e como tal enuncia que escreverá a sua narrativa autobiográfica: “É como escritora que dou meu testemunho de vida, tenho oito livros publicados, não sou apenas uma personalidade tecendo comentários ou contando situações. [...] Pretendo editar muitos” (RUDDY, 1998, p. 7). A busca pela “validação” parece ser mobilizada tanto para afirmar a qualidade de sua escrita, quanto a qualificação de sua vida: uma mulher trans que conquistou reconhecimento profissional, sucesso e patrimônio financeiro.

Já em *Nem tão bela, nem tão louca* (2007), a partir de agora identificada como *NBNL*, a autora deter-se-á fundamentalmente nos fatos, experiências, conquistas e desafios vivenciados nos últimos anos do segundo milênio, dentre eles, as memórias de suas muitas viagens para a Europa e os Estados Unidos e o seu pleito a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Elementos narrativos que parecem ser mobilizados em sua escrita tanto para confirmar a sua inserção social pelo consumo quanto para colocar em xeque, pela autoafirmação e autovalorização, o sistema que a violenta: “Quero com esse livro denunciar as alegrias e dificuldades em ser diferente e chegar à maturidade num país completamente ignorante a respeito das diferenças” (RUDDY, 2007, p. 11). Uma escrita, como ela mesma confirma, desafiadora, pois

A diferença entre este e os outros livros que escrevi é que contar sua própria vida, sem ficção, é muito difícil. Preciso estar disposta para enfrentar possíveis críticas e incompreensões. Mas ao mesmo tempo agradeço e dispensei isso tudo, sempre fui transgressora e orgulhosa por ter sobrevivido de arte, no Brasil. É aqui que quero envelhecer, mesmo que me considerem uma eterna polêmica (RUDDY, 1998, p. 217-218).

As duas escrituras de Ruddy Pinho com diferentes formas confirmam o seu “aparecer” como uma voz que deve ser ouvida, como um corpo que deve ser enxergado (BUTLER, 2018), pois nascidas de alguém que, ao escrever a sua versão sobre a sua própria vida, o faz pelo autoamor e a autovalorização, dispensando possíveis críticas e incompreensões.

#### **4.2.1 *Liberdade Ainda que Profana* (1998)**

Interessante notar que *LAP* (1998), de modo diferente das primeiras autobiografias desse cuíerlombismo literário, nasce, simultaneamente, como manifesto de alguém que desde sempre lutou pela sua dignidade e no presente coroa uma trajetória de sucesso:

Denuncio e protesto contra a sociedade que ignora seu semelhante. Mas faço um protesto *light, diet*, coberto de *strass* e purpurina para não deixar de ser alegre e feliz. [...] Não é justo que meu sofrimento comprometa o resultado final. [...] Amei, dei o melhor de mim ao meu semelhante tornando-o mais belo esteticamente. Fiz

cabelos de mais de 300 mil pessoas nestes 35 anos de trabalho, e meu talento sempre foi recompensado. [...] Meu depoimento de vida vem numa hora em que estou feliz, encontrada e cheia de planos para o próximo milênio. Daqui a pouco vou me aposentar pelo INSS, mas continuarei atendendo minha clientela com carinho e a vontade de sempre. Talvez, viver mais no meu mato junto à Iansã, e vez por outra sair pelo mundo. Quero que fique bem claro que minhas experiências desagradáveis jamais me tiraram as minhas origens. [...] Sou uma artista que se expressou de várias formas e tenho orgulho de dizer que sou brasileira, tenho muito orgulho disso. (RUDDY, 1998, p. 7)

Esse deslocamento narrativo é surpreendentemente subversivo, pois, embora a questão da transição de gênero inextrincavelmente organize a trajetória de vida de Ruddy, o seu narrar-se transborda esse aspecto de sua vida e é por isso “revolucionário”, já que fraturador de uma expectativa da narrativa de si própria. Por consequência, é capaz de vingar um enquadramento de morte para existências como a sua, uma vez que, além de enaltecer e confirmar a autovalorização, faz isso como uma cidadã que, ao comemorar 35 anos de carreira como cabeleireira, ainda *tem muito orgulho de dizer que é brasileira*.

Dessa forma, ao celebrar a carreira, a autora também celebra a vida e, estrategicamente, debocha do sistema já no título da obra: *Liberdade ainda que profana!* Assim, mesmo enunciando-se como uma cidadã sob os auspícios da democracia garantida pela Constituição de 1988, igualmente denuncia essa liberdade como incompleta, já que se sabe reconhecida pela Ordem patriarcal como profanadora dos desígnios de Deus e dos homens. Um deboche reforçado na ilustração da capa, uma autorrepresentação espelhada na irreverente Marilyn Monroe, acompanhada de uma assinatura igualmente irreverente: *Ruddy, a “maravilhosa”*.

Destaca-se que já nas primeiras páginas, ao buscar “o fio da meada” de sua carreira como cabeleireira, Ruddy (1998) revela que tal ocorre por volta dos 13-14 anos, em meados dos anos de 1950 em Belo Horizonte, quando perde o emprego na Drogaria Araújo por homofobia: “– Você é bicha, não é? Não dá para continuar, fica mal para a farmácia. Vá procurar a sua turma! E eu fui!” (RUDDY, 1998, p. 27). A demissão acabou por levá-la a ser explorada sexualmente na Zona Boêmia de Belo Horizonte, mas também contribuiu para que se aproximasse da estética e do cuidado feminino:

O salão de Maria Sabina ficava num local modesto, próximo à Zona, cuja clientela era basicamente composta por veados e prostitutas. Lá aprendi os primeiros segredos da profissão. Aprendi a armar cabelos sensuais e duradouros, que não desmanchavam enquanto as putas atendiam seus clientes. Aprendi a transformar mulheres em deusas e fui, aos poucos, criando um estilo. (p. 47)

Interessante notar que ela denuncia a exclusão que sofreu no mercado de trabalho formal, e, de forma maravilhosamente atrevida, ao dizer da zona boêmia, o diz como uma

grande oportunidade de profissionalização, pois as “putas eram exigentes!” Registra ainda que, depois do salão de Maria Sabina, trabalhou no lendário Hotel Maravilhoso, onde moravam as prostitutas mais famosas da cidade, dentre elas Hilda Furacão, o que lhe garantiu pouco tempo depois empregabilidade no Salão mais requintado de Belo Horizonte, o Charme:

Alguém indicou o meu nome, dizendo que eu trabalhava no Hotel Maravilhoso. Dona Hilda, mais que depressa, pediu que me chamassem, dizendo que se eu trabalhava para as putas, mulheres reconhecidamente exigentes, deveria trabalhar bem (p. 48).

Foi nesse salão que passou a ter contato com a burguesia tradicional mineira, hermética e repressora, o que lhe impôs um grande “desconforto”, mas depois “[...] passou [a ter uma convivência] absolutamente natural, sem arestas” (p. 49-50). Nota-se que, ao dizer desse trânsito profissional, revela-o também como subversivo, pois fora exatamente o “artesanato” aprendido na Zona Boêmia que garantiu o sucesso com a elite da capital mineira: “[...] trazia para a sociedade a magia da Zona, e criava penteados mais soltos, mais leves, mais sedutores. Isso me dava enorme prestígio junto à clientela” (p. 49-50). Tal prestígio foi subversivamente manejado para driblar a repressão política em Belo Horizonte. Quanto a isso, com ironia e perspicácia, relata sua participação como “coadjuvante” numa ação estudantil de resistência ao regime ditatorial:

Num dia deste ano (1964) fui presa pelo DOPS mineiro, numa reunião de estudantes no DCE. Tinham me pedido no salão que levasse uma carta para alguém, não lembro mais quem era. Eu fui e havia uma reunião acalorada, tipo comício. Chegou a polícia e lá fui eu, de gaiata. Passei uns tempos presa e nem ao menos registraram meu nome em lugar nenhum. Poderiam ter me matado e ninguém saberia. Os caras do exército me deram uns tapas, e depois me soltaram. Mas passaram a me perseguir nas ruas quando me viam, mesmo sendo cabeleireira conhecida na cidade, sem frequentar a Zona Boêmia. (RUDDY, 1998, p. 50)

Observa-se que, se por um lado Ruddy revela a sua participação como ingênua e despreziosa: “lá fui eu de gaiata”; por outro, acaba por irromper-se como uma sobrevivente denunciante do regime de ditadura no contexto democrático: “Passei uns tempos presa e nem ao menos registraram meu nome em lugar nenhum. Poderiam ter me matado e ninguém saberia”. Uma perseguição que determinou que se exilasse no Rio de Janeiro no ano de 1965, onde, erroneamente, acreditava estar a salvo:

O Exército continuou a implicar comigo aqui no Rio. Sempre achava um motivo para querer me entrevistar, cortar meus cabelos ou me achincalhar. Cheguei a ser detida no final dos anos de 1960 para servir de faxineira em delegacias e quartéis. Quando não era polícia, era o exército. Muitas vezes fui usada sexualmente por alguns deles. Às vezes participava, outras me sentia estuprada. Nunca pude reclamar, mas um dia chegou a minha chance. (RUDDY, 1998, p. 51)

Já nos salões da cidade, “trabalhava no New Maritê Cabelereiros, em Ipanema. [...] Foi ele quem me deu o grande empurrão na arte de pentear. [...] conheci gente fantástica” (RUDDY, 1998, p. 71), conquistava uma clientela que variava desde a elite endinheirada, misses e celebridades de TV a cantores e cantoras vinculados à contracultura:

Conheci a Léa Maria, colunista do Jornal do Brasil quem primeiro publicou meu nome em grande destaque. Passei a ter contatos mais próximos com artistas, como Leina Crespi, Gal Costa e Maria Bethânia (RUDDY, 1998, p. 71).

Como exemplo de um talento e uma estética singulares, cito o seu registro de sucesso com o corte de cabelo da cantora Simone:

Quando conheci Simone, ela estava em início de carreira, e fui eu quem criou aquele estilo leonino, cabelereira solta e volumosa, que por anos exibiu nos palcos [...]. Um estilo de corte que foi um dos seus grandes sucessos. A partir daí, eu passei a cortar uma série infindável de cabelos iguais aos dela. Virou moda” (RUDDY, 1998, p. 83).

Mas não é só isso. Ruddy teve uma carreira que lhe permitiu “fazer a cabeça” de uma infinidade de personalidades internacionais, o que se deve tanto pela formação e qualificação teórica quanto pelo seu vanguardismo profissional. Como observa, nos anos de 1980 foi “[...] a Paris fazer um estágio no Institute Internacional des Arts de La Coiffure, que brasileiro nenhum tinha sido convidado a participar [...]” (RUDDY, 1998, p. 167). Aproveitou a oportunidade para estudar penteados afro bem como se aproximar da estética *punk* londrina. Quanto à estética afro, afirma ter sido um sucesso no Brasil: “Iesa Rodrigues, na época editora da revista Vogue, elogiou muito, estampando matéria com a Betty Lago cheia de trancinhas” (RUDDY, 1998, p. 73).

Sua carreira é narrada em ascensão até os anos de 1990, quando é abalada pela crise econômica, o estigma da AIDS e a perda da marca “Ruddy” junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O ano de 1992 foi terrível para mim. A economia do país estava em declínio, a AIDS tinha feito vítimas muito próximas. As clientes se afastavam dos salões, com medo de contágio, ignorância pura, é claro. Às vezes, levavam até canequinhas para tomar café, evitando usar as do salão (RUDDY, 1998, p. 140).

Nesta passagem, a autora denuncia tanto a violência que a comunidade LGBT sofreu naquele período, como diz da sua influência e o seu reconhecimento junto à imprensa para contornar a situação:

Liguei para uma mulher a quem eu admirava há tempos e pedi ajuda. Essa mulher era a maravilhosa Danuza Leão. Conteí meu problema a ela, na sua coluna no JB,

fez a denúncia e ressaltou que, além de eu ser a verdadeira Ruddy, era Ruddy, a *maravilhosa*. (RUDDY, 1998, p. 141)

Destaca-se que Ruddy, além de se narrar pela carreira de cabeleireira – o que me surge como um fio condutor de sua autobiografia –, também evidencia, ainda que de forma mais pontual, a de escritora e a de atriz, qualificações que certamente contribuíram para suas inúmeras participações em programas de TV bem como em entrevistas a revistas e jornais ao longo dos anos de 1980 sobre a temática da homossexualidade e transexualidade.

Quanto às suas participações em programas televisivos, todas foram bem sucedidas, exceto uma no Programa da Hebe Camargo em 1987, quando usavam o programa para “[...] conden[ar] as bichas – um ou outro defendia – e só quase no final é que me permitiram entrar. Como ré, é claro, e sem direito a defesa, já que a produção tirou o som do meu microfone logo após o meu ‘Boa noite’.”(RUDDY, 1998, p. 96). Tais “aparecimentos” são reveladores do engajamento da autora em “formar a opinião pública”, como relata: “Programas sobre homossexualidade ou transexualidade, para mim, só são importantes se ajudarem a forma a opinião pública. Nunca me dei mal nesse tipo de entrevistas, a não ser uma vez” (RUDDY, 1998, p. 96).

O gesto de Ruddy, além de confirmar a consciência que tinha de seu papel como figura pública na sociedade em que viveu, ressalta também a sua consciência quanto à importância desse narrar, altamente transgressor, no espaço literário. Um narrar que, pelos elementos apresentados e muitos outros não abordados aqui, confirma a autora-narradora-protagonista como alguém coraável, pois sobrevivente às múltiplas violências na ditadura e a um sistema transfóbico ainda vigente no contexto de publicação da sua obra.

Portanto, ao escrever a sua história de vida de forma também celebrativa e publicitá-la no contexto que o faz – 10 anos de Constituição Cidadã, 10 anos de (re)construção da democracia, 10 anos de realização de suas cirurgias de redesignação sexual –, Ruddy acaba por também celebrar a existência trans:

Abandonei um longo e sofrido estágio de vida. Estágio pontuado por ansiedade e definições. Deixei na Dinamarca, não a pessoa que era, mas a sexualidade errônea que marcou meus passos desde a infância. [...] Tudo o que preenchia minha alma passou a refletir-se na minha aparência física. Meu corpo finalmente acompanhou meu interior e passei a vivenciar apenas o meu feminino em sua total plenitude. Mudei. (RUDDY, 1998, p. 151)

*LAP*, conforme registra a autora, é um livro nascido 10 anos depois de lançar *Certos movimentos de um coração* (1988), quando “jogou tudo para o alto” pela primeira vez e assumiu uma mudança visual e sexual. “Na época, eu não tinha tanta segurança, mas

coragem eu tinha de sobra” (RUDDY, 1998, p. 217). Agora, em 1998, ao publicitar a sua mulheridade trans pelo autobiográfico,

[...] jog[a] mais uma vez para ganhar, porque [tem] certeza de que sempre [lhe] restará alguém por perto. Várias vezes levant[ou] bandeiras, e por isso o título desse trabalho é inspirado no lema da bandeira mineira: ‘Libertas Quae Sera Tamem’ (RUDDY, 1998, p. 217).

#### 4.2.2 *Nem tão bela, nem tão louca* (2007)

*NBNT* (2007), como a própria autora explicita, está “Longe de ser uma nova biografia, este livro dá continuidade ao que já foi contado anteriormente. Portanto, o que aqui é relatado aconteceu nesse novo século, sendo possível voltar no tempo para costurar um livro no outro (RUDDY, 2007, p. 10)”. Assim, Ruddy dá continuidade, inclusivamente, ao “acerto de contas” com o sistema, uma vez que, de largada, novamente, no título da obra, a autora-narradora-protagonista se insurge contra dois estigmas (GOFFMAN, 1988) que desde sempre a violentaram: o da beleza e o da loucura:

- É bicha.  
- Mas é linda.  
- Mas é louca.  
- É bela e louca.  
Algumas pessoas já fugiam de mim, por causa de minha exuberância, e beleza.  
Fiz invejosos. Mas tive sempre que conviver com vários estigmas que acabei me acostumando. (RUDDY, 2007, p. 272)

Importante notar que, se por um lado, a autora diz ter se acostumado aos estigmas; por outro, de forma ambivalente, renuncia a eles por meio de um “nem tão”. Tais percepções também são contestadas pela imagem que usa na capa do livro *NBNL*, pois, diferentemente de *LAP*, aqui Ruddy aparece vestida e ornada com sobriedade, em uma “composição” contrariadora da expectativa criada para corpos como o seu, historicamente construídos como “prontos para o sexo”. Essa territorialização, como desabafa, tornou a sua vida “Um inferno sexual que [a] persegue até hoje (RUDDY, 2007, p. 73).

Os estigmas acima referidos também serão colocados em xeque por meio de uma narrativa que, além de confirmar mais uma vez a cabeleireira de sucesso que é, evidenciará tanto a sua carreira literária como uma escritora que concorreu a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL) – nota-se que Ruddy publicita nesta obra alguns dos seus escritos ficcionais – quanto o acumular de muitas memórias de viagens turísticas internacionais.

O seu projeto de ocupar um assento na ABL é desenvolvido logo depois de o seu livro de contos *In... confidências mineiras e outras histórias* (1999) ser premiado pela Biblioteca

Nacional, ocasião em que Antônio Houaiss falece: “Entrei num concurso da Biblioteca Nacional, ganho o primeiro lugar e me candidato à Academia Brasileira de Letras. Ousada, diriam. E por que não?” (RUDDY, 2007, p. 38).

Ruddy, ao confirmar a sua habilitação para a concorrência, também enfatiza a sua ousadia, comportamento equiparável ao da rebeldia de que nos fala Butler (2018), pois responsável pela sua coragem em enfrentar as limitações impostas pelo *status quo*. Dessa forma, exercendo mais uma vez o seu direito à cidadania, interpela: “por que não?”

Com todo direito, pois brasileira, solteira, loura com mais de 21 anos e escritora de oito livros. Era minha hora. Aliás, bem pensado. Além de candidatar à sua vaga ainda o homenagearia. É que, uma vez, há muito tempo, ele me mandou uma carta. Isso mesmo! O filólogo mais importante do país me escreveu uma carta parabenizando por um dos meus livros. Também porque ele me havia visto no programa “Sem Censura” da TVE [...] e ele percebeu que eu não dissera nada errado em meu português. (RUDDY, 2007, p. 71)

À indagação (“por que não?”), Ruddy responde com argumentos plausíveis – ser brasileira, maior de 21 anos, escritora – e não plausíveis, como “ser loura e solteira”. E vai mais além, pois confirma-se como alguém digna para substituir o filólogo mais importante do país, o que seria igualmente uma homenagem a ele. Esses elementos são reveladores do modo despudorado com que a autora compõe a sua escritura, já enunciado em *LAP* (1998), “Escrevo despudoradamente, despudor que adquiri no teatro, e como atriz performática que sempre fui, percebo que venho interpretando diversos personagens ao longo da vida” (RUDDY, 1998, p. 217), e confirmado na abertura de *NBNL* (2007) quando enuncia aproximar a estética de sua escrita a do escritor Nelson Rodrigues:

Li e assisti a tudo que tive acesso no teatro, cinema, a qualquer coisa que este monstro sagrado nos deixou de herança. Como nas obras de Nelson, eu também me desnudo diante de meus desejos, minhas história de vida sem pudor – mas com dignidade tiro a roupa de minha personagem (RUDDY, 2007, p. 9).

Não obstante a sua ousadia, concorrer a uma cadeira na ABL foi uma empreitada que lhe exigiu muitos esforços: “E lá fui eu à Academia para a candidatura. Passei a frequentá-la nos coquetéis e exposições para dar de cara com alguns deles. (RUDDY, 2007, p. 71-72); o que, por outro lado, também lhe permitiu conquistar os holofotes da imprensa.

Fui fazer o programa do Jô Soares pela segunda vez. Na primeira, fui para procurar uma editora a até declamei uma poesia minha ao lado do piano. Na segunda, eu estava como candidata à Academia (RUDDY, 2007, p. 72).

Quanto à recepção dos meios de comunicação, registra que “A imprensa me deu a maior força. Só elogios, não me lembro de nenhum contra” (RUDDY, 2007, p. 72). Salienta

ainda que o próprio Jô “[...] me deu força dizendo logo que o autor João do Rio era gay. Abafa.” (RUDDY, 2007, p. 72). Um percurso que, apesar do insucesso da candidatura, é registrado com altivez e ironia: “Mas ninguém votou em mim. Azar. Não sou mulher de chazinho. Sou mulher de champanhe” (RUDDY, 2007, p. 72).

Ainda sobre a sua carreira de escritora, compartilha o convite que recebera de um pastor para escrever sobre o trabalho de sua esposa e filha nas prisões cariocas. Ao descrever o trabalho de pesquisa para a escrita, reconstrói algumas de suas memórias do cárcere no período da ditadura, trauma que a impediu de prosseguir com o contrato de edição do livro proposto.

Respirei fundo e pensei, como Deus é onipresente – eu já fui presa, banida pela sociedade, venci e estou aqui para fazer um trabalho de pesquisa na recuperação de detentos pelo evangelho. Eu uma pecadora, isto só pode ser coisa de Deus. [...] Fui prisioneira da falta de fé – e senti que ela transbordava nos olhos e corações de Alarcon e dos presos. (RUDDY, 2007, p. 206-207)

Esse episódio é narrado tanto para que ela se confirme como “filha de Deus”, pois validada para escrever a história das missionárias, contrariando, mais uma vez, os estigmas produzidos para a sua existência, quanto para rodriguiamente – filiação que enuncia no prefácio de *NBNL* – escarnecer do sistema, uma vez que revelará o fracasso da família do “bom” pastor:

Minha pesquisa era para escrever um livro encomendado por um pastor. Desisti do dinheiro e não escrevi o livro – saí de lá chocada. Tempos depois, eu soube que Alarcon havia deixado o pastor e estava vivendo com um ex-detento. Sua filha também (RUDDY, 2007, p. 207).

Assim, de forma irônica, muda o foco do projeto literário não concluído por ela, para o projeto de “Deus” não concluído para aquela “família de bem”.

Quanto às suas narrativas de viagem internacional, em maior abundância em *NBNL*, seja pelo enfoque da narrativa, seja pelo acúmulo de vivências, revelam-se como uma outra potência cuérlombista, pois acaba por ser um forte contributo para a quebra do estigma do trânsito internacional de pessoas trans para a prostituição<sup>74</sup>, muito embora não omita, como qualifica Moira (2018), alguns dos seus dramas de classe média bem como as violências sofridas nas alfândegas, imigrações e consulados.

As narrativas de Ruddy Pinho, a despeito de aqui e acolá trazerem episódios de encontros amorosos picantes, o que pode fazer parte de qualquer narrativa de viagem de uma

---

<sup>74</sup> Sobre a temática, consultar *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*, de Adriana Piscitelli *et al.* (2011).

pessoa adulta, revelam, sobretudo, a agência da mulher que construiu uma jornada invejável de mobilidade internacional, já sinalizada em *LAP*:

Ao longo desses meus anos de vida, diversas vezes, voltei aos Estados Unidos e Europa. Viajei bastante. Conheci povos e países que desejava conhecer. Circulei no mundo por minha conta. Não dependia mais de ninguém, já era cabeleireira famosa, tinha apartamento próprio e ganhava um bom dinheiro. Foram viagens fantásticas, que me enriqueceram espiritualmente, satisfizeram minha fome do belo, minha sede de arte. Quando afinal fui à Dinamarca, país que me deu a verdadeira definição, me transmutei para sempre<sup>75</sup> (RUDDY, 1998, p. 151).

A título de exemplo, destaco aqui algumas dessas viagens, como a realizada para os Estados Unidos em fins do ano 1999 e início de 2000, quando acabara de se separar do marido e sente muitas saudades de seu filho que se mudara para lá. Uma viagem planejada como num “passe de mágica” apesar de sua fragilidade emocional: “Arrumei forças. Como o Ivan não voltaria, resolvi ir até San Francisco para rever meu filho e tentar sair daquele estado depressivo” (RUDDY, 2007, p. 53-54). Fragilidade essa que também não lhe poderia impedir de pensar na maneira mais apropriada para se vestir: “Coloquei meu velho terninho preto de viagem (vou assim para não chamar tanta atenção) [...]” (RUDDY, 2007, p. 53-54), uma vez que sabe ser alvo do estigma da prostituição internacional (PISCITELLI *et al.*, 2011).

Interessante notar que, ao relatar sua experiência, enaltece toda a determinação e capacidade de consumo para “dar a volta por cima”. Ao descrever o roteiro que programara e executara, ainda que de forma intempestiva, compartilha com os leitores toda a logística pensada para retornar por Nova Iorque, cidade que faz questão de registrar como familiar. “Desembarquei em Nova York já no pique da cidade. Rápida, peguei um táxi em New Wark e rumei para Manhattan, onde sempre me hospedo na Rua 49, esquina com a 7<sup>a</sup>, em plena Times Square” (RUDDY, 2007, p. 56).

Já em 2002, ela tem a oportunidade de apresentar Nova Iorque ao filho, que, mesmo tendo morado na cidade, não conhecia o Harlem como ela: “Mãe, agora eu conheço Nova York e foi você que me mostrou” (RUDDY, 2007, p. 65). Tal conhecimento custou-lhe uma experiência desgastante poucos anos depois, quando ciceroneou um casal de brasileiros brancos pelo bairro negro. O Harlem, à propósito, ganha um capítulo à parte, quando se deterá em descrever a sua efervescência cultural. “Todas as vezes que eu vou a NY visito o Harlem, o famoso bairro negro de onde surgiram tantos talentos, tantas divas do jazz que embalaram nossos corações” (RUDDY, 2007, p. 81). Uma cidade que ao fim e ao cabo não a intimida, uma vez que também tem conhecimento em línguas estrangeiras:

---

<sup>75</sup>A autora usa o verbo “transmutar” para dizer das cirurgias de redesignação de sexo.

*Lost again* (perdida de novo)! Para os menos afortunados a tradução é necessária, pois me considero privilegiadíssima por Deus, por conhecer boa parte do mundo e ser entendida em inglês e francês. Ainda arranho um portunhol e o italiano, pois tenho irmã que vive em Roma [...] (RUDDY, 2007, p. 133).

De forma relativamente sequencial, suas muitas narrativas de viagem são tecidas de modo a revelar a sua primeira década de vida do novo milênio: entre uma viagem e outra, numa viagem e noutra. Narrativas que, sobretudo, nos dão acesso a uma mulher cosmopolita, cidadã do mundo.

Dentre as narrativas de viagem para a Europa, destaco as realizadas para Paris nos anos de 1999 e 2004. A primeira, quando na virada do ano, com amigas e amigos: “[...] estava em Paris no Dauphiné Hotel, em Saint Germain. Sempre fiquei neste *quartier*, que me é muito familiar, de onde sei sair para qualquer lugar de metrô ou a pé” (RUDDY, 2007, p. 67). Durante a viagem é surpreendida com a notícia da premiação da Biblioteca Nacional:

Eu acordei depois do meio-dia do 1º dia do ano 2000 em Paris. [...] Foi aí que me dei conta de que, na minha conta no Banco do Brasil, estava depositado o meu prêmio de 1º lugar. Comemorei com um champagne logo cedo. Voltei para o Brasil para ir receber minha comanda ou diploma da Biblioteca das mãos de Eduardo Portela, Ministro da Cultura [...] (RUDDY, 2007, p. 69).

A viagem de 2004, realizada com mais duas amigas, confirma *maravilhosamente* o protagonismo de mulheres emancipadas que farão um *tour* pela Europa: de Paris para Torreilles, depois Cote D’Azur, Mônaco, Roma e retorno a Paris. Quanto ao roteiro em Roma, faz questão de enunciá-lo em comparação com os realizados em fins dos anos de 1970,

[...] em 1977 [...] fiz a Roma turística, na companhia de meu amigo Jorge Askar que lá fazia sua pós-graduação em arquitetura. Foi a viagem mais proveitosa porque, com o Jorge, pude entender melhor a cidade. Voltei mais umas duas vezes nos anos de 1980 com minha irmã Simone, que lá ficou casada. Agora viajo com estas duas loucas. (p. 241)

Sua agenda inclui desde a participação na missa rezada pelo Papa João Paulo II, que “[...] estava em baixa por causa de certas declarações à imprensa sobre homossexuais, mas que emocionou muito a Lena, [...] que ligou pra Lílian, a namorada de anos, prá dizer: – Tô aqui em Roma com o Papa. E chorava” (p. 243), até visitas a monumentos como o Coliseu.

Passamos um fim de semana em Roma, indo de Mercedes dirigida pelo Alfredo [o seu cunhado], a todos os monumentos históricos que todo mundo sabe que tem: Coliseu, Partenon, Piazza di Spagna, até (uff, cansei!) chegar ao Vaticano, na hora da missa de São Pedro. Porque era 29, dia do Santo e data nacional do Vaticano (RUDDY, 2007, p. 242).

No retorno à Paris, prestes a voltar ao Brasil, dedica-se a compras na Galeria Lafayette, visita a Versailles “[...] onde até parece que [fora] criada, pois o conhe[ce] todo pela

oportunidade de visitá-lo em cada ida a Paris” (p. 249) e Monmartre “[...] onde circulamos entre os pintores e suas telas expostas nas ruas” (p. 250).

Esse conjunto de memórias de viagens faz-nos deparar com uma protagonista que se comprova digna para o aparecimento público, pois, à revelia de um sistema transfóbico, impõe-se como uma cidadã consumidora que também conquistou capital cultural <sup>76</sup> (BOURDIEU, 2007), legitimador e hierarquizador de vidas em nossa sociedade.

#### **4.3 Claudia Wonder em *Olhares de Claudia Wonder: Crônicas e outras histórias* (2008)**

O livro *Olhares de Claudia Wonder: crônicas e outras histórias*, de Claudia Wonder (2008), reconhecido aqui como autobiográfico, difere de todas as outras obras deste *corpus*, pois é composto de uma variedade de gêneros textuais – crônicas, entrevistas, relatos biográficos e autobiográficos –, escritos e publicados, entre 2003 e 2008, na revista *G Magazine*, um dos periódicos mais representativos e assumidamente militante pela causa LGBT no país durante o período que compreende desde os anos de 1997 a 2009 (FRANÇA, T., 2010; TREVISAN, 2018).

Como afirma Wonder na abertura do livro, a sua coluna representava “Um desafio e uma grande conquista”, pois era um dos poucos espaços na imprensa nacional onde poderia pautar a questão trans, “um universo pouco conhecido, composto de travestis, transexuais, transgêneros e intersexos<sup>77</sup>” (WONDER, 2008, p. 11) e, por esse modo,

[...] elucidar as pessoas de um modo geral em relação a essa realidade, e também, com isso, repelir o preconceito que todo desconhecimento pode causar. Mas devo lembrar que ainda não existe uma “verdade” sobre esse tema, pois como o leitor poderá perceber, a cada momento surgem questões sexuais e de gênero. Trata-se de tema ainda carregado de muito tabu, em relação ao qual “autoridades” médicas, religiosas e políticas ainda discordam e, pior ainda, se mobilizam para continuar nos relegando, com todos os meios e mecanismos, à invisibilidade e à marginalidade. (WONDER, 2008, p. 12)

---

<sup>76</sup> De acordo com Bourdieu (2007), o capital cultural é um dos recursos manejados pelas elites para perpetuarem as hierarquizações sociais e conseqüentemente se manterem no poder. Esse recurso pode ser identificado como institucional, objetivado e incorporado. Quanto ao institucional conforma-se pelos saberes e conhecimentos reconhecidos por títulos e diplomas; o incorporado, pelo resultado do trabalho do sujeito sobre si mesmo, um trabalho que, via de regra, se adquire pelo hábito e acesso desde os primeiros anos de vida; o objetivado, por meio do acesso aos múltiplos materiais de suporte físico (livros, dicionários, esculturas, pinturas, gravuras). Em se tratando da formação do capital cultural da escritora Ruddy, conforme nos narra, se deu apesar do sistema de exceção que a cercou, fundamental e extraordinariamente pelo modo incorporado e objetivado, pois obrigada a abandonar os estudos escolares formais ainda na pré-adolescência (RUDDY, 1998) e, de origem pobre, contou apenas com o próprio mérito para essa construção.

<sup>77</sup> “A intersexualidade é um termo utilizado desde o século XX para o que se conhece no senso comum como hermafroditismo, isto é, a condição de indivíduos que nasceram com órgãos sexuais ambíguos. A linguagem biomédica marca tal condição como patológica, sendo compreendida como resultado de uma interação anormal dos fatores genéticos e hormonais ligados ao gênero no período pré-natal, e a denomina de distúrbio do desenvolvimento sexual (DDS)” (GAUDENZI, 2018, p. 1).

Essa conquista lhe permitiu evidenciar questões essenciais sobre o universo trans feminino bem como escrever e publicitar a sua versão sobre si; desse modo, se na coluna a sua história vai surgindo esparsamente ao longo dos anos, na obra ela ganha visibilidade pela forma como o livro é organizado.

Quanto à forma, importante destacar que, não fortuitamente, Wonder faz aparecer no livro – da página 1 à página 165 (já ao final) – uma sequência de sete fotografias que, intercalada aos textos, ajuda a “narrar” sua história de vida e a sua transição de gênero. Assim, entre a fotografia da abertura – a criança ainda “menino” – e a última – a mulher exuberante que se tornou –, a leitora ou o leitor acessam a história da ativista e o seu ativismo “disseminados” ao longo de toda a obra, numa composição autobiográfica articulada a “uma comunidade” de partilha, de afetos, que também enuncia e à qual se vincula (nascimento, 2018a, 2018b).

Quanto ao conteúdo narrativo, Wonder “aparece” tanto pela explicitação do “eu” como pela composição do “nós”, perceptível nos cinquenta e três textos que compõem as seis seções do livro: “Trabalho e profissão”; “Entrevistas”; “Identidade de gênero”; “Outras histórias”; “Perfis”; “Preconceito” e “Religião”. Destes, trinta e oito são crônicas, seis entrevistas e nove perfis. Todos destinados a colocar em xeque o sistema e garantir espaço de voz e de luta para a comunidade à qual se liga.

A explicitação do “eu” se efetiva tanto por meio de suas crônicas claramente autobiográficas quanto no modo como mobiliza suas vivências e memórias para pautar as questões sobre o universo trans e o regime de exceção cisheteronormativador. Já o “nós” se compõe pela articulação de sua história de vida com as pautas que maneja, quais sejam: garantia da visibilidade e espaço de enunciação para os corpos trans; o respeito às diferenças; a implosão dos rótulos que escondem as mil formas de se existir trans; a defesa do direito de propor novas formas de entender e construir o próprio corpo; o direito à ambiguidade de gênero e a despatologização dessa identidade. Todas elas defendidas pelo Manifesto da Guerrilha Travolaka, composto pelo Coletivo Cultural Espaço Impróprio, publicado no livro de Claudia Wonder (2008, p. 71) numa crônica intitulada “Guerrilha Travolaka: Sem armas e com muita bravura, a proposta de uma revolução necessária”, tornando-se, de acordo com a leitura proposta, eixo estruturador da obra, uma vez que sustenta a reivindicação de viver a identidade de gênero e conseqüentemente a sexualidade sem ter de pedir permissão!

Não acreditamos em disforia de gênero nem nos transtornos de identidade. Não acreditamos que somos loucos ou doentes, mas acreditamos sim na insanidade do sistema. Não nos classificamos por sexos, somos todos diferentes e independentes de nossos genitais, nossos lábios, olhos e mãos (p.72)

Para defender o direito de existir sob mil forma trans, por exemplo, a autora narra a sua trajetória de autorreconhecimento, de forma distanciada de uma certeza essencializadora, biologizante quanto ao gênero. Na crônica “Em busca de formas mais harmoniosas”, distanciada da compreensão de que havia “nascido em um corpo errado”, Claudia Wonder evidencia que passou a se reconhecer travesti em função da homofobia da sociedade heterocentrista:

Era efeminado e, por não ser aceito pelos héteros nem pelos *gays*, me efeminei por completo e me tornei travesti. Nunca me esqueço da frase que disse quando, aos 22 anos, tomei a decisão: Vou virar travesti para ser amado. (WONDER, 2008, p. 77)

Para colocar em xeque a “verdade” fisiológica nas construções de gênero, Wonder nos conta, em “Entre Deus e o diabo, um bisturi”, que “nasceu intersexo, mas com dois meses de idade [seu] pênis apareceu e desenvolveu-se normalmente, como qualquer menino” (WONDER, 2008, p. 177). Ao descrever esse percurso, acrescenta que por pouco a sua família acatara a orientação médica para uma operação de “mudança de sexo”, o que seria “uma castração pura e simples. E isso é muito mais comum do que imaginamos” (p. 177). Assim, ao trazer essa memória, faz uma denúncia, já que os saberes médicos têm muitas vezes determinado as cirurgias nos processos de construção de gênero. Ao compartilhar a sua vivência, compreensão e questionamentos sobre o seu processo de transição, Wonder desnuda os limites de padrões identitários binários e inclui a discussão sobre o direito à não-binariedade de gênero, à época, reconhecido como androginia<sup>78</sup>:

Como a sociedade denomina o gênero de uma pessoa em seu sexo biológico, a discussão fica limitada na bipolarização de gêneros da qual a androginia não faz parte. Porém a androginia sempre esteve presente na história da humanidade. [...] Precisamos acabar com esse preconceito ridículo de que homem feminino e mulher masculina não são aceitáveis. (p. 77)

Porém, como desabafa, embora “Há anos defend[a] a ambiguidade como identidade para as pessoas transgêneros” (p. 71), trata-se de uma defesa que ainda não encontra respaldo no Brasil, pois “[...] a identidade de gênero é definida de acordo com o sexo biológico da pessoa, homem ou mulher [...]” (p. 71).

---

<sup>78</sup> De acordo com Sandra Bem (1974) *apud* Maria Cristina Ferreira (1999), “[...] os indivíduos andróginos seriam mais flexíveis e livres no desempenho dos papéis de gênero, sendo capazes de exibir comportamentos masculinos, femininos ou ambos, de acordo com o que fosse mais apropriado a cada situação” (n/p). Concepção que dialoga com o uso que Wonder (2008) faz do termo em sua crônica.

O livro de Claudia Wonder (2008) por modos variados desconstrói estigmas e invalidações para a identidade trans e sustenta a premissa da despatologização, que é um debate ainda hoje pautado no Brasil, como já demonstrado nesta tese.

Não acreditamos na disforia de gênero nem nos transtornos de identidade. Não acreditamos que somos loucos ou doentes, mas acreditamos sim na insanidade do sistema. Não nos classificamos por sexos, somos todos diferentes e independentes de nossos corpos genitais, nossos lábios, olhos e mãos. Acreditamos no ativismo, na constância, na visibilidade, na liberdade, na resistência pela dignidade. (p. 72)

Para garantir visibilidade para os corpos trans, inclusive o seu, dedica, de modo especial, três das sete sessões da obra: “Trabalho e profissão”, “Entrevistas” e “Perfis”. Um conjunto textual que, de forma mais personificada, tanto performa um espaço acolhedor de/para uma multiplicidade trans, quanto desconstrutor de estereótipos e estigmas sobre esse existir.

Destaca-se que, ao escolher como seção de abertura da obra “Trabalho e Profissão”, a autora publicitará a trajetória de sucesso profissional de diferentes mulheres trans, que, apesar das violências sofridas, alcançaram reconhecimento nas mais diversas áreas profissionais – imprensa, justiça, televisão, teatro, educação, artes plásticas. Entretanto, na crônica “O preço da dignidade” (p. 21), faz ecoar no desabafo de uma de suas leitoras, Lizandra Costa, o seu próprio, pois tanto uma quanto a outra têm lutado para resistir aos extermínios no mercado de trabalho. Como desfecho, num gesto cuíerlombista, grita: “Acreditar que transgêneros só trabalham como cabelereiras, artistas ou prostitutas é um estereótipo, ou seja, uma ideia preconcebida” (p. 26).

Em “Entrevistas e Perfis”, ao evidenciar a história de treze mulheres trans brasileiras e internacionais, incluindo sua própria história na crônica “Entrevistas, O mito volta à cena – Entrevista com Claudia Wonder, por Paulo Giacomini” (p. 50), para além de confirmar a urgência em se respeitar as múltiplas formas de se entender e construir o feminino trans, Wonder garante que esses muitos modos de existir e de se entender mulher sejam enunciados num espaço comum permitindo partilhas (nascimento, 2018a, 2018b).

Nas demais sessões: “Identidade de gênero”, “Outras histórias”, “Preconceito” e “Religião”, ao discutir temas cruciais que orbitam o (re)existir trans num sistema de exceção, Claudia Wonder também narrará a sua trajetória biográfica. Em “Identidade de gênero”, por exemplo, ao debater o binarismo identitário, compartilha, conforme abordado anteriormente, o seu processo de transição. Quando trata da transfobia na infância, em “Histórias e agruras de uma criança trans”, a autora dá seu testemunho sobre as múltiplas violências que sofreu.

Já em “Outras histórias”, com uma variedade temática substancial, dirá da solidão sofrida pelos corpos trans, mas também celebra as homenagens recebidas por parte do escritor Caio Fernando Abreu e Nelson Luis Barbosa em “Homenagem a Caio Fernando Abreu I e II” (p. 104-109) e o sentimento de comunidade, o que faz em “São Paulo, meu amor” (p. 110-111), crônica dedicada à Parada do Orgulho LGBT no contexto de celebração dos 450 anos da cidade de São Paulo.

Em “Preconceito”, a seção com o maior número de textos (11 no total), a autora reúne crônicas que discutem de forma verticalizada os múltiplos estigmas produzidos para as identidades trans e desnudam o seu manejo pela cisheteronormatividade nas redes sociais e imprensa televisiva em seu tempo. De forma igualmente subversiva, denuncia como a própria comunidade LGBT tem reproduzido esses estigmas em suas relações intracomunitárias, convocando-a a se repensar.

Portanto, vamos começar a pensar que formamos uma força, uma força única e que somos iguais em nossa diferença. Gays, travestis, lésbicas, pintosas..., enfim [...]. Vamos acabar com a antropofagia das tribos (WONDER, 2008, p. 164).

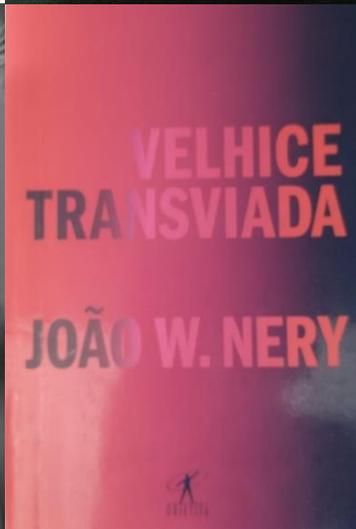
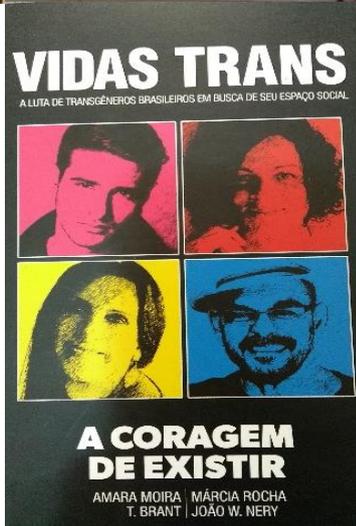
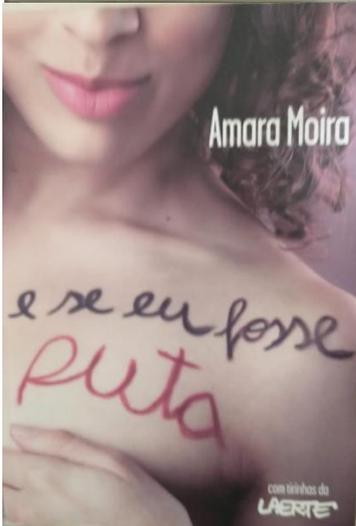
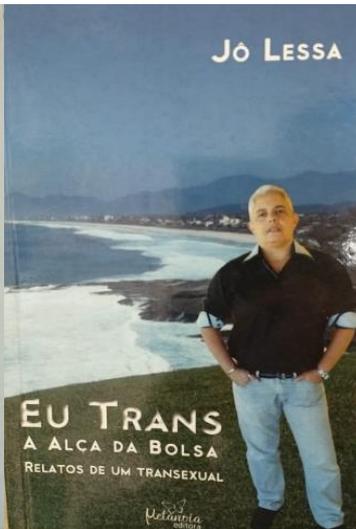
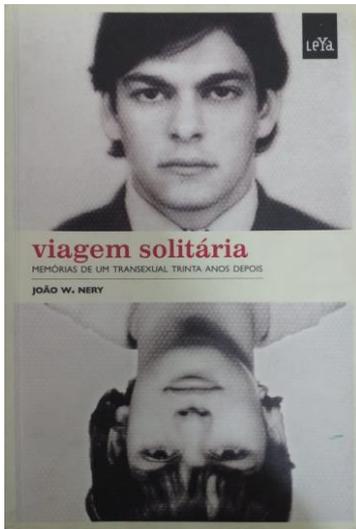
Na última seção do livro, “Religião”, de forma contundente, a autora enfatiza que os discursos religiosos sobre gênero e sexualidade fundados no cristianismo – binaristas e essencializadores – têm sido mobilizados para demonizar os corpos de pessoas trans e consequentemente produzir auto-ódio. Na crônica de abertura desta parte da obra, “Nós e a bíblia”, Wonder denuncia: “Todos nós, LGBT, sabemos que nossos maiores inimigos são os religiosos. Apoiados em parábolas da Bíblia, eles nos condenam e nos marginalizam, fazendo da nossa vida um verdadeiro ‘inferno’ ” (p. 167). Nas duas últimas dessa seção, “Eunucos de ontem e de hoje” (p. 180) e “Entre Deus e o Diabo, um bisturi” (p. 177), destaca-se a automutilação como um dos efeitos perversos da cisnormatividade, respectivamente, para pessoas trans e intersexo: “Conheço alguns trans que, em nome da identidade feminina, mutilaram seu sexo masculino com as próprias mãos, de uma maneira que causa arrepios!” (p. 180).

Sob essa perspectiva, o conjunto narrativo de Claudia Wonder (2008), não obstante todas as denúncias de violências e opressões, é organizado para fazer aparecer “travoladamente” a história da ativista e o seu ativismo pelo autorreconhecimento e a autovalorização de uma coletividade que o sistema insiste em não ouvir; para fazer aparecer, pioneiramente, os dissidentes de gênero como “guerrilheiros de gênero binário excludente”!

**5 No contexto de recessão da democracia brasileira, a pauta dos direitos humanos na expansão cuérlombista trans (2011-2019)**

*Mas quem ouve a pessoa trans? – Age-se como se não falássemos. Quem lê? – Age-se como se não escrevêssemos... É contumaz que terceiros (geralmente cis) falem por nós, iniquamente, sem considerar nossos pontos-de-vista, nossa visão de mundo, nosso protagonismo em todas as suas expressões.*

Jaqueline Gomes de Jesus, *Vidas trans: a luta dos transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social* (2017)



### 5.1 Sob a recessão da democracia brasileira, o avanço da ocupação cuérlombista

Este terceiro e último nucleamento cuérlombista é composto por oito obras: *Viagem solitária*: memórias de um transexual trinta anos depois (a partir de agora identificada como VS), de João W. Nery (2011); *Eu trans – A alça da bolsa*: relatos de um transexual, de Jô Lessa (2014) (a partir de agora identificada como ET); *Meu nome é Amanda*: #trans#mandycandy#youtube, de Amanda Guimarães (2016) (a partir de agora identificada como MNA); *E se eu fosse puta*, de Amara Moira (2016) (a partir de agora identificada como ESFP); *Vidas Trans*: a coragem de existir, de T. Brant, Amara Moira, João W. Nery e Márcia Rocha (2017) (a partir de agora identificada como VT); *Trinta anos de reclusão e as memórias de Porcina D’Alessandro*, de Porcina D’Alessandro (2017) (a partir de agora identificada como TAR); *Nós, trans*: escritórias de resistência, organizada por Maria Léo Araruna (2017) (a partir de agora identificada como NT), e *Velhice Transviada*: memórias e reflexões, de João W. Nery (2019). Essa produção/ocupação ancora-se, como qualifica Luis Felipe Miguel (2019), num contexto de colapso da democracia brasileira em múltiplas dimensões: esfacelamento da legislação que protegia a classe trabalhadora; redução de financiamento para educação, saúde e outros serviços públicos; desproteção social que atinge sobretudo as mulheres, principais responsáveis pelo cuidado com as crianças, os velhos e enfermos; e o refluxo de políticas governamentais de enfrentamento dos padrões históricos de opressão social definidos por gênero, raça, sexualidade e classe.

Talvez, também pelo colapso acima descrito, as oito obras referidas possam ser reconhecidas como signo de um revigoramento da comunidade trans na contemporaneidade, uma vez que essa população manter-se-á firme e irrefreável quanto à luta pelo direito a existir plenamente, ressaltando em sua agenda o direito ao autorreconhecimento de gênero, o direito à despatologização e a garantia da criminalização da transfobia, itens essenciais para essas pessoas serem minimamente reconhecidas como detentoras de identidades dignas de vida. Agenda de reivindicações vinculada a um processo de luta e organização evidenciável desde os anos de 1990, quando as entidades ainda estavam restritas à busca de políticas públicas de saúde no contexto da pandemia da AIDS (CARVALHO; CARRARA, 2013), em que se registra o nascimento de inúmeras organizações não governamentais – ONG’s trans –, conforme Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013) observam. Protagonismo fortalecido no ano 2000 com o nascimento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) cuja missão<sup>79</sup>, desde então, é

---

<sup>79</sup> Tal entidade, além de articular em todo o Brasil as instituições voltadas para ações de promoção da cidadania da população de travestis e transexuais (um total de 127, de acordo com a ANTRA), também tem publicado,

Identificar, Mobilizar, Organizar, Aproximar, Empoderar e Formar Travestis e Transexuais das cinco regiões do país para construção de um quadro político nacional a fim de representar nossa população na busca da cidadania plena e isonomia de direitos. (Assembleia da ANTRA, Teresina-PI/ Maio 2009).

Por outro lado, no início dos anos de 2011, contrariando toda uma política pública de educação voltada para o gênero e para a diversidade sexual que vinha sendo construída pelo governo federal nos dois últimos mandatos presidenciais (2003-2010), a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) veta a distribuição do “Kit Escola Sem Homofobia”, um material educativo voltado para discutir e desconstruir de modo sistemático a LGBTIA+fobia no espaço escolar, componente do projeto de lei “Escola sem homofobia” (VIANNA, 2015).

Esse veto foi, na verdade, a ponta do *iceberg*, pois revelador do poder de articulação da bancada religiosa do Congresso Nacional, que poucos anos depois, em 2013, elegeu para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e de Minorias da Câmara Federal um fundamentalista religioso. Tal “movimentação” político-discursiva garantiu a erupção do termo “ideologia de gênero” no cenário nacional, o que tem garantido ainda na atualidade a desqualificação de toda e qualquer estratégia de educação sobre gênero e sexualidade em nosso país, como debatem Lionço *et al.* (2018b):

No Brasil, a primeira grande erupção do termo “ideologia de gênero” se deu entre 2013 e 2014, quando a linguagem relativa a gênero e sexualidade foi repudiada pelas lideranças e fiéis evangélicos envolvidos nos debates do Congresso Nacional sobre o Plano Nacional da Educação (n/p).

Conforme demonstra Lionço (2017), há uma “engrenagem” que, desde 2014, tem garantido a multiplicação de proposições legislativas visando minar a política de Estado na área da educação sobre gênero e sexualidade. Dentre elas, a tramitação do projeto de lei intitulado “Escola Sem Partido” que tinha como objetivo principal censurar o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas.

Entretanto, será neste mesmo contexto, princípio dos anos de 2010, que começará a “florescer” o transfeminismo ou feminismo transgênero brasileiro<sup>80</sup>, uma corrente de pensamento e ação, potentemente revolucionária, protagonizada predominantemente por mulheres e homens transexuais, travestis, crossdressers, pessoas transgêneros e intersexuadas (JESUS, 2014a). Como qualifica Jaqueline Gomes de Jesus (2014b),

---

desde 2017, mapas estatísticos anuais de assassinatos e violências contra a população trans; uma “documentação” essencial para o desnudamento do regime de extermínio estabelecido para essa comunidade em nosso país.

<sup>80</sup> De acordo com Jesus (2014b), um movimento “[...] surgido no contexto do movimento intelectual e político da população transgênero – composta majoritariamente por travestis e mulheres e homens transexuais – norte-americana, que é cada vez mais frequente nas rodas de discussão feministas e sobre gênero da América Latina, em especial por meio das redes sociais da internet” (p. 243).

[...] uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas. O transfeminismo é uma categoria do feminismo em construção, a qual emerge como resposta teórica e política à falha do feminismo de base essencialista, comumente biológica, em reconhecer o gênero como uma categoria distinta da de sexo, o que reforça estereótipos sobre os corpos (p. 243).

De acordo com a intelectual uma linha de pensamento fundada no processo de consciência política e de resistência constituído pelo feminismo negro e outras linhas de pensamento feminista, reconhecendo, alimentando e apontando para as múltiplas contribuições de saberes acadêmicos e militantes. Portanto, um movimento que também nasce e se desenvolve múltiplo, ainda que norteado por alguns princípios pilares:

[...] redefinição da equiparação entre gênero e biologia; reiteração do caráter interacional das opressões; reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero. (JESUS, 2014b, p. 249)

Como germinal dessa linha de pensamento, a teórica identifica o texto “Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista”, de Aline de Freitas, publicado em 2005:

Nosso papel histórico deve ser construído por nós mesmxs. O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto-identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembléias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas referir à variedade de grupos sociais englobados pelo termo trans, tais como pessoas cuja identidade de gênero não é binária. [...] Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos. O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos (FREITAS, A., 2005, n/p).

Portanto, se até o fim dos anos 2000, “A maior parte das investigações sobre pessoas LGBT tem-se centrado nos gays e nas lésbicas brancos/as e de classe média, o que não representa as experiências da diversidade humana” (RODRIGUES *et al.*, 2014, p. 142), a partir daí, essa produção também contará com a participação de pessoas trans, que, ao

conquistarem importantes espaços de poder, irromperão como pesquisadores e não mais como objeto de debate e estudo.

Trata-se, assim, de uma produção nascida libertariamente nas redes sociais, como destaca Jaqueline Gomes de Jesus (2014a), mas que gradativamente vem ocupado e contaminado o debate-espaco acadêmico, que, embora ainda espelhe os supremacismos coloniais, também tem sido fraturado por essa nova “filosofia”, o que se comprova pela crescente publicação de artigos, defesa de dissertações, teses, bem como pelo crescente número de livros publicados por editoras universitárias sobre esse tema.

É uma massa bibliográfica que, além de pautar a despatologização das identidades de pessoas trans, conseqüentemente defende o pleno acesso aos direitos e garantias fundamentais para essa população múltipla e heterogênea, e o faz produzindo uma subversão estrategicamente poderosa: a de colocar em discussão a cisgeneridade como pilar do patriarcado cissexista, que tem servido para ordenar, classificar e subalternizar os gêneros em nossa sociedade e não apenas as pessoas transgêneras e intersexuadas (JESUS, 2014b). Como reforçam Viviane Vergueiro (2015), Beatriz Pagliarini Bagagli (2017) e Amara Moira Rodovalho (2017), é preciso dar nome à norma, ao discurso de ódio direcionado às outridades, pois fazê-lo também é marcar este lugar como de poder e “privilégio”. Nas palavras de Bagagli (2017),

Podemos pensar, portanto, o transfeminismo como movimento feminista capaz de compreender a diferença trans no sexual, no sexo, na sexualidade, ou simplesmente no gênero para além da patologia através da crítica ao cissexismo, cismatortividade ou cisgeneridade compulsória (p. 89).

Uma agenda, como sublinham Liliane Rodrigues *et al.* (2014), que tanto reivindica a desconstrução do binarismo, numa recusa assumida com a ideia bio-essencializada de ser mulher e de ser homem e a sua despatologização – embora reconheça a existência de transexuais que desejam viver de acordo com o binarismo de gênero –, como o acesso a todas as garantias fundamentais constitucionais (a inviolabilidade à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade) e aos direitos sociais (educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados) garantidos, via de regra, apenas para as vidas reconhecidas como dignas de serem vividas em nossa sociedade. Uma linha de “pensamento-ação” que de modo e intensidade diversa, ora direta ora indiretamente, irrompe nas obras autobiográficas de autoria trans publicadas nesta última década, permitindo-me uma abordagem de análise pelo viés de uma pauta reivindicativa.

Para demonstrar tal perspectiva, destacarei em cada uma das obras em estudo neste terceiro nucleamento um direito constitucional violado, portanto, reivindicado vinculado ao princípio constitucional e jurídico da dignidade da pessoa humana – aberto e não taxativo<sup>81</sup> –, previsto no art. 1º, inciso III, da Carta Constitucional de 1988; um dos pilares do Estado Democrático de Direito, pois norteador de direitos e deveres em nossa sociedade (FALCÃO, 2013). Princípio configurando como básico, supremo e indispensável para que a vida humana seja minimamente reconhecida como digna, bem como fundamental nas relações em nossa sociedade, como define Ingo Wolfgang Sarlet (2002), pois se trata da

[...] qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (p. 62).

Tomando como ponto de partida essas premissas e o debate transfeminista, destaquei em *VS* (2011) a reivindicação do direito à parentalidade; em *ET* (2014), o direito ao pertencimento comunitário; em *MNA* (2016), o direito à intimidade; em *ESFP* (2016), o direito ao afeto; em *VT* (2017), o direito à despatologização identitária; em *TAR* (2017), a defesa do direito ao aspecto físico da estética humana; em *NT* (2017), a defesa do direito à infância; em *Velhice transviada* (2019), a defesa do direito ao envelhecimento.

Quanto a esses recortes, apresento três justificativas. A primeira é que derivou das próprias narrativas, pois embora seja possível identificar a mesma pauta em narrativas diferentes desse nucleamento, algumas são mais evidentes em umas do que outras, o que se explica seja pelas especificidades da identidade trans que o autor / a autora vivencia, seja pela sua perspectiva social<sup>82</sup>. A segunda justificativa prende-se à necessidade de recorte diante de uma multiplicidade de direitos violados, portanto, reivindicados em cada uma das obras estudadas. A terceira, pelos modos como a narrativa se estrutura e/ou a escritora ou o escritor se enuncia.

Porém, é importante salientar que alguns desses direitos violados-reivindicados são evidenciados desde a autobiografia de Herzer (2007, 1ª edição de 1982), embora, pelos

---

<sup>81</sup> Aberto porque não admite um único conceito concreto e específico; não taxativo, porque admite ser interpretado extensivamente ou por analogias, não alcançando todas as situações que deve conter (FALCÃO, 2013).

<sup>82</sup> De acordo com Iris Marion Young (2000), “[...] pessoas posicionadas diferentemente [na sociedade] possuem experiência, história e conhecimentos sociais diferentes, derivados dessa posição” (p. 136).

motivos apresentados anteriormente, só mais recentemente vêm conquistando espaço como pauta premente.

Vale ressaltar que os recortes que proponho não esgotam a radicalidade de cada uma dessas obras, antes comprovam a potência revolucionária de suas escritas, pois, ao gritarem por direitos ultrapassáveis ao mero direito de permanecer existente – que é o direito principal, mas que não garante um adequado nível de vida, como discute André Ramos Tavares (2009) –, revelam seus autores como sujeitas e sujeitos que usam o autobiográfico para arquivarem uma agenda de luta. Revelam-nos também como escritores e escritoras que, ao dizerem o “eu”, mais do que nunca, fortalecem uma comunidade de partilha, que, apesar da recessão democrática, encontra-se em pleno “florescimento”.

## **5.2 Pelo direito à parentalidade em *Viagem solitária*: memórias de um transexual trinta anos depois (2011), de João W. Nery**

VS, como explicita João W. Nery (2011) em “Nota do autor”, nasce tanto para efetivar uma “releitura” de *EP* (1984), 30 anos depois, quanto para dar continuidade ao seu projeto autobiográfico:

*O Erro de Pessoa* tratava do meu périplo da infância até as cirurgias. *Viagem Solitária*, 30 anos depois, inclui a minha vida desde então, quanto tive a grata experiência da paternidade, ainda que não biológica, mostrando que é possível um transexual ter filhos saudáveis (NERY, 2011, p. 12).

Sua escrita, já vinculada aos debates mobilizados pelo movimento trans nacional e internacional, também é norteadada pelo transfeminismo brasileiro insurgente, portanto, estrutura-se por suas concepções e pauta de reivindicações. Essa publicação é viabilizada por uma editora de projeção mercadológica, Leya, o que permitiu que a temática da transexualidade masculina e as questões que a orbitavam alcançassem divulgação nacional. Como confirma Rafaela Vasconcelos Freitas (2014), o autor e a temática ganharam espaço em inúmeros programas de audiência na TV brasileira. Mas não só. Como ressalta, num contexto de ampliação de acesso a internet e uso de redes sociais, a publicitação também permitiu que o tema ganhasse o universo virtual.

A obra de Nery (2011) é composta de quatro partes, sendo que as três primeiras se referem aos capítulos “relidos” de *EP* (1984) e a última, intitulada “Paternidade”, organiza o seu narrar pós-transição, o que inclui a sua experiência de paternidade como um homem trans numa sociedade transfóbica, uma temática também abrigada no penúltimo capítulo dessa parte, “O homem grávido”, destinado a apresentar as pessoas trans como capazes de serem

pais e mães biológicos, portanto, sujeitas e sujeitos do direito à parentalidade<sup>83</sup>. Eis uma agenda que se estabelece com muita força em sua escrita, muito embora também garanta espaço para reivindicação de outros direitos. Um pleito que, ainda na atualidade, é reconhecível como revolucionário em nossa sociedade, pois reivindicado por corpos ainda não reconhecidos como dignos de constituição e vínculo familiar, conforme discutem Mônica Angonese e Mara Coelho de Souza Lago (2017).

Ressalto que, para narrar a sua jornada em busca dessa realização, Nery, simultaneamente, desnuda as violações que sofrera e comprova a falácia do estigma de impossibilidade construído para a sua existência. Das violências sofridas, destaco duas: a efetivada pelo saber médico que se nega a realizar uma inseminação artificial em sua esposa, “[...] alegando não acreditar que um transexual pudesse ser pai e ter um filho saudável” (NERY, 2011, p. 251), e a ocorrida no processo de separação conjugal, quando, já pai socioafetivo<sup>84</sup>, fora obrigado a aceitar a partida da ex-esposa com o seu filho sem que ela se sentisse responsável em dar qualquer satisfação: “Ela saía com uma certeza: eu não poderia brigar pela guarda do nosso filho” (p. 264). A separação lhe impôs um processo cotidiano longo e doloroso de alienação parental transfóbica, tendo de enfrentar inclusive a chantagem de denúncia por “falsidade ideológica”, uma vez que ainda não era reconhecido civilmente como João W. Nery:

Na calçada, Lola ameaçou ligar para a mãe de Sandra e contar tudo. Um mês depois, outra: abriria um processo contra mim, por falsa identidade, mas desistiu quando Yuri ameaçou nunca mais falar com ela (p. 284).

No entanto, ao compartilhar essas memórias de “desespero”, combativamente, Nery também narra a sua trajetória de luta e conquista pela paternidade, construída desde a gestação de sua esposa até o presente da narrativa, quando Yuri já é universitário com cerca de vinte e poucos anos de idade:

---

<sup>83</sup> A Lei da Alienação Parental número 12.318 de 2010, estabelece a seguinte definição para a alienação parental: “Art. 2º - Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.” Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm). Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>84</sup> De acordo com Jéssica Bolpeti Scarin (2019), o tema da multiparentalidade teve suas discussões iniciadas na seara do Direito de Família na última década. Desde então, como ressalta a autora, embora a legislação brasileira não tenha cogitado o critério socioafetivo para qualificar o direito à parentalidade, “[...] tendo em vista a época de redação da norma, a doutrina e a jurisprudência têm se empenhado para encaixá-lo na genérica expressão ‘ou outra origem’ presente no art. 1.593 [do Código Civil]” (p. 27), pois dentre as possibilidades de parentalidade, a formada pela comunhão de vida firmada pela solidariedade, mútua assistência, respeito e coabitação são reconhecidas como igualmente importantes para a formação de uma família.

- Oi, pai!  
- Meu filho! Já sei, veio procurar o seu ovo...  
Mesmo aos 24 anos, Yuri não abria mão do ritual da Páscoa. E tinha de estar escondido. Olhei aquele homem, ainda com ar de menino tímido [...]. Fiquei emocionado. Como reafirmou seu amor por mim, mesmo quando soube do “pai-torto” que eu era. (p. 325)

Já no penúltimo capítulo da obra, “O homem grávido”, Nery performa discursivamente um bate-papo com seus amigos trans para instalar a temática da gravidez para os corpos trans:

Contei que já há vários casos pelo mundo, mas o primeiro foi Thomas Beati, um *FtM* americano. Em 2008, ele declarou para uma revista que “querer um filho biológico não é um desejo feminino ou masculino, é um desejo humano”. Até aquele momento, ele só tinha feito a retirada das mamas e a hormonioterapia. Casou-se legalmente com uma mulher mais velha, que já tinha duas filhas casadas, e eles desejaram ter um filho. Ela já tinha ficado estéril. Resolveram, então, que ele engravidaria, já que tinha útero (p. 317).

Interessante notar que, pedagogicamente, enuncia a experiência como um fato, portanto direito em conquista, e ao mesmo tempo apresenta abordagens e opiniões reveladoras dos desafios a serem enfrentados por essas pessoas, inclusivamente dentro da própria comunidade trans. Por meio de sua própria opinião, a despeito de revelar surpresa, garante o registro da legitimidade dessa vivência:

Quando li a notícia, o primeiro impacto foi de surpresa [...]. Jamais engravidaria, mas fiquei feliz em saber que os trans jovens estão assumindo seus desejos, ousando mais na desconstrução do gênero, sem se sentirem ameaçados em sua identidade sexual. (p. 319)

Nesse processo enunciativo, estrategicamente João Nery divide com a leitora ou o leitor uma série de questionamentos de ordem fisiológica – viabilidade, procedimentos, medicações – quanto ao desenvolvimento da gravidez para os corpo trans, de modo particular para os homens trans, e igualmente pauta essa agenda como uma possibilidade humana digna, ainda que pessoalmente não se identifique com ela.

Para legitimar as múltiplas formas de se existir trans, e, conseqüentemente, do existir homem trans, o autor registra as concepções defendidas pela psicanalista brasileira Leticia Lanz, referência para o ativismo brasileiro, e pelo filósofo pós-estruturalista espanhol Paul B. Preciado.

De forma pontual, Nery cita a opinião de Lanz sobre a gravidez de um homem: “Para a psicanalista, o homem grávido era apenas um capítulo na lenta e penosa desconstrução do conceito de gêneros, onde só existe o binário masculino e feminino” (p. 320). Do pensamento de Preciado, destaca tanto a sua discussão sobre o controle do Estado sobre a nossa

sexualidade e construção de gênero, quanto a sua compreensão sobre a importância das políticas de oposição da multidão *queer*, pois destinadas a se opor às instituições políticas tradicionais e às epistemologias cisheterocentradas que se pretendem soberanas e universais.

Mas isso não é tudo. Cumprindo essa agenda de luta, o autor trará à cena uma outra face dessa questão, o direito à parentalidade para pessoas que transitaram de gênero depois da vivência da maternidade ou paternidade nos gêneros compulsoriamente atribuídos ao nascimento. Para isso, instala em sua narrativa depoimentos de mulheres e homens trans que, levados pela transfobia familiar, tiveram de abdicar desse direito, mas em sua narrativa gritarão sua dor.

Portanto, se nos anos de 1980 Nery irrompe em *EP* (1984) na defesa da existência da pessoa transexual e divulga esse conhecimento, em 2011, ao efetivar uma releitura dessa escrita, amplia a pauta, que, nesta abordagem, é evidenciada pelo direito à parentalidade para o corpo trans, seja socioafetiva ou biológica. Uma agenda que se constrói em confluência com a defesa pela despatologização da experiência trans bem como pela dessencialização e desbiologização identitária, um debate que só ganhará fôlego no Brasil, conforme destaca Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves (2012b), a partir de 2012, mas que já ganha centralidade em *VS*.

### **5.3 Pelo direito ao pertencimento comunitário em *Eu trans – A alça da bolsa: relatos de um transexual* (2014), de Jô Lessa**

Jô Lessa, ao publicar a sua história de vida em 2014, o faz confirmando o quanto a invisibilização da transmasculinidade como uma identidade possível o impediu de existir como uma pessoa até os 45 anos de idade, comprometendo o seu reconhecimento enquanto sujeito com direito a uma existência nomeável como todo e qualquer cidadão, bem como fazer parte de uma comunidade:

Eu sou alguém que aos 45 anos de idade se viu diante de várias indagações, talvez nunca antes pensadas ou que já tivessem passado pela minha cabeça, porém, por achar as respostas tão malucas, tão fora de propósito calei aquela voz que gritava dentro do meu corpo. (LESSA, 2014, p. 101)

“Desconhecimento identitário”, como destaca Guilherme Almeida (2012), que vem sendo garantido por um processo de invisibilização duplo: o primeiro porque a sociedade ainda não considera a possibilidade de transição do gênero feminino ao masculino (o que se explica, em grande medida, em razão do olhar falocêntrico que impregna as representações

sobre a experiência masculina) e o segundo, devido ao anonimato daqueles que garantem a “passabilidade”<sup>85</sup> no trânsito de gênero, pois

Essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero (ALMEIDA, 2012, p. 519).

Porém, é exatamente neste contexto que a obra de Lessa (2014) irrompe como um testemunho emblemático, pois não só nasce a partir do encontro com a enunciação de um outro homem trans, João W. Nery, comprovando os efeitos de sua invisibilização, quanto contribui para a sua visibilização na contemporaneidade:

Até que em uma noite, de 06 de agosto de 2013 se deparou com outro alguém que contou a sua trajetória sem nunca ter feito parte da mesma viagem e entendeu que todos nós, fazemos na realidade, as suas viagens solitárias e os encontros das histórias dessas viagens podem mudar a trajetória dali em diante e o ponto de chegada. (LESSA, 2014, p. 101)

Importante destacar que esse encontro fora viabilizado, como registra o autor, pelo Grupo Humanos de Maricá, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, que em 2013 promoveu, na cidade de Maricá, uma agenda de atividades formativas com a temática LGBT. Portanto, uma ação determinante para que Jô Lessa pudesse acessar respostas para suas indagações, as quais, ao longo de sua vida, foram qualificadas como “tão malucas” e “tão fora de propósito”.

A agenda formativa viabilizada pela ação do Estado, o qual numa democracia deve promover por meio de políticas públicas programas, projetos e ações voltadas para grupos minorizados, foi um meio estruturante de conscientização de Lessa acerca dos direitos que possuía, bem como de promoção do respeito às múltiplas formas de existir (MELLO *et al.*, 2012).

Como testemunha o autor, até ele se deparar com Nery, vivia a vida como uma luta que travava todos os dias. *Uma luta que só ele se feria, só ele se refugiava, só ele morria.* Conforme qualifica, conhecer alguém que também dizia de si mesmo lhe permitiu nascer, “Talvez tenha sido o segundo momento mais importante da minha vida, esse era o meu nascimento. Naquele dia entrei naquela palestra de um jeito e saí completamente diferente, saí revirado, saí mesmo do avesso” (p. 104). Ao ouvir o autor de VS, Jô Lessa se depara com um

---

<sup>85</sup> As expressões “passar por”, “passabilidade”, “passável” têm sido manejadas para “qualificar” as *performances* de gênero em nossa sociedade, recaindo também sobre as pessoas cisgêneras. Nas palavras de Karla Bessa (2017): “A desconfiança acerca do gênero de alguém é justamente um sintoma de que a passabilidade não é automática, é um aprendizado para ambas, quem passa e quem o/a reconhece. É uma relação histórica que nos permite entrever as inseguranças e os desafios de quem dispõe a viver numa condição desviante das normas hegemônicas de gênero e sexualidade.” (p. 13)

semelhante e naquele momento se sente parte integrante de algo que até então não sabia existir:

Ouvi cada palavra dita por aquele homem que lutou sozinho em uma época que não poderia ser de outra maneira e fui pouco a pouco me reconhecendo, parecia que ele falava de mim, do que eu sentia, da luta que eu travava todos os dias dentro de mim e nessa luta tanto fazia ganhar ou perder, de qualquer maneira só eu me feria, só eu me refugiava, só eu morria para nascer de novo todos os dias. (p. 104)

Ao descrever o efeito dessa palestra em sua vida, o autor tanto evidencia a sua emoção em descobrir uma identidade para si, quanto em não se saber só, aspecto abordado nesta tese como um direito reivindicado:

No final, perguntaram se alguém queria falar alguma coisa [...]: “– Vai fala, você tem tanto para falar.” Mas eu não conseguia, estava muito emocionado, me faltavam palavras e sobravam lágrimas, mas tirei forças nem sei de onde, tomei coragem e peguei o microfone. Fiquei de pé e só me lembro de ter agradecido o João por sua coragem, por não ter desistido de si mesmo e de hoje, naquela sala, ter me contado a sua história fazendo com que eu me reconhecesse nela (p. 104).

O encontro com um semelhante fez com que Lessa “se reconectasse” consigo mesmo, como me ajuda a identificar Zinnia Jones (2017), pois, conforme discute esta ativista, trata-se de um sentimento que ultrapassa o possível conforto permitido pela transição de gênero. Nesse sentido, quando nos deparamos, ainda na contemporaneidade, com narrativas como a de Lessa, deparamo-nos igualmente com a denúncia de violação do princípio da dignidade humana, uma vez que se sentir conectado atinge a percepção que as pessoas têm de si mesmas bem com a relação com o mundo, garantindo-lhes, portanto, o autorreconhecimento como humanos. Esse princípio é determinante para o direito à vida, à saúde, já que o não se sentir conectado consigo mesmo, o não se saber parte de uma comunidade tem produzido severos sofrimentos a essas pessoas, consoante demonstra Lessa (2014) e discute Jones (2017).

Interessante notar que, até a palestra proferida por Nery, Lessa, conforme narra, não havia lido a sua obra, o que fará logo em seguida. Uma leitura que o impactará profundamente, pois confirmará que a sua vida, como a de João Nery, também é digna de viver: “Até então, esse sonho parecia utópico demais, algo que jamais alcançaria, mas agora começava a ter contornos sólidos e eu já começava a planejar como fazer a cirurgia necessária” (LESSA, 2014, p. 107). Esse encontro permitiu-lhe sentir parte de uma comunidade: “Comecei a procurar reportagens a respeito e a interagir com outros transhomens (essa é a definição pela qual nos reconhecemos) o que foi ótimo para me aproximar ainda mais de mim mesmo” (p. 107). Isso foi determinante no seu processo de conexão. Como sublinha Collins (2019), discutindo a importância e a potência das narrativas

de mulheres negras, ninguém tratará das dores e feridas, tampouco dos sonhos e desejos dos grupos subalternizados a não ser eles mesmos.

#### **5.4 Pelo direito à intimidade em *Meu nome é Amanda* (2016), de Amanda Guimarães**

O direito à intimidade, expresso no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana, é adquirido com o simples fato do nascimento, bem como irrenunciável e inviolável, “[...] o qual possibilita o desfrute das faculdades do corpo e do espírito, essência[l] ao bem-estar, e que encerr[a], por isso, categoria autônoma, a ponto de não se[r] absolutamente indisponível[l]”, conforme interpreta Gilberto Haddad Jabur (2000, p. 359). Em acréscimo, Paulo José da Costa Júnior (1995) destaca: “Na expressão ‘direito à intimidade’ são tutelados dois interesses, que se somam: o interesse de que a intimidade não venha sofrer agressões e o de que não venha a ser divulgada” (p. 34). Assim, são dois os aspectos a serem protegidos: a invasão e a divulgação não autorizada da intimidade legitimamente conquistada, uma vez que

[...] é o direito de que dispõe o indivíduo de não ser arrastado para a ribalta contra a sua vontade. De subtrair-se à publicidade e de permanecer recolhido na sua intimidade. [...] portanto, não é o direito de *ser reservado*, ou de comportar-se com *reservas*, mas o direito de manter afastados dessa esfera de reserva olhos e ouvidos indiscretos, e o direito de impedir a divulgação de palavras, escritos e atos realizados nessa esfera de intimidade. (COSTA JÚNIOR, 1995, p. 43)

Todavia, ainda nos dias atuais, este é um direito não garantido para os corpos trans, como demonstra Amanda Guimarães (2016) em *MNA*. Como evidencia em sua narrativa, ela sofre esse tipo de *bullying* desde os primeiros anos de vida nos mais diversos espaços sociais, do privado ao público. Como relata, vêm da infância suas primeiras lembranças sobre isso:

[...] acho que eu devia ter pelo menos uns cinco anos de idade. Eu estava na casa do meus tios com toda a minha família. Durante o almoço, eles começaram a conversar e falar sobre mim: que eu era muito delicado e que só brincava com menina. Rapidamente a coisa partiu pras piadinhas [...] (p. 84).

Na adolescência, era constantemente interpelada sobre a sua sexualidade, muitas vezes pelos próprios amigos e amigas. “Estas perguntas eram quase diárias e parecia um verdadeiro inferno, principalmente quando faziam piadinhas ou vinham sem discrição alguma já afirmando que eu era gay – hoje o nome disso seria *bullying*, é bem claro” (GUIMARÃES, 2016, p. 34). No ambiente de trabalho, quando ainda não havia realizado as cirurgias de redesignação sexual que vinculava a troca da documentação civil, era constantemente infligida a ouvir comentários abjetificantes, banalmente qualificados como “piadinha”: “Então um dia, quando estávamos trabalhando, um garoto falou: ‘Hoje em dia precisamos ter

cuidado, porque quando a gente menos espera tem mulher com banana por perto’. E todo mundo ri!” (p. 64). No ambiente virtual, quando já era uma mulher passável (BESSA, 2017), Amanda Guimarães lembra que

Naquela época, ninguém sabia que eu era uma transexual, mas eu sempre tive esse meu jeito despirocado, então mesmo quando o canal era pequeno, com apenas quatrocentas visualizações no máximo, sempre apareciam comentários de pessoas me xingando por ser mulher fazendo gameplay, usando decotes [...]. O corpo é meu, a roupa é minha e eu me visto como quiser. [...] E no meio de tanto comentário, um dia um cara falou que eu parecia um “traveco” e, quando eu li isso, eu gelei! Porque ninguém sabia que eu era trans! Inclusive, já fazia anos que eu tinha corrigido meus documentos e tinha medo que descobrissem isso. (GUIMARÃES, 2016, p. 124)

Esse episódio, que teve uma potência de alcance inimaginável, pois ocorrido numa rede social, fez Amanda Guimarães “gelar”, causando-lhe sensação de pavor, pânico; sentimento justificável, “Por causa das barbaridades que eu escutava, eu tinha medo que soubessem que era transexual, sabe?” (p. 124). Em seguida, acrescenta: “Eu achava que este tipo de comentário ia acabar com as minhas amizades na internet e fora dela. Então por medo de uma exposição, acabei parando com os vídeos por um tempo” (p. 126).

Como a autora registra em seu livro, trata-se de uma violação que foi capaz de alterar o seu estado psíquico, impedindo-lhe de desfrutar as faculdades do seu corpo e do seu espírito (JABUR, 2000); entretanto responsável pelo seu *enraivecimento* (BUTLER, 2018), quando pouco tempo depois, ainda em 2015, com 25 anos de idade, publicou nesse mesmo canal um vídeo enunciando a sua identidade de gênero, fato que lhe garantiu o título de primeira *youtuber* trans do Brasil<sup>86</sup>:

[...] depois de pensar muito, gravar diversas e diversas vezes, eu postei um vídeo contando que eu era uma mulher transexual e abrindo meu coração para o público! Se quiser ver o vídeo, vai lá no meu canal no Youtube e procura pelo seguinte título: “Sim, sou uma MULHER TRANSEXUAL! Prazer, Amanda!” É um dos primeiros do canal” (GUIMARÃES, 2016, p. 124).

Conforme narra a autora, essa postagem definitivamente garantiu o seu sucesso como *youtuber*: da noite para o dia, de 400 inscritos passou a ter 12 mil visualizações.

A partir daí, eu senti um certo estímulo e então comecei a contar mais sobre minha história no canal e passei a falar sobre transexualidade (que infelizmente ainda é um assunto pouco abordado nas mídias) com muita naturalidade e honestidade. (p. 127)

Mas não só, ela transformou o seu canal de *gameplay* pioneiramente num espaço de compartilhamento de experiências e informações sobre a temática. Constituiu-se, naquele

---

<sup>86</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37251975>. Acesso em: 10 jan. 2020.

contexto, numa comunicadora-cidadã<sup>87</sup> na maior plataforma de compartilhamento do planeta, obtendo um sucesso que a fez acreditar na importância de escrever a sua história, publicada um ano depois no Brasil, como afirma na abertura da obra:

[...] Eu sou uma *youtuber*, tenho um canal chamado de Mandy Candy, em que falo sobre relacionamentos, sexualidade e também um montão de coisas bobas! Ah, e também conto um pouco sobre minha vida e tudo que passei por ser uma mulher transexual. Gostaria muito de falar desse assunto porque tem um monte de gente cheia de preconceitos de um lado e uma galera linda, iluminada, mas sofrendo do outro lado. [...] Já passei por muita coisa ruim e vou contar algumas delas aqui neste livro, mas tudo isso não é pra você ficar com pena de mim “Coitadinha da Amanda...!”. Escrevo pra você pensar melhor sobre o que faz com os outros e principalmente consigo mesmo. (p. 7-8)

Sua narrativa, em retrospectiva, compartilhará desde suas memórias de infância ao seu processo de transição, enfocando tanto as violências sofridas por ter fraturado a norma, quanto as suas conquistas pessoais, apesar do sistema. Como uma comunicadora-cidadã, estrategicamente, Amanda Guimarães também usa o espaço autobiográfico para informar sobre direitos conquistados pela comunidade (uso do nome social e a garantia do processo transexualizador pelo SUS) e denunciar a violação de muitos outros, dentre eles o da intimidade, como tenho discutido. A violação do seu direito à intimidade, ao fim e ao cabo, motivou-a a expor a sua história nas redes sociais e escrever a sua autobiografia, contribuindo para desnudar a banalização da transfobia em nossa sociedade.

Posso dizer que sofri piadinhas durante toda minha vida – e para falar a verdade ainda sofro com elas. Recebo diariamente xingamentos como trap, cilada, traveco, armadilha, homem capado, mulher kinder ovo, etc. Além disso, algumas pessoas me chamam de abominação (usando Deus como escudo), outras me mandam mensagens desejando que eu queime no inferno, chego a me sentir o anticristo! (p. 83)

Como a autora sintetiza no trecho acima, a violação que sofre é muito cruel, pois capaz de afetar o seu autorreconhecimento como humana. Para demonstrar essa violência contra si, usa a expressão máxima disso: “chego a me sentir anticristo”. No entanto, rebeldemente, ao publicitar a sua história de vida simultaneamente confirma sua existência como digna de reconhecimento; garante como parte dessa agenda de luta o direito à intimidade, estruturador de sua escrita.

---

<sup>87</sup> Uso a expressão cunhada por Alberto Dines (2007) para qualificar como relevante o trabalho de comunicação desenvolvido por Amanda Guimarães, pois, pioneiramente, usou o seu canal para democratizar informações sobre transexualidade e os desafios dessa vivência numa sociedade transfóbica, portanto, de relevância para a sociedade.

### 5.5 Pelo direito ao afeto em *E se eu fosse puta* (2016), de Amara Moira

O projeto autobiográfico de Amara Moira (2016), conforme narra em *ESFP*, nasce com a sua transição de gênero – “Antes puta, puta pelo menos me forço a escrever” (MOIRA, 2016, p. 30) –, quando depois de muito retardá-lo – “[...] tantos anos retardando a transição, no armário toda, temendo até mesmo pôr para fora a pontinha dos pés [...]” (p. 30) –, corajosamente avoca para si a identidade feminina travesti, aquela das identidades trans que mais tem sido estigmatizada e, conseqüentemente, violentada em nossa sociedade (LEITE JÚNIOR, 2011):

Meu medo era, antes, a violência da exclusão, me ver pária da noite pro dia, tratada feito lixo, perder família, amigos, círculo social, não ter teto pra chamar de meu, o direito de continuar estudando, de poder buscar emprego que não fosse esse que não consideram emprego: puta. (MOIRA, 2016, p. 30)

Assim, já se sabendo “puta” porque travesti, mas também ativista, transfeminista e doutoranda em crítica literária pela Unicamp, fez rebelião: em 2014<sup>88</sup>, criou o blogue “e se eu fosse puta”, espaço que arquitetou para abrigar relatos e elaborações sobre as suas vivências como travesti no trabalho de prostituição sob um regime putafóbico<sup>89</sup> e transfóbico. A produção escrita do blogue em 2016 transitou para o suporte impresso com a mesma titulação, *ESFP* (2016), objeto desta tese.

A narrativa do livro é construída de forma a garantir que a “travesti puta” também seja ouvida como uma “puta escritora”: “Mas aguardem, o ataque às normas vai se intensificar por aqui: essa língua travesti puta escritora vai ser libertária ou não será” (MOIRA, 2016, p. 131).

Os homens de carne e osso não estão nos livros (fora esse aqui, claro), mas nus nos nossos quartos, de quatro, implorando pra pôr fim à farsa uns minutinhos que seja. Esse livro é o quê? Vingança podem pensar, mas não. Dão-me trocados pelo sexo que sei fazer e nem dão conta de o pagamento ser mais a história do que as moedas em si. [...] Soubessem disso os clientes, soubessem o que entregavam pra mim, que me vendiam a alma, talvez preferissem me pagar melhor... menos risco de aparecer nessas páginas. (p. 201)

Conforme enuncia no trecho acima, a autora executará por meio de uma língua-linguagem subversiva uma narrativa libertária, trazendo à cena os *homens de carne osso* de nossa sociedade – nossos pais, irmãos, tios, filhos, amigos –, *que nus, de quatro, imploram pelo fim da farsa, uns minutinhos que seja...*, aqueles que, no consumo da prostituição,

<sup>88</sup> Disponível em: <http://www.esseufosseputa.com.br/search?updated-max=2014-09-25T20%3A29%3A00-03%3A00&max-results=5>. Acesso em: 12 jan. 2020.

<sup>89</sup> Para acessar o pensamento “putafeminista” que vem revelando a “putafobia” nas nossas estruturas sociais, bem como propondo reflexões e pauta de luta, consultar a obra de Monique Prada (2018).

prestação de serviço reconhecida pela legislação brasileira<sup>90</sup>, revelam a sua face mais verdadeira, em inconformidade com o padrão cisheterocentrado no que tange a suas sexualidades, e cruel reafirmadores do regime de exceção.

Para isso, em 28 dos 44 textos/capítulos que compõem *ESFP*, estrategicamente a autora posiciona os holofotes em sujeitos que, reconhecidos como dignos de humanidade, entre “cheiros e ce-ús”, relacionam-se com o seu corpo, a sua existência como “abjeta” e “paradoxalmente” pagam pelo seu sexo:

Triste sina da travesti: atíçar o desejo e, ao mesmo tempo, o ódio por ter despertado esse desejo. Não à toa nos matam, agridem... somos a prova viva de que ele não é machão padrão quanto acredita ser, quanto devia ser. Imagina se descobrem? Passado o gozo, não há mais tensão para fazer com que tenham coragem de interagir conosco: nem oi, nem tchau, sequer um sorriso. No melhor dos casos, a indiferença. (MOIRA, 2016, p. 184)

Ao desnudar os modos desses homens, a autora instala a denúncia de violação de um direito fundamental à dignidade da pessoa humana – o direito ao afeto –, como me ajudam a pensar os intérpretes jurídicos Edna Raquel Hogemann e Thiago Serrano Pinheiro de Souza (2013). Como discutem os estudiosos, não se trata do afeto reconhecido como um sentimento, mas como um direito fundamental em relação à vida social, pois mediador comunicacional determinante de um padrão comportamental humanitário vinculável ao princípio da solidariedade social, também com previsão constitucional.

Conforme relata Amara Moira (2016), “passado o gozo, nem oi, nem tchau, sequer um sorriso. No melhor dos casos, a indiferença” (p. 184). Uma violação que se explica pelo fato de serem “a prova viva de que ele não é o machão padrão quanto acredita ser, quanto devia ser. Imagina se descobrem?” (p. 184). Destaca-se que, ao mostrar a violência que sofre, Moira revela um sistema que subsiste pela confirmação da precariedade de todas as vidas, ainda que a sua esteja num grau máximo dessa condição (BUTLER, 2015a).

Todavia, Amara Moira também testemunha que a violação do direito ao afeto não ocorre “somente” quando em prostituição, embora nessa circunstância seja mais patente. Como enuncia, tem sido um padrão humanitário em todos os espaços de nossa sociedade, inclusive à luz do dia, no “anonimato” das ruas: “Gosto de andar por aí de cabeça baixa, sem ter que enfrentar olhares e imaginar o que estão pensando ao me ver. Se as pessoas riem, faço todo um esforço para acreditar que deve ser por piada ou coisa engraçada que lhes ocorreu”

---

<sup>90</sup> Em 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego, num esforço conjunto de ativistas e organizações sociais, aprovou a nova versão da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), garantindo a inclusão do profissional do sexo, o que também garantiu uma necessária discussão relacionada ao estatuto do “trabalho sexual”. (TEIXEIRA RODRIGUES, 2009, p. 4).

(p. 29). Contudo, será no exercício profissional da prostituição que se revelará com a sua face mais perversa, não raras vezes letal:

Pela primeira vez nos três programas que fizemos, ele pouco se lixou para minha vontade: pegou minha cabeça e arredou ela até o pau dele, eu sem vontade alguma de chupar, eu só querendo ir para casa. Ele não disse nada, nem precisou, mas tava na cara que se sentia no direito de forçar uminha a mais, “tou pagando”. Vai vendo. [...] Ele tentou me comer [...] tive que reclamar, reclamar demais, paralisada com a dor e ele dentro de mim como se nada tivesse acontecido. E, mesmo assim, ele só desistiu quando minha lamentação começou a deixar o pau dele mole. Aí tirou a camisinha e veio pra beirada da cama ser chupado, veio como quem manda, como quem se acha dono do meu corpo, e eu desnorreada não sabendo nem como dizer não. Dei meu melhor sem vontade alguma, mesmo sentido até ódio, mas fiz, e ele, não parecendo nem se dar conta do meu estado, gozou um desses gozos estúpidos só por gozar, só pra mostrar que pode, o rei da cocada. (p. 56)

Dentre todas as noites-programas que a autora narra, a vivência acima destacada traz a potência de desnudar um *modus operandi* sistêmico, pois se em princípio o cliente respeitaria o seu direito ao afeto, pois já haviam negociado duas vezes antes, de forma naturalizada e banalizada, se vê no direito de a tratar como uma vida matável; de violentá-la de várias formas, como “dono do [seu] corpo”.

Portanto, essa escrita traz uma radicalidade (hooks, 2019a), pois desnuda a perversidade do machismo em nossa sociedade e se impõe tanto como uma voz que grita a distribuição desigual da precariedade no/pelo sistema quanto garante, dentre toda a pauta de reivindicação transfeminista estruturante na escrita de Moira, evidenciar nesse grau máximo de intimidade – entre cheiros e ce-ús – a violação do direito ao afeto.

### **5.6 Pelo direito à despatologização em *Vidas Trans: a coragem de existir* (2017), de Amara Moira, Márcia Rocha, João W. Nery e T. Brant**

De início é preciso destacar que *VT* é uma das duas obras autobiográficas coletivas dessa ocupação cuérlombista – a segunda será abordada na próxima seção –, manifestando uma característica importante, pois reveladora de como o espaço narrativo autobiográfico, ao longo desta última década, tem se constituído, pelo protagonismo trans, um espaço de ocupação coletiva para a enunciação de “eus”. Dessa forma, se é possível reconhecer em cada uma das obras individuais um cuérlombo literário, pois espaço de enunciação de um “eu” que agencia uma coletividade (DELEUZE; GUATTARI, 1977), nas obras coletivas visualizamos em seu grau máximo a confirmação desse aspecto.

Por isso não é fortuito que Amara Moira, João W. Nery, Márcia Rocha e T. Brant – pessoas trans com visibilidade nacional – se reúnam numa mesma “ocupação” para contar suas versões sobre si mesmos – lembrando que os dois primeiros já o vinham fazendo – e

compartilhar suas concepções sobre normas de gênero e transfobia sistêmica. Esse grupo, composto por pessoas com trajetórias de transição muito distintas entre si, de diferentes gerações, decididamente promove no livro *VT* uma “manifestação” para gritar pelos direitos violados, dentre eles o do autorreconhecimento quanto ao gênero, inextricavelmente vinculado à pauta da despatologização trans ancorada como agenda já na abertura da obra:

A transexualidade não é um transtorno, uma doença ou um problema psiquiátrico, pelo contrário. Na teoria, é algo mais simples: você não se identifica com o gênero que lhe designaram ao nascer. [...] É a isso que damos o nome de “identidade de gênero”: a forma como as pessoas se entendem, independentemente da genitália. (BRANT *et al.*, 2017, p. 10)

Essa ocupação literária parece se voltar tanto para o Congresso Nacional, que desde 2013, conforme já indicado nesta tese, negligencia o trâmite do Projeto de Lei de Identidade ou Lei João W. Nery, quanto para o STF, que justamente em 2017 inicia o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275<sup>91</sup>, na qual se discutia a possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo e laudo psiquiátrico<sup>92</sup>, portanto, discutia-se a possibilidade de se legitimar o direito ao autorreconhecimento quanto ao gênero como um direito inalienável. Tal processo irrompe como coro à campanha internacional *Stop Trans Pathologization* (STP 2012), cuja pauta garantiu a reclassificação da transexualidade em 2018 no CID-11<sup>93</sup>, conforme já apresentado.

No relato de Amara Moira, “Destino amargo”, o primeiro do livro *VT*, a autora já traz no subtítulo de abertura uma subversão poderosa: “Me disseram homem”, prenúncio de uma narrativa que colocará em xeque todo um sistema que compulsoriamente tem determinado a sua (a nossa) identidade de gênero no ato de nascimento, violando, portanto, o direito ao autorreconhecimento, que depois do julgamento da ADI 4275 é compreendido como vinculado ao princípio da dignidade humana.

Dessa forma Moira produz uma narrativa demonstrando que o erro está em quem faz declarações acerca do outro: “A vida inteira me disseram homem, e não foi difícil perceber que, se não fosse o homem que criaram para ser, eu muito provavelmente estaria em apuros” (BRANT *et al.*, 2017, p. 17). Desnudando subsequentemente as violências do discurso

---

<sup>91</sup> O início do julgamento está disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=346000>. Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>92</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=346000>. Acesso em: 10 abr. 2020.

<sup>93</sup> Importante lembrar que embora a transexualidade tenha sido retirada do capítulo saúde mental e manejada para saúde sexual, continua sendo classificada como categoria diagnóstica e não cultural “incongruência de gênero”, o que, fatalmente, ainda a mantém no âmbito do tratável, da patologia (JESUS, 2018 *apud* NLUCON, 2018).

biologizante sobre quem ousa questioná-lo, a autora indaga: “Devo ignorar o que sinto, me conformar com o destino que essa genitália decretou, abrir mão de tentar existir para o mundo da forma como existo para mim?” (p. 18).

Confirmando esse relato como um gesto testemunhal e por isso reivindicativo, Moira descreve os múltiplos adoecimentos, perdas e traumas que foi acumulando ao longa da vida: “Os danos psicológicos que essa vida no escuro me legou são gigantes, irreversíveis em alguma medida [...]. Não sei se teria chegado ao doutorado caso transionasse na adolescência ou no começo da vida adulta” (p. 33). Dentre os seus traumas, destaca-se o de acreditar que seus questionamentos derivavam de uma patologia. Como resultado desse *viver no escuro* – pois violada em todos os seus direitos, em todos os espaços, o tempo todo, por todos –, relata, inclusive, a sua busca por uma “cura” medicalizadora:

Tentei me curar, então conheci aquela psicóloga e, depois, a Bia, o transfeminismo, a Banda Uó e descobri um mundo de gente que estava construindo a resistência, lutando pelo direito de as pessoas trans existirem (p. 41).

O testemunho de Amara Moira, mais uma vez, fratura a “verdade” medicalizadora sobre as construções de gênero e sublinha que a sua cura adveio do transfeminismo e de um mundo de gente que estava construindo a resistência.

No relato de João W. Nery, “A viagem solidária”, o segundo do livro, deparamo-nos com a enunciação de quem não se sente mais solitário como o fora sobretudo nos anos 1980, muito embora continue sendo “visto” como um “doente mental”: “Ainda hoje somos considerados ‘disfóricos de gênero’ ou doentes mentais, pelo Código Internacional de Doenças (CID 10), assim como os homossexuais o foram até a década de 1970 nos EUA” (BRANT *et al.*, 2017, p. 61).

Nessa circunstância, ao se narrar novamente, Nery o faz confirmando solidariamente o seu pertencimento a uma comunidade em florescimento com a qual tem trabalhado em prol de uma agenda de luta: “Desde 2011, tenho percorrido o país atendendo a convites para participar de congressos, proferir palestras em universidades e conhecer diferentes trabalhos com pessoas ou grupos LGBTs.” (p. 85). Esse pertencimento é determinante para que fosse um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT, que já em 2017 contava com representantes na maioria dos estados brasileiros.

Evidencia-se nessa escrita a violação do direito ao existir trans como qualquer outra existência cisgênera, portanto, de forma despatologizada, o que o autor faz a partir da enunciação do Projeto de Lei Identidade de Gênero que ainda hoje se encontra silenciado no Congresso Nacional, como já sinalizado:

Esse projeto reconhece o direito à identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos ou psicológicos, cirurgias ou hormonioterapias. Preserva todo o direito da vida, assegura o acesso à saúde no processo transexualizador, despatologiza as transidentidades para a assistência médica e preserva o direito à família perante as mudanças registraes. Propõe também que a psicoterapia só seja feita caso o interessado assim o deseje, entre outras cláusulas (p. 93).

De forma vinculada, o autor também questiona o protocolo médico implementado pelo SUS no processo transexualizador<sup>94</sup> (LIONÇO, 2009), pois é limitador quanto às concepções e formas desse existir, confirmando o “pensamento-ação” transfeminista em sua narrativa:

É importante questionarmos o protocolo do SUS que impõe aos trans que se submetam, “obrigatoriamente”, por dois anos, a testes, psicoterapias e questionários sexistas. Há estudos sérios que comprovam o “teatro” que são psicoterapias no processo transexualizador, como o do Prof. Rodrigo Borba [...]. Nele são gravadas várias sessões demonstrando como os padrões dos profissionais de saúde quanto ao que é masculino e feminino são impostos aos pacientes de forma estereotipada para que consigam obter o laudo necessário à transição. (p. 94)

Já Márcia Rocha, em “A luta pela aceitação”, o terceiro texto da obra *VT*, traz à tona uma trajetória de transição – de homem cishetero, branco, classe alta paulistana para mulher travesti lésbica também bem sucedida – ocorrida na maturidade, aos quarenta e um anos de idade, muito embora tivesse tentado realizá-la na adolescência quando fora impedida pelo pai e por “[...] um nome conhecido da área médica de São Paulo [...]” (BRANT *et al.*, 2017, p. 104). Tal circunstância a fez decidir, naquele momento, que “[...] seria apenas Marcos Cesar na frente dos conhecidos, enquanto longe dos olhares alheios continuaria buscando se encontrar e expressar seu ‘eu’ interior de alguma maneira” (p. 105).

O relato de Márcia Rocha também se confirma como veiculador da luta pela despatologização, ainda que de forma implícita, pois ao narrar a sua trajetória profissional de sucesso se evidencia como uma pessoa que goza de suas perfeitas condições mentais. Dentre as conquistas profissionais, as vinculadas ao seu ativismo, nascidas em função de sua própria transição de gênero.

Sua militância é iniciada na Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo, quando se tornou “[...] a primeira advogada assumidamente travesti a poder trabalhar com seu nome social –, e a repercussão foi imensa” (p. 129). A partir dessa conquista, como relata, passou a compor a Comissão da Diversidade e Combate à Homofobia da OAB-SP fomentando uma pauta que até então não havia ganhado fôlego na entidade.

---

94 Portaria do Ministério da Saúde nº 457, de 19 de agosto de 2008. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457\\_19\\_08\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html). Acesso em: 13 out. 2019.

O engajamento de Rocha garantiu que a questão do reconhecimento do nome social no registro profissional bem como nos quadros da entidade fosse votada pelo Pleno do Conselho Federal da Ordem no ano de 2016; ano em que a Presidenta Dilma Rousseff promulga o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016<sup>95</sup>. Uma atuação que se estendeu em participações nas conferências da *World Association for Sexual Health* (WAS), desde 2015, onde conquistou um assento, e na constituição da Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT).

Dessa forma, ao se narrar junto a outras vidas trans como se narra, Márcia Rocha contribui tanto para o fortalecimento de narrativas fraturadoras de estigmas patologizantes construídos para as suas vidas quanto para evidenciar que ao “sair do armário” usou e vem usando a sua condição socioeconômica privilegiada para enfrentar o sistema. Em resposta ao discurso de patologização como invalidador de suas vidas para o mercado de trabalho, cria o site de emprego *Transempregos*, confirmando a existência de uma mão-de-obra qualificada em diversas áreas bem como a sua perversidade em pré-definir, via de regra, apenas os corpos cisgêneros como selecionáveis para trabalhos socialmente “lidos” como dignos:

Ao final, o principal objetivo vem sendo alcançado, ao existirem hoje profissionais transgêneros extremamente competentes e qualificados trabalhando e sendo respeitados e valorizados em seus cargos. Isso tem contribuído para demonstrar para a sociedade que o preconceito é, e sempre foi, uma absurda injustiça. (BRANT *et al.*, 2017, p. 127)

Em “Eterno aprendiz”, de T. Brant, último dos quatro textos autobiográficos de VT, deparamo-nos com a trajetória de um belo-horizontino, branco, classe média, de vinte e cinco anos de idade, que “da noite para o dia” ganha milhares de fãs nas redes sociais. É uma narrativa em que o autor expõe as inúmeras incertezas que enfrentou no seu processo de transição, reivindicando a liberdade nesse processo e por esse modo provocador de “fratura” nas normas de gênero e seus discursos, pois, no contexto em que escreve, ainda estão assentados sobre “verdades imanentes” estabelecidas pela medicina.

Não foi fácil ser uma criança “fora dos padrões” da sociedade. Mas na adolescência foi pior. Foi quando vieram as “mil e uma perguntas”. Desde então, eu venho procurando respostas e vivendo a vida com intensidade para encontrá-las [...] (BRANT *et al.*, 2017, p. 142).

---

<sup>95</sup> Esse Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=1%C2%BA%20Este%20Decreto%20disp%C3%B5e%20sobre,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional.&text=%C3%89%20vedado%20o%20uso%20de,a%20pessoas%20travestis%20ou%20transexuais](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=1%C2%BA%20Este%20Decreto%20disp%C3%B5e%20sobre,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional.&text=%C3%89%20vedado%20o%20uso%20de,a%20pessoas%20travestis%20ou%20transexuais). Acesso em: 12 jan. 2020.

De modo muito próprio, esse narrador grita as “o-pressões” – como qualifica na p. 150 – que vivenciou ao longo da vida antes e ao longo do processo de transição, ainda na adolescência, sendo constantemente obrigado a ter de se definir como alguém pronto e acabado: “Notaram que eu costumava fugir de tudo que pudesse me definir?” (p. 150).

Sua trajetória de alterações corporais permitiu-lhe experimentar-se como alguém que também se descobria naquele momento: “Gostava do que via, meu novo corpo, mas não queria ser rotulado [naquele momento] de nada: nem de homem nem de mulher” (p. 164), o que será alterado ao longo do seu processo de descobertas, inclusive reverberando na sua autonegação, em um posicionamento manipulado pela mídia, o que lhe rendeu, como desabafa, muitas críticas. Ao final do relato, quando se afirma “eu sou um homem trans” (p. 170), também se reconhece como alguém que buscou, à revelia dos binarismos de gênero, se descobrir, se autoconhecer. Por esse modo, temos aqui um testemunho de quem viveu e sabe que o autorreconhecer-se é fruto de um processo de descobertas e (re)construções, perspectiva em contraposição à compreensão de que sofria de transtorno mental.

Dessa forma, *VT*, por testemunhos-vidas diferenciados, traz a público, em formação cuíerlombola, uma agenda em comum: a despatologização trans.

### **5.7 Pelo direito à infância em *Nós, trans: escrituras de resistência* (2017)**

Como antecipado no item anterior, *NT* é a segunda obra coletiva deste *corpus*. É uma composição constituída de 57 textualidades produzidas por 47 pessoas trans oriundas das mais diversas partes do nosso país. Como a organizadora Maria Léo Araruna apresenta, essa obra é um “[...] amontoado de textos que acredita na potência dos encontros entre as/os marginais e na luta destas/es por transformações políticas sociais” (ARARUNA, 2017, p. 3).

Esse “amontoado de textos”, diferentemente das demais narrativas apresentadas, irrompe como estilhaços autobiográficos – entre prosa, de modo privilegiado relatos e ensaios, e poemas – dedicados a confirmar uma agenda de luta. Textualidades tão múltiplas e variadas quanto as possibilidades desse (re)existir, e por esse modo reveladoras do quanto estruturamos o genocídio dessa população em nosso país desde a infância, revelado em 21 dos 47 textos, o que determinou a abordagem dessa obra na tese.

Importante salientar que, embora a violação da infância apareça em todas as obras deste *corpus*, demonstrá-la por meio do livro organizado por Araruna (2017) permite-me identificar como algo que se mantém inalterado em nossa sociedade há décadas, uma vez que autores e autoras de diferentes faixas etárias, condições socioeconômicas e racial dão-nos a chave para acessar simultaneamente passado e presente tão perversamente iguais.

Resta lembrar ainda que, dessa perspectiva de abordagem, esses gritos não se referem apenas à infância de crianças e jovens que não se enquadravam às compulsoriedades de gênero-sexualidade, mas da infância de todos e todas nós que, “desde sempre”, não temos a liberdade de nos imaginar como sujeitas e sujeitos que podem se experimentar (LIONÇO, 2018a). Mas não “só” isso, uma vez que também nos interpelam como agentes de múltiplas violências, as quais têm sido pedagogicamente aprendidas e ensinadas, transmitidas de geração em geração, há décadas, há séculos.

Saliento ainda que, embora as 26 demais textualidades não evidenciem a temática da infância, por diferentes modos seus estilhaços autobiográficos acabam por nos conduzir a essa questão, como por exemplo pelo emblemático ensaio de Viviane Vergueiro “Despatologizar é descolonizar”, que, fugindo à pessoalidade de todos os demais 46 textos, parece funcionar como amálgama para todos eles, uma vez que oferece uma compreensão do quanto a patologização de suas identidades funciona como uma máquina de guerra sobre as vidas de quem coloca em xeque as normas cisheterossexistas.

Portanto, em *NT*, acessaremos, por meio de uma multidão trans, uma “manifestação” numericamente expressiva que objetiva, como salienta a organizadora Maria Léo Araruna (2017),

[...] silenciar a voz da cisgeneridade que é teimosa em explicar quem somos nós. E temos como objetivo fazer parte de uma trajetória que visa autonomia dos corpos e a libertação do nosso imaginários sobre nós mesmas/os! (p. 9)

Essa “teimosia” tem violado o artigo 227 da Carta Constitucional<sup>96</sup> bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente desde 1990<sup>97</sup>, pois “cistematicamente” tem exterminado a autonomia dos corpos e dos imaginários das crianças e dos adolescentes sobre si mesmos, desde o espaço familiar, como desnuda Heymilly Maynard, em seu relato “Juventudes trans invisíveis”:

Para se ter uma família legal

---

<sup>96</sup> O Art. 227 determina: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1988. Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

<sup>97</sup> De acordo com Leite Júnior (2012), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), ao instituir o paradigma da proteção integral para crianças e adolescentes, reconheceu-os como prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado, num aparato legal que determinou que fossem considerados como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Uma concepção coadunada com um projeto de sociedade calcado na garantia dos direitos humanos para a infância e na necessária construção de uma nova relação do mundo adulto com a infância e a adolescência, já que nossa sociedade foi historicamente autoritária e tutelar com essas categorias sociais. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 13 jul. 2020.

É necessário que  
Se tenha uma família  
Que te deixe viver (ARARUNA, 2017, p. 71)

A enunciação de Maynard encontra ressonância em 19 das 21 escrituras da obra *NT*. Assim, se é no espaço da família, por determinação constitucional e amparo legal, que as crianças e adolescentes deveriam ser respeitados como sujeitas e sujeitos de direito, via de regra é onde, desde sempre, têm sofrido violências traumatizantes com também testemunha Rose Annie Macfergus em “Infância de sangue”:

Do meu ponto de vista, as pessoas que sobreviveram à violência das instituições familiares não são vencedoras. Muitas vezes, ser forte para nós é uma maldição. Resistir também é prolongar sofrimentos. É se obrigar a conviver com traumas perturbadores. (ARARUNA, 2017, p. 58)

Como relata Thairê dos Santos Felix Damasceno, em “Transfobia: morte à carne, morte ao espírito”, esse espectro de violência é assustador e vai desde a impossibilidade de brincar, falar, andar, gesticular, usar uma roupa ou adereço que seja contrário ao gênero que fora compulsoriamente determinado ao nascimento, até ao abuso sexual<sup>98</sup>, agressões físicas e expulsão de casa:

Eu tinha 2 anos na primeira vez que minha mãe me colocou um vestido à força. Eu era criança, mas eu já sabia que eu não queria colocar aquela “roupa feminina”. Desde esse dia, toda vez que minha mãe teimava em me vestir com roupas assim eu chorava muito. (ARARUNA, 2017, p. 58)

Melissa Massayury, em “À flor da pele”, testemunha um abuso sofrido: “Eu era apenas uma criança, tão pequena que nem lembro quantos anos tinha, mas acredito que tinha em torno de 6 a 7 anos. Depois aos 10 anos, dentro da minha própria casa, por um amigo da família” (p. 80).

Um rol não esgotável de manifestações de violência que se estruturam na patologização transfóbica, o que fatalmente levará a criança e o adolescente a mais um sofrimento: ao adoecimento psíquico, como alerta João W. Nery:

Outra consequência grave de considerar a transexualidade uma patologia, colocando o gênero como uma categoria diagnóstica, é a pressão exercida sobre as crianças e adolescentes trans, que são levados a se verem como doentes. É muito grave a internalização da transfobia, transformando o sofrimento de seres frágeis ainda em formação, em alvos merecedores de punição ou praticantes de pecado. (BRANT *et al.*, 2017, p. 95)

---

<sup>98</sup> Segundo Habigzang *et al.* (2005), o abuso sexual pode ser definido como qualquer ato de contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado; o que inclui uma relação de poder entre os adultos e as crianças ou adolescentes, englobando situações diversas como carícias, pornografia, voyeurismo, assédio, exibicionismo, e o ato sexual com ou sem penetração.

Tais adoecimentos são produzidos por um sistema opressor, como testemunha Tito Carvalhal em “Tran.piração”: “Medicalização/ Sua face mais perversa/ Patologização” (ARARUNA, 2017, p. 128). Trata-se de uma realidade que ainda pode se agravar se a criança ou o adolescente for de uma família cuja religião seja pautada em fundamentalismos, como testemunha Sabrina Moraes, em “Sempre te vi como mulher”, que, a partir dos 4 anos de idade, acreditando-se doente, passou a pedir “cura” para “Papai do Céu” e aos 9 anos de idade começou a implorar um milagre para Deus: “Por favor, me transforma em uma menina” (ARARUNA, 2017, p. 116). Uma infância de atormentações! Em “Determinação e luta na terceira idade”, Anyky Gonçalves de Lima, referência para o ativismo trans na contemporaneidade, relata que o que lhe restou foi a rua, quando

[...] f[oi] expulsa de casa aos 12 anos de idade, porque vivia dizendo que era uma mulher. Minha família, entretanto, não entendia isso. Eles não entendiam que um “menino” queria se vestir com as roupas das irmãs. (ARARUNA, 2017, p. 159).

Porém, o tormento não fica “só” em casa. Quando passam a frequentar a escola, tudo fica pior, pois a escola será onde o cisheteroterrorismo<sup>99</sup> ganhará institucionalidade pública, como nos conta Ana Giselle, em “O corpo como armadura de resistência”:

No caminho de volta pra casa, lembrei da minha época de escola, quando passei a transbordar minha transgeneridade e, conseqüentemente, meu estilo “extravagante” aos olhos da sociedade. A partir daí, as opressões diárias que eu sofria naquele lugar deram espaço a olhares curiosos, espantados e quase sempre silenciosos. (ARARUNA, 2017, p. 18)

Já Beatriz Pagliarini Bagagli, em “Notas sobre transgeneridade e subjetividade”, enfatiza a evasão escolar como resultado da transfobia “[...] ‘*bullying*’ acaba sendo um eufemismo para casos de apedrejamento que ocorrem com travestis em escola” (ARARUNA, 2017, p. 35). Realidade também denunciada por Thairê dos Santos Felix Damasceno, já citada aqui, levando-a a transitar só “[...] depois de terminar o ensino médio, porque eu estudei com uma moça travesti; eu presenciei o que ela sofria todo dia, só por ela ter coragem de estar em um lugar em que ela ‘não pertencia’ ” (p. 59).

Como discute Berenice Bento (2011)<sup>100</sup>, a escola é o espaço que, ainda na contemporaneidade, garante a reiteração dos padrões compulsórios cisheteronormativos,

---

<sup>99</sup> Berenice Bento (2011), ao problematizar os limites das instituições sociais em lidar com os sujeitos que fogem às normas de gênero, se detém nas respostas que a escola tem dado aos/às estudantes que apresentam performances de gênero que fogem ao padrão. Ao fazê-lo define suas práticas como heteroterroristas, definição que retomo aqui de forma alterada, uma vez que incluo nessa terminologia a abreviatura cis. Uma ampliação que evidencia a cisgeneridade, como dogma de gênero e, portanto, sexualidade, como vetor de violência terrorista.

<sup>100</sup> De acordo com Bento (2011), “A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e

impedindo que crianças e adolescentes tenham, por direito, a sua dignidade humana preservada e conseqüentemente desenvolvam-se cognitiva, psíquica e emocionalmente.

No testemunho de Nathan Phellipe, “Vivência de um t-boy”, deparamo-nos com um corpo em cerco: “[...] eu comecei a enfrentar olhares tortos, comecei a escutar piadinhas na escola, e perdi a conta de quantas vezes eu fui agredido” (ARARUNA, 2017, p. 165). Já Lucca Nahuel, em “A construção transgressora do eu”, confirma: “O meu futuro brilhante foi apagado pela concepção dos outros de que gente como eu é limitada a não ter futuro algum” (p. 125). Em “Infância de sangue”, Rose Annie Macfergus, já evocada aqui, é taxativa: a escola, para crianças e adolescentes que irrompem contra os padrões de gênero e sexualidade, via de regra, se constitui, não raro, metaforicamente como de sangue.

Todas essas narrativas são assentadas num campo semântico por si só revelador: medo, choro, pecado, culpa, punição, expulsão, fuga, solidão, perseguição, isolamento, *bullying*, abandono, exclusão, abuso, mas também articuladas e nascidas sob uma perspectiva de luta e luto.

São testemunhos que confirmam a importância da “Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil - 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais”<sup>101</sup>, que tinha como objetivo reunir subsídios a fim de fundamentar políticas públicas que possibilitassem transformar as instituições educacionais em ambientes mais seguros e acolhedores para estudantes LGBT e a sua necessária divulgação. Porém, como reafirma Jef Cardoso em “Meu corpo e o não-lugar que ocupo”, na obra organizada por Araruna (2017),

Existe uma grande batalha a ser travada contra todo um cis-tema heteronormativo e binário-excludente que cotidianamente violenta corpos destoantes da normatividade. Violenta-nos no sentido de nos empurrar para o lugar da marginalidade social, nos tornar vulneráveis e nos enfraquecer, de uma forma que consiga alcançar o seu objetivo que é de nos eliminar. ( p. 20)

Entretanto, uma batalha, como vocifera Lana de Holanda em “Nós, trans”, último texto da obra homônima, que vem sendo travada por “corpos resistência”; uma batalha que vem sendo documentada!

---

produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em ‘evasão’.” (n/p).

<sup>101</sup> Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

### **5.8 Pelo direito ao aspecto físico da estética humana, em *Trinta anos de reclusão e as memórias de Porcina D'Alessandro* (2017)**

Porcina D'Alessandro, importante referência para o ativismo de mulheres travestis em Belo Horizonte nos anos de 1990 (COACCI, 2019), permite-me por meio de sua autobiografia, *Trinta anos de reclusão e as memórias de Porcina D'Alessandro*, doravante indicada com a sigla *TAR*, evidenciar a reivindicação de um direito ainda hoje violado para a população trans em nosso país: o direito ao aspecto físico da estética humana; um direito da personalidade, como discute o jurista Rubens Limongi França (1983) e, portanto, vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Tal direito só veio a ser reconhecido por nosso Estado Democrático de Direito como política pública, em 2008, com a implementação do Processo Transexualizador pelo SUS, o qual sofreu importantes reconfigurações em 2013 (ROCON *et al.*, 2016), sendo um programa que ainda não atende às demandas apresentadas pela comunidade. Dentre os procedimentos que a comunidade trans contesta, destaca-se o fato de só serem atendidas pessoas a partir dos 18 anos, sendo que a possibilidade de realização de procedimentos cirúrgicos só é permitida com a idade mínima de 21 anos, e só depois de já terem feito acompanhamento por tempo igual ou superior a dois anos, como destacam Thiago Pestana Pinto *et al.* (2017).

O Processo Transexualizador do SUS ainda mantém padrões binaristas de gênero e, como consequência, não contempla, por exemplo, o espectro de mulheres trans que não desejam realizar a cirurgia de transgenitalização e que, por isso, são impedidas de acessar outros serviços prestados pelo programa (ROCON *et al.*, 2016):

Os seus achados evidenciam a necessidade urgente da ampliação de estratégias de atenção à saúde de travestis e mulheres transexuais, incluindo a revisão do Processo Transexualizador no SUS, de modo a diferenciar e oferecer os procedimentos de modificação corporal, seja terapia hormonal, cirurgias plásticas, bioplastia ou a colocação de próteses de silicone, não como um pacote único, mas adequados às necessidades de cada pessoa, reconhecendo a diversidade das demandas de saúde como parte da construção da identidade de gênero, assim como a singularidade com que cada indivíduo vivencia esse processo de transição, assegurando de fato uma atenção integral à saúde. (n/p)

Outro problema identificado pelos pesquisadores é que, em se tratando de mulheres transexuais e travestis, uma em cada cinco se encontra em condições de vulnerabilidade social, o que determina que busque no mercado ilegal os recursos disponíveis para adequação corporal.

Isso mostra a importância de pensarmos estratégias e alternativas que contemplem as especificidades do intercurso do processo de transição para além do que já é previsto no atual modelo normatizado pela Portaria GM/MS nº 2.803,

compreendendo que em muitas ocasiões as intervenções corporais como uso de [silicone industrial] SLI ou a utilização de hormônios sem prescrição médica podem começar ainda na adolescência (n/p).

Além disso, como salienta Aureliano Silva Júnior (2018), o programa ainda não oferece algumas cirurgias faciais e corporais, já reguladas pela medicina, que contribuiriam para a construção da feminilidade para as mulheres transexuais e travestis e conseqüentemente para a melhora de sua qualidade de vida. Por fim, como destacam Pablo Cardozo Rocon *et al.* (2016), o SUS ainda não garante universalidade e equidade nesse atendimento.

Importante destacar que não se trata de meras cirurgias de “embelezamento”, mas de adequação a um padrão de gênero construído pelos próprios dispositivos de poder cisgêneros, os quais têm validado padrões de masculinidade e feminilidade. Isso é um aspecto crucial para todos e todas nós, mas, sobretudo, para as pessoas que transitam de gênero, uma vez que, do amanhecer ao anoitecer, seus corpos são julgados pelo devassador escrutínio do padrão cisonormativo.

Como destaca Aureliano Silva Júnior (2018), a construção estética da feminilidade e da masculinidade é determinante no processo de autoidentificação e no de construção de um sentimento de pertença trans binário, que não vem apenas de si, mas de uma identificação e validação pelo outro. Esse direito humano é reivindicado no testemunho de D’Alessandro (2017), marcado pela assunção do uso abusivo de silicone líquido industrial (SLI) para construir a sua “mulheridade”, assim como pelo negócio rentável, na década de 1990, que a transformou numa “bombadeira”, ou seja, aquela que passou a fazer aplicações de silicone no corpo de outras mulheres<sup>102</sup>.

Importante destacar que a autora, ao enunciar o uso abusivo do SLI, também diz sobre a necessidade de fundar uma associação em prol das travestis, projeto que efetiva em fins dos anos de 1999:

Cada dia mais eu fui amadurecendo a ideia de fundar uma associação e convoquei as pessoas que no momento achei que abraçariam a causa comigo, expus a ideia e fui colocando cada dia mais em prática e em paralelo a tudo isso eu resolvi que tinha que continuar mudando fisicamente. Várias vezes por semana, como uma alucinada, me trancava e aplicava silicone em várias partes do corpo inclusive no rosto. A cada aplicação eu me sentia mais bonita e tornou-se uma prática diária. Já era normal para mim, sem dor sem nenhum tipo de reação adversa. Depois marquei mais uma cirurgia nos seios e aproveitei para levantar mais uma vez as sobrancelhas e o nariz,

---

<sup>102</sup> Destaco que tanto Porcina D’Alessandro (2017) quanto Pelúcio (2005) falam do uso de SLI por mulheres cisgêneras, que historicamente têm sido objetificadas, e por isso incessantemente buscado meios para “ajustar” o corpo a um ideal de beleza. Porém, quando nos voltamos para o uso do SLI por mulheres trans, de largada, devemos reconhecer que este recurso vem sendo usado para se construir um corpo-passaporte para o direito a existir no gênero de autorreconhecimento.

depois do repouso e retirada dos pontos eu retornei a velha rotina de autoaplicação de silicone (D’ALESSANDRO, 2017, n/p).

O desejo da criação de uma associação por parte de Porcina D’Alessandro pareceu-me um *link* estratégico em sua narrativa, pois coloca “lado a lado” tanto uma questão de saúde pessoal (que também diz da saúde de um coletivo, a saúde pública), quanto a busca por uma organização política para pautar as demandas dessa comunidade com a qual se vincula. Quanto às demandas pela aplicação do SLI, ela narra:

[...] quando fui para a boate e as pessoas viram e me perguntaram quem havia colocado e eu respondia que era eu mesma. A maioria não acreditava mas um dia fui procurada por uma travesti que disse que queria ser bombada por mim, eu lhe respondi que fazia em mim e não nas pessoas, mas ela insistia que ela confiaria a mim qualquer parte do corpo, eu fiz o meu tão perfeito... Pedi um tempo para pensar e depois, quando a mesma me ligou eu disse que aceitaria. Marquei o dia e bombei os seios da mesma e ficou lindo, mas dentro de mim havia um receio por ser algo tão sério. Era a vida de um ser humano que estava em jogo. A notícia correu rápido entre as travestis da cidade e eu comecei a receber telefonemas de todas as partes, inclusive do interior. (n/p)

Conforme a autora salienta, embora soubesse dos riscos do uso do SLI para a saúde – “era a vida de um ser humano que estava em jogo” –, também registra a importância do aspecto estético reconhecido como feminino pelo padrão normatizador para essas mulheres que a procuravam. Diz ainda que, mesmo tendo sido procurada por mulheres cis, a maioria de sua clientela era composta de travestis que dependiam desse aspecto para o trabalho na prostituição. Uma prática comercial que, no início dos anos 2000, levou D’Alessandro como ré aos tribunais. Destaca-se, no entanto, que, ao descrever o seu julgamento, revela-se não como uma ré mas como uma colaboradora do Estado, inoperante quanto à saúde dessa população:

Em um dos meus depoimentos eu declarei que o Ministério da Saúde sabia da minha prática de aplicação, pois o mesmo havia lançado um manual de redução de danos e nele constava a foto do meu corpo, sem o rosto e a baiana vestida como eu me vestia, ensinando a outras bombadeiras como aplicar, com todos os cuidados necessários. Na época havia a possibilidade de lançar um projeto no qual eu sairia pelo Brasil, paga pelo mesmo, para capacitar as outras, até fui considerada o corpo mais perfeito com silicone industrial, isso contou muito no meu processo (n/p).

Importante salientar que Porcina D’Alessandro, no presente da narrativa, não se enuncia mais como “bombadeira”, mas, garantindo espaço para esse registro em sua autobiografia, permite-me lê-lo ainda como uma interpelação no contexto de publicação, pois, como constatam Pinto *et al.* (2017), o uso do SLI de forma acentuada pelas mulheres travestis em nosso país ainda é um assunto não enfrentado por nosso Estado Democrático de Direito: “A realização de estudos sobre o tema é necessária para que se possa verificar a magnitude

desse problema de saúde e fornecer informações para a construção de estratégias e de políticas públicas mais eficientes” (PINTO *et al.*, 2017, n/p).

### **5.9 Pelo direito ao envelhecer, em *Velhice transviada: memórias e reflexões* (2019), de João W. Nery**

João W. Nery, aos 80 anos de idade, num contexto de enfrentamento de um câncer cerebral que lhe fora fatal em 2018, escreve *Velhice transviada: memórias e reflexões*, publicado em 2019. Essa obra, dividida em duas partes – o seu relato e as entrevistas –, neste estudo é lida na íntegra como autobiográfica, pois o autor, ao se narrar a partir da velhice e de suas memórias de velho, não o faz sozinho, garantindo assim, em seu quarto e último projeto autobiográfico, pautar o direito ao envelhecimento como um direito humano junto a outras e outros trans idosos.

Reconheço por essa abordagem que o compartilhamento de espaço narrativo como essas outras vozes é mais uma estratégia cuierlombista, como o fez Wonder (2008), pois, conforme enfatiza o autor, “tinha que dar continuidade aos depoimentos, ecoar a voz das pessoas amordaçadas por essa sociedade hipócrita, que só ouve o discurso estereotipado que lhe é conveniente” (NERY, 2019, p. 81).

Dessa forma, a obra de Nery (2019), nesta tese, ganha um sentido muito significativo, uma vez que o autor, não fortuitamente, após ter escrito três obras autobiográficas, promove por meio desta última – coincidentemente a última a compor esta ocupação – a instalação de uma temática que “encerra” um ciclo de vida e, exatamente por isso, invisibilizada para a população trans: o direito ao envelhecer. Tal direito, que é garantido por dispositivos constitucionais e pelo Estatuto do Idoso (2008) a todos os cidadãos e a todas as cidadãs brasileiras, ainda é inacessível para a comunidade trans em nosso país, como explicita o autor de *Velhice transviada*:

As estatísticas provam que as pessoas cisgêneras [...] a cada ano se tornam mais longevas, vivendo uma velhice com menos sofrimento, usufruindo dos avanços da biotecnologia. Mas nós, os transgêneros, que não temos nossos gêneros assinalados no nascimento, vivemos cada vez menos. São muito poucos os que conseguem chegar à senescência, ou seja, que têm o direito de ser tornar senis na idade avançada (NERY, 2019, p. 17-18).

Neste contexto, vale destacar que, em 05/07/2018, a Agência IBGE Notícias divulgou que a expectativa de vida do brasileiro aumentou de 75,8 para 76,3 anos em 2018<sup>103</sup>. Porém,

---

<sup>103</sup>Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos>. Acesso em: 20 jun. 2020

em 2017, o Senado Federal divulgou que a expectativa de vida de mulheres transexuais em nosso país é de 35 anos, metade da média nacional<sup>104</sup>.

Como reafirmam Janaína Rigo Santin e Marina Zancanaro Borowski (2008), o direito ao envelhecer deve ser compreendido como uma pauta fundamental para o nosso Estado de Direito, o que exige uma atuação governamental norteada pelos princípios da liberdade, respeito, dignidade e justiça social, de forma a garantir que os idosos possam sentir-se úteis, usufruir momentos de lazer, produzir e conviver com outras pessoas, crescer culturalmente e ainda contribuir com a sociedade.

Essa perspectiva vincula-se às questões trazidas no testemunho de Nery (2019) e nas histórias narradas pelo autor a partir de entrevistas, uma vez que reivindicam o direito à longevidade de forma ancorada ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Dos direitos violados na velhice, destaco os direitos sociais, o direito à intimidade, o direito de permanecer se autorreconhecendo no gênero de identificação e o direito de transicionar de gênero na velhice. Quanto aos direitos sociais, como denuncia a ativista Sissy Kelly, em entrevista concedida a João Nery (2019), ainda está longe de serem alcançados por um numerosa população em situação de rua:

- Sou militante, trabalho com moradoras de rua trans. Não existe acolhimento para pessoas trans que envelhecem com doenças crônicas, em situação de rua, aqui em BH. Acredito que saúde e moradia são as pautas principais de luta para as pessoas como nós, sobretudo quando conseguem chegar na velhice. Estamos ainda muito longe de conseguir encontrar um abrigo que realmente nos acolha. (p. 140)

Quanto à violação da intimidade, Nery testemunha que até o final de sua vida continuou a ser interpelado quanto a sua existência masculina e nesta medida convocado a se explicar como humano:

Deitado na mesa, meio grogue, o anestesista me perguntou sobre as cicatrizes no peito. Conteí-lhe que era trans. Sentia a dor do cateter penetrando pelo meu pulso direito, enquanto aguentava nos meus ouvidos a pergunta insistente sobre qual era meu antigo nome. (NERY, 2019, p. 60)

Em consonância, a ativista transfeminista Anyky Lima diz em entrevista ao autor de *Velhice transviada* que ainda hoje vive aos sobressaltos ao frequentar consultórios médicos:

Agora, já na velhice, precisei fazer uma cirurgia de catarata, e o meu maior medo era de não ser chamada pelo meu nome social. A sala do consultório foi enchendo de gente e eu cada vez mais apavorada. Felizmente, a secretária chamou meu nome: Anyky. Foi um grande alívio. (NERY, 2019, p. 96)

---

<sup>104</sup>Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Porém para algumas pessoas trans idosas, a situação pode ser ainda mais violenta, pois, desamparadas pelo Estado, são obrigadas a “destransionar” – “Isso significa retomar as características físicas do gênero atribuído no nascimento, depois de ter assumido como trans durante anos e anos” (NERY, 2019, p. 153) – para conseguirem algum tipo de acolhimento por familiares ou nas comunidades que residem, conforme explica Anyky Lima:

Tenho algumas amigas que tiveram que se desmontar quando estavam doentes ou para serem aceitas de volta pela família. [...] – Eu soube de uma que, já idosa, também teve que se desconstruir para poder sobreviver – lembrei. – Trabalhava de faxineira em várias casas de uma vila. (p. 95)

Em confirmação, Nery reconta a história de Vanusa Morimoto:

Para sobreviver às dificuldades com a chegada da velhice transviada, Vanusa resolveu retirar a prótese de silicone dos seios, da face, cortar os cabelos e se vestir com roupas ditas masculinas; “Ficou mais fácil conseguir empregos informais e lidar com meus vizinhos, que são muito machões”, disse ela, que emendou-se em seguida: “Não importa a forma como me apresento fisicamente. Fui, sou e sempre travesti”. (p. 153)

Acrescentando essa pauta reivindicativa em seu livro, João Nery (2019) também garante a enunciação do direito a transitar de gênero na maturidade por meio de duas outras trajetórias de vida: a de Valquíria, que se autoidentifica como mulher aos 56 anos de idade, e a de Joel, que se autoidentifica homem aos 58 anos de idade. Nas palavras de Valquíria, citadas por Nery, lê-se um desabafo: “[...] não é porque tenho quase sessenta anos de idade que não vou ser quem sou” (p. 121).

Uma obra que se confirma cuíerlombolamente contemporânea tanto por compartilhar memórias ternas da infância do autor e da sua convivência com os pais na velhice, expondo a realidade da nossa transfobia que sequer consegue imaginar a velhice para os corpos trans, quanto como abrigo para as memórias de luta e de luto de velhos e velhas trans idosas, espaço de acolhimento e de semente:

Dedico este livro às pessoas trans, sem voz, às mais invisíveis para a sociedade: àquela rotuladas de abomináveis, vistas como pervertidas, que envergonham as famílias e os vizinhos, que ainda menores foram punidas com a expulsão de casa, sem abrigo específico para as acolherem na juventude nem na velhice e, sobretudo, às que não têm direito à insolência da longevidade, por morrerem assassinadas, ainda prematuramente. (NERY, 2019, p. 5)

**6 *Corpus* bem dito!**

*Oh! Bendito o que semeia  
Livros à mão cheia  
E manda o povo pensar!  
O livro, caíndo n'alma  
É germe – que faz a palma,  
É chuva – que faz o mar!*

Castro Alves, *Espumas Flutuantes* (1870)

## 6.1 Um arquivo em constituição

Após apresentar o processo de ocupação do espaço autobiográfico por pessoas trans nos últimos quase quarenta anos, a partir de uma abordagem cuíerlombista, porque resistência e organização nos modos de se narrar, evidenciando em cada nucleamento, por meio de um eixo temático, a contemporaneidade dessas obras em seu contexto de publicação, nesta reta final, vou retomar a discussão da força desse gesto a partir da concepção do narrar-se como uma política de memória. Essa concepção, embora esteja implícita na discussão apresentada no capítulo dois, por ser estruturadora desta tese, acredito que retomada aqui, final da jornada proposta, possa potencializar a sua força imagética.

Para isso, tomo de empréstimo a abordagem teórica de Philippe Artières (1998), em “Arquivar a própria vida”, em que discute o gesto de narrar-se como uma estratégia que tanto permite que as pessoas submetidas a regimes de opressão “arrumem-se”, não só porque escolhem acontecimentos que entendem como significativos, mas os ordenam numa narrativa em que a escolha e a classificação das ocorrências determinam o sentido que se deseja dar à narrativa de vida. Gesto, potentemente rebelde e revolucionário, pois irrupção contra uma política de esquecimento, uma política de desmemória.

Nesse sentido, vale lembrar que a prática do registro da memória, no Brasil, por séculos, ficou restrita a uma parcela privilegiada de nossa sociedade: substancialmente homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais e ricos, ou seja, os donos do poder, como já demonstrado anteriormente. No entanto, desde os últimos decênios do século XX, isso vem sendo alterado, uma vez que a escrita da memória passa a ser acessada por grupos sociais subalternizados. Momento em que os estudos acadêmicos, como apresenta Benito Bisso Schmidt (2000), em diálogo com as reflexões e perspectivas da nova história social, começaram a se voltar para essas representações individuais “menosprezadas” pela “grande história.

Destaca-se nessa vertente a tese pioneira de Ecléa Bosi (1979), que, em fins da década de 1980, reconstituiu a memória social sobre a cidade de São Paulo por meio de narrativas orais de pessoas mais velhas. Bosi confirmou, naquele momento, tanto o apagamento de determinadas memórias em nossa sociedade e os prejuízos quanto a isso, como evidenciou um trabalho por ser feito. A sua tese “abriu caminho” para se indagar quais memórias eram/são reconhecidas como “arquiváveis”, “dignas de registro” pelos saberes instituídos, ao mesmo tempo em que jogou luzes sobre as relegadas ao esquecimento institucional. É uma indagação que ainda hoje se impõe como pertinente, uma vez que, só mais recentemente, constata-se, por exemplo, o interesse em se ouvir as vozes, as memórias, os saberes das pessoas trans em

nosso país, consoante, por exemplo, às interpelações de teóricos/teóricas-ativistas transfeministas.

Enfatiza-se que a efetivação dessas escritas de memória trans, como tenho demonstrado, é um forte potencial democratizante, uma vez que tem permitido circular pela autorrepresentação uma pluralidade de vozes, sujeitas e sujeitos de subjetividades. Como enfatiza Artières (1998), essa é uma prática que tem cumprido uma importante função e valor social, pois

[...] muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo (p. 31).

Tal prática manejada pelos autores e pelas autoras presentes no *corpus* desta tese, confirma-se por isso, subversiva, pois neste espaço de poder, como discute Artières (1998), têm conquistado o direito de escolher e classificar os acontecimentos que determinaram o sentido que desejam dar às suas vidas e conseqüentemente insurgirem contra os arquivos patologizadores, criminalizadores e estigmatizadores sobre suas existências; têm *desafiado a ordem das coisas!*

Assim, ao arquivarem suas vidas, cumprirão, sobretudo, uma importante função e valor social, pois, simultaneamente, criam uma ocasião de se fazerem ver tal como se veem e tal como desejariam serem vistos ou vistas. Como testemunha Tito Carvalhal, em *NT*, essas pessoas se escreverão contra

[...]  
O silenciamento  
Preterimento  
Apagamento  
Extermínio físico e subjetivo  
Segregação  
[...] (ARARUNA, 2017, p. 128)

Dessa perspectiva de leitura, importa explicitar que essas escritoras e esses escritores têm protagonizado a formação de um arquivo sobre o (re)existir trans sob um regime de exceção estabelecido no Brasil desde o período colonial, que é um aspecto desse cuíerlombismo, pois, ao ocuparem o território literário como o têm feito, enfrentam o apagamento de memórias de vida, que remetem a de outras, outros e outres. Portanto, por tudo que revela guarda a força do arquivar-se uma multidão.

Importante também destacar que, se os Estados modernos, como discute Michel Foucault (1988), via de regra, têm se preocupado em transformar a sua população em dados

para suas políticas de poder, o mesmo evidentemente não ocorre com a população trans no Brasil, uma vez que sequer é informada em seus arquivos e registros institucionais. Portanto, quando “se arquivam”, fraturam memórias homogeneizadoras sobre identidade de gênero em nossa sociedade, garantem um “lugar” onde possam ser visibilizados bem como compartilhar seus discursos sobre si mesmos (ARTIÈRES, 1998).

Nesse sentido, sinalizo, por exemplo, que os relatórios estatísticos sobre as violências sofridas por essa população têm sido produzidos por entidades e organizações civis nacionais e/ou internacionais, como os citados nesta tese. Quanto ao censo populacional, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ele sequer incorporou os identificadores cisgênero e transgênero para gênero, como confirmam Marcia Maria Melo Quintslr *et al.* (2017), em “Visibilidade social de indivíduos transgênero e sistemas de organização do conhecimento”:

Atualmente, no Brasil, no entanto, não é possível quantificar as pessoas que se identificam transgênero. A classificação passível de ser atribuída às pessoas para a produção de informações estatísticas oficiais, através dos censos e das pesquisas por amostragem, especialmente, identifica o sexo. Adota-se, portanto, o padrão binário, em que masculino e feminino acompanham, respectivamente, as categorias homem e mulher (n/p).

Como ainda salientam os pesquisadores, trata-se de dados essenciais para o Estado Democrático de Direito, pois permitiriam dar visibilidade a esse grupo populacional, desenhar planos estatísticos – instrumentos que organizam as informações oficiais – e, conseqüentemente, influenciarem e/ou determinarem políticas públicas. Estratégias que revelam o quanto o não produzir instrumentos que organizam informações oficiais sobre uma determinada parte da população se destina ao seu apagamento. Melhor, destina-se a sua “queima”, extermínio.

Essas “queimas” são estruturalmente alimentadas em nossa sociedade quando se trata da população trans, pois, como confirmam Paulo Melgaço da Silva Júnior e Ricardo Pinheiro de Almeida (2018), “[...] vidas-corpos-sociabilidades trans causam impacto no mundo social, porque desafiam as lógicas da modernidade, fraturam binarismos de gênero e transgridem fronteiras” (p. 167), motivo pelo qual sequer têm sido toleradas. Porém, como ilustra a poética de Kika Sena (2017), trata-se de uma “queima” que produz resistência:

[...]  
tacaram fogo nim mim  
tacaram fogo no meu cabelo  
tacaram fogo na minha pele  
tacaram fogo nos meus olhos

tacaram fogo na minha respiração  
tacaram fogo na minha voz

logo  
não puderam me conter  
poluí seus ares com meu grito

[...]

queimei suas esperanças brancas  
tingi tudo de preto [...] (p. 65)

Assim, esse “arquivar-se”, como nos versos de Sena (2017), ao mesmo tempo que revela como seus corpos têm sido queimados, impõe-se como vestígios dessa “queima” e produz uma “fuligem” capaz de *tingir tudo de preto*. Um preto capaz de apagar as esperanças supremacistas dos donos de poder, via de regra brancos e cisheteros, e igualmente se impor como um “arquivo fuligem” incontornável para todos “nós”, uma vez que se sustenta pela interpelação de como temos nos arquivado enquanto sujeitos, sujeitas e sujeitos de desejos bem como constituído o arquivamento desse Outro em nossas próprias vidas.

Portanto, as obras que compõem esta tese, nascidas para o arquivar-se de eus “estranhos à matriz colonial”, aqui se evidenciam como um *corpus* bem dito, pois, composto de testemunhos a contrapelo das ficções produzidas pela cisgeneridade, proporciona-nos o acesso a nossa corresponsabilidade quanto à letalidade desse sistema perverso: as ruínas de nossa “civilização”. Esse arquivo garante, então, que vidas trans sejam enunciadas como dignas de memória.

## 6.2 Sobre as (im)possibilidades de um essencial em comum

Entretanto, as possibilidades de haver um essencial em comum “entre nós” levaram-me às reflexões propostas por Maurice Halbwachs (1990), que, até às vésperas de ser deportado para o campo de concentração nazista onde seria executado, deteve-se em produzir uma analítica para que pudéssemos pensar a vida quotidiana na trama da vida coletiva, publicada postumamente como *A memória coletiva* (1990).

Como destaca o prefaciador, Jean Duvignaud, essa é uma temática que dominou todo o contexto da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista a tentativa de construção de imagens absolutas de homem, como o foi pelo nazismo, fascismo e stalinismo, os quais criaram ferramentas e procedimentos para impedir a emergência e o florescimento de memórias divergentes de seus projetos de nação. Tal realidade social determinou o objeto de reflexão do teórico: os processos de construção de memória social pelos percursos do lembrar e esquecer na relação sujeito e coletividade.

Para isso, Halbwachs (1990), de largada, ancora sua analítica na potência completiva do testemunho, que pode ser evocado, de acordo com o autor, para completar a memória individual e construir uma memória coletiva de um grupo social, portanto “um em comum” que permitiria se constituir *front* às tentativas de consolidação de memórias homogeneizadoras/totalitárias quanto ao existir. Essa analítica norteará a discussão que proponho neste capítulo, uma vez que o “arquivar-se trans”, como todo e qualquer arquivar-se, cumpre também a função completiva. Conforme afirma Maurice Halbwachs, esse movimento é essencial tanto para a nossa memória individual, pois se apoia na dos outros, quanto para a constituição de memória coletiva:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Assim, um processo constituído a partir de confrontamentos entre o lembrar e o esquecer, o “confirmado por várias pessoas”, permitiria a construção de “um essencial em comum.”

Para que a nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com as suas memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa se reconstruída sobre fundamento comum. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Como tenho demonstrado nesta tese, cada uma das autoras e dos autores estudados possui um arquivo único da experiência do seu (re)existir – que se vincula a sua raça, classe, gênero de origem e de transição, faixa etária, tempo e espaço –, no entanto, indistintamente, subjaz um “em comum”: o regime de exceção cisheteronormativador. Portanto, obra a obra, arquivo a arquivo, memória a memória, é nos dado o acesso a um fundamento comum, o que também permite aos autores e às autoras reconstruir uma memória coletiva. Como explica o sociólogo francês,

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Como observa Halbwachs, para que exista contato, conseqüentemente, “formação do comum”, é preciso que as pessoas façam parte de uma mesma sociedade ou grupo social. Assim, se por um lado constatamos que as memórias individuais trans cumprem uma função completiva umas das outras uma vez que se operam a partir de dados ou de noções comuns e

fazem e continuam a fazer parte de uma “mesma comunidade”, o mesmo não ocorre para as memórias individuais cis, uma vez que, via de regra, não temos reconhecido aquelas vidas e aquelas memórias também como parte integrante de nossas memórias, muito embora, de largada, sejamos nós aqueles e aquelas que têm mantido o fundamento em comum – a manutenção o regime de exceção – para suas vidas.

Essa impossibilidade de contato entre as memórias individuais trans e as memórias individuais cis não ocorre fortuitamente em nossa sociedade, pois, como privilegiados desse sistema, recepcionar essas memórias individuais como completivas de nossas memórias individuais cis significaria necessariamente enfrentar os “esquecimentos” produzidos quanto a nossa interrelacionalidade, que guarda a potência de nos emancipar de padrões e compulsoriedades normativadoras, conseqüentemente opressoras, quanto a nossa co-responsabilidade neste regime perverso.

Como Halbwachs (1990) sinaliza, para que esse contato seja efetivado e se forme uma “comunidade afetiva”, é preciso reconhecer que nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e circunstâncias sociais definidas.

Assim, para que pudéssemos acessar esse comum, seria necessário identificação. Mas como construir essa identificação sob um regime identitário mantido para privilegiar algumas vidas em detrimento de outras? O *status quo* mantido para hierarquizar e desqualificar a diferença? Como garantir essa reviravolta tendo em vista que memória compartilhada, como discute Olga Rodrigues de Moraes Von Simson (2003), em “Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento: o exemplo do centro de Memória da Unicamp”, guarda o poder de fortalecer “[...] redes de relacionamentos nos quais é possível focalizar em conjunto aspectos do passado, envolvendo participantes de diferentes gerações de um mesmo grupo social” (p. 4) e, conseqüentemente, permitir uma conscientização política e ação? Como alerta Von Simon,

[...] o ato de lembrar em conjunto, isto é, o ato de compartilhar a memória, é um trabalho que constrói sólidas pontes de relacionamento entre indivíduos – porque alicerçadas numa bagagem cultural comum – e, talvez, por isso, conduza a ação. (p. 4)

Por outro lado, ainda que nós – a cisgeneridade – rejeitemos a função completiva daquelas memórias arquivadas como também parte das nossas, e, por conseguinte, comprovadoras de nossa subserviência e participação neste mundo perverso, elas, definitivamente, estão arquivadas, *tingindo tudo de preto!*

Portanto, quando nos deparamos com a constituição desse arquivo trans, deparamo-nos com fatos e aspectos julgados como importantes por esse grupo de pessoas (HALBWACHS, 1990; VON SIMSON, 2003); fatos e aspectos sobre o (re)existir trans numa sociedade transfóbica. Mais do que os símbolos e os manuais, que são representações esquemáticas da história, esse arquivo pode permitir que as leitoras e os leitores saiam de si mesmos e se coloquem no ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 1990) e, sobretudo, como suas preocupações e interesses deveriam compor uma agenda de todas e todos, pois, se uma parte de nós continua (re)existindo em extrema vulnerabilidade, todos e todas continuamos vivendo em uma sociedade precária, onde “Nenhum sujeito tem o monopólio sobre ‘ser perseguido’ ou ‘ser perseguidor’, nem mesmo quando histórias fortemente sedimentadas [...] produziram esse efeito ontológico” (BUTLER, 2015a, p. 255).

Tais memórias, ao fim e ao cabo, se instalam como uma interpelação quanto à ausência de “um essencial em comum” em nossa sociedade e, dessa perspectiva, um espaço em que o lembrado, o repassado ao longo das gerações, se configure como um documento de resistência a uma barbárie (BENJAMIN, 1985); um documento de resistência a um estado genocida (JESUS, 2013a).

### **6.3 Dever de memória, política de memória**

Um estado genocida, consoante demonstra Christophe Bouton (2016), tomando como paradigma o nazismo alemão, não só define como matáveis parte da sua sociedade como arquiteta um política de apagamento dessa barbárie, uma vez que, além de tentar fazer sua vítima desaparecer, tenta fazer desaparecerem todos os vestígios de sua existência, impondo, inclusive, silêncio em relação ao crime, como se tem efetivado em nosso país em relação à população trans – e não só em relação a ela, como se fosse pouco, infelizmente<sup>105</sup>. Dessa forma, esse esquecimento torna-se herança do mal no presente, que tanto deve se impor como uma responsabilidade quanto como uma preocupação para toda a sociedade. Como define o teórico, ações devem ser materializadas por um dever de memória, dever de justiça:

O dever de memória é uma forma de responsabilidade direcionada para o passado: eu sou responsável por não deixar um passado específico ser negligenciado. [...] Mas o dever de memória não é dirigido unicamente para aqueles que são responsáveis moralmente ou pela lei ou pelos crimes que devem ser lembrados. Se fosse esse o

---

<sup>105</sup> Desde o período colonial, existe uma política genocida para determinados grupos sociais em nosso país; para além da população LGBT, com ênfase para a o grupo de pessoas trans, cito a população indígena e negra. Sobre genocídio da juventude negra no Brasil, consultar: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Sobre genocídio da população indígena no Brasil, consultar

caso, os crimes podem cair no esquecimento uma vez que as gerações responsáveis por elas desapareceram. O dever de memória é, contudo, trans-geracional. Quanto mais o tempo passa, menos ele é uma questão de culpa (isso desde o fato da morte dos autores), e quanto mais ela se torna uma questão de responsabilidade, na medida em que as novas gerações continuam a perpetuar a memória, mesmo que não tenham nada a ver com os crimes do passado. A responsabilidade posta em jogo pelo dever de memória é mais sentido de um interesse, uma preocupação. É uma consciência de estar preocupado pelos eventos passados que não têm nada a ver com si mesmo, uma vez que não tomou parte nesses eventos. Isto implica uma extensão do escopo de responsabilidade para além da moldura da responsabilidade causal (o de ser o autor de meus atos) (BOUTON, 2016, p. 289-279).

Porém, quando nos voltamos para a realidade da população trans, essa leitura deve ser ajustada, uma vez que não se trata apenas de se responsabilizar pelas vítimas do passado, mas também as do presente e, necessariamente, as do futuro. Parafraseando Bouton (2016), esse é um dever não redutível à noção de culpabilidade, pois não significa necessariamente chamar para um aparelho coercitivo penal já que transcende o tempo de vida do indivíduo que é o seu portador. Tal dever deve ser exercido em relação às pessoas que não estão mais presentes para defender seus direitos, assim como a responsabilidade para o futuro diz respeito a pessoas que ainda não estão no tempo de reivindicá-los (BOUTON, 2016, p. 279).

Assim, é um dever a ser tomado por toda a sociedade, tendo em vista tanto o reconhecimento do direito ao luto para as vítimas do passado – e por isso perpetuar a memória – quanto o de que a barbárie não deva se repetir, embora se estenda ainda no presente; portanto, um dever de memória é também pelo direito à vida na sua concepção mais plena, não só porque diz respeito a quem tem perdido esse direito, mas para a toda sociedade que vêm se constituindo como mantenedora de uma bárbarie que ao fim e ao cabo atinge a todas e a todos. Como registra o filósofo francês, o dever de memória não é dirigido unicamente para aqueles que são responsáveis moralmente ou pela lei ou pelos crimes que devem ser lembrados.

O dever de memória constitui-se atualmente um desafio para o nosso Estado democrático de direito, devido aos tempos de recessão da democracia em que vivemos, o qual sequer reconhece o “quadro de guerra” imposto, por exemplo, às vidas trans no presente. Um “quadro de guerra” que se mantém pela coerção historicamente naturalizada por e sobre todos “nós”. Entretanto, como versifica Sena (2017), a fuligem está aí impregnando toda a esperança dos supremacismos, que neste estudo se revela por diferentes modos, dentre eles pelo reconhecimento do arquivar-se como uma estratégia cuierlombola.

Como verificado nos textos analisados no *corpus* desta tese, o arquivar-se trans pode ser tomado como política de memória e grito por uma política de memória, ainda que vinculada às práticas individuais – salvo as duas obras coletivas – e não institucionais, pois

seus autores/suas autoras vêm instalando por meio de suas histórias individuais o luto pelo passado, a luta no presente e uma preocupação com o futuro trans-geracional, ou seja, com as pessoas que ainda não estão presentes para reivindicar seus direitos (BOUTON, 2016). O arquivar-se que obra a obra garante, por meio de memórias pessoais, a emergência de uma memória eminentemente política, arquivando o regime, arquivando também sua agência sob ele.

Dessa forma, considero que as obras analisadas neste trabalho são dedicadas a cumprir um dever de memória, e fazer lembrar o que o Estado insiste em esquecer. Como me permite derivar Márcio Seligmann-Silva (2010), quando esses homens e mulheres arquivaram suas existências agiram pela *fratura de um processo de esmagamento* e por esse modo afirmaram-se pela vida contra a redução desta à mera vida ou à simples sobrevivência. Revolucionariamente tomaram - e vêm tomado - a escrita autobiográfica como sujeitas e sujeitos de verdade, sabendo-se agentes numa cena de interpelação em que, parafraseando Judith Butler (2015b), a as relações de poder pesam sobre cada uma, um enquanto dizem a verdade, e se, ao dizê-la, exercem o peso do poder sobre os outros, então não estão apenas comunicando o poder no discurso, usando-o, distribuindo-o, tornando-se o lugar de sua transmissão e replicação. Estão falando, e suas falas transmitem o que tomam como verdadeiro; estão agindo sobre nós.

#### **6.4 Porque o corpo não permanece(rá) em seu próprio lugar**

Dessa perspectiva, Judith Butler (2018), em *Corpos em aliança e a política das ruas*, ao discutir a vulnerabilidade<sup>106</sup> corporal de determinadas vidas em nossas sociedades, interpela-nos quanto a uma necessária política de coligação, para isso sublinha o fato de nos constituirmos como seres inter-relacionais de forma orgânica e inorgânica aos moldes dos animais,

Afinal de contas, dizer que humanos são também animais não é abraçar a bestialização como uma condição aviltante ou degradada, mas repensar as inter-relações orgânicas e inorgânicas nas quais qualquer um reconhecimento humano surge; em outras palavras, o animal humano nos permite repensar as próprias condições de ter uma vida vivível (p. 148).

Butler destaca que essa condição não nos bestializa, ao contrário, nos permite repensar as próprias condições de ter uma vida vivível. Desenvolvendo a sua reflexão, ela salienta que não precisamos de mais nenhuma forma ideal de humano, o que tem produzido formas

---

<sup>106</sup> Importante destacar que, de acordo com a minha compreensão, a filósofa distingue o conceito de precariedade desenvolvido em *Quadros de Guerra* (2015a) de uma das dimensões do conceito de vulnerabilidade trazido aqui. O de precariedade, como demonstrado anteriormente nesta tese, diz respeito sempre e apenas às condições de vida, isto é, a exigência de determinadas condições para se tornar uma vida vivível e, sobretudo, para tornar-se uma vida passível de luto (p. 42). Já a dimensão da vulnerabilidade diz respeito a uma condição intrínseca a todos nós.

inferiores do mesmo causando a invisibilidade de suas existências e tornando-os menos vivíveis. No entanto, como destaca,

[...] é exatamente por que “o humano” continua a ser algo tão politicamente carregado, e precisamente por essas razões, que devemos repensar o seu lugar reduzido em um conjunto de relações, a fim de que possamos investigar as condições nas quais o “humano” é reconhecido de maneiras diferenciadas (p. 148).

Nessa toada, a autora deter-se-á em discutir a vulnerabilidade intrínseca ao humano, pois nem toda condição de vulnerabilidade se realiza na produção de injúria. Não se trata de uma ontologia geral do corpo, pois os corpos são formados e sustentados em relação aos apoios de infraestrutura (ou sua ausência) e de redes sociais e tecnológicas ou teias de relações. Nesse sentido, “[...] não se pode retirar o corpo das relações que o constituem – e essas relações são sempre específicas, tanto econômica quanto historicamente” (p. 162).

Todavia, como ainda salienta a filósofa, todo e qualquer corpo está exposto ao espontâneo e oportuno, aos ganhos e às perdas inesperadas e repentinas. Portanto, essa vulnerabilidade é aquela que não pode ser antevista, prevista ou controlada como a paixão e o amor, bem como as perdas e traumas. “[...] como criaturas que estão abertas ao que acontece, talvez possamos ser ditos como vulneráveis ao que acontece, quando o que acontece nem sempre pode ser conhecido de antemão” (p. 163). Assim, na minha perspectiva de compreensão, sendo a vulnerabilidade uma dimensão central de nossa existência e garantidora da “abertura” em todas, todos e todes nós, também poderá ser compreendida como uma força revolucionária e esperançosa, pois

Toda capacidade de reação ao que acontece é uma função e um efeito da vulnerabilidade – de estar aberto a uma história, registrando uma impressão ou tendo algo impresso no entendimento. A vulnerabilidade pode ser uma abertura, ou seja, de estar aberto a um mundo que não é completamente conhecido ou previsível (BUTLER, 2018, p. 163).

Essa concepção, como explica a autora, nos leva a reconhecer que todo corpo guarda a potência de se abrir para o corpo de outra pessoa e nesse navegar se despossuir, confirmando o corpo – com todos os seus sentidos – como aquele que não permanece em seu próprio lugar (BUTLER, 2018). Condição que conduz para demonstrar a nossa dependência radical do que está fora de nós:

Dizer que todos somos vulneráveis é marcar a nossa dependência radical não apenas dos outros, mas de um mundo sustentado e sustentável. Isso tem implicações para entender quem somos enquanto seres emocionais e sexualmente passionais, conectados uns com outros desde o início, mas também como seres que buscam perdurar e cuja persistência pode ser ameaçada ou apoiada, dependendo de as estruturas sociais, econômicas e políticas oferecerem apoio suficiente para uma vida possível de ser vivida. (p. 164-165)

Tal perspectiva coloca em xeque a concepção de que os corpos individuais são completamente distintos um dos outros, bem como constituem um corpo social amorfo. Reconhecimento, conforme já qualificado, como revolucionário e esperançoso, com o qual coaduno, pois nos convoca a perceber que a “[...] a vulnerabilidade não se reduz a uma particularidade ou a uma disposição episódica de um corpo distinto, mas é, na verdade, um modo de relação que repetidas vezes coloca algum aspecto dessa distinção em questão” (p. 144), condição capaz de demonstrar a nossa interdependência e conduzir a formação de alianças e coligações. Porém, como destaca Butler (2018), não podemos presumir que essa relação seja harmoniosa. É dela que advém um potente caminho para a construção de um comum:

Para que tudo isso seja democrático, é preciso que haja uma oposição às desigualdades existentes e crescentes, a condição de precariedade sempre crescentes para muitas populações, tanto local quanto globalmente, e a forma de controle autoritário e securitário que buscam suprimir os processos e movimentos democráticos. (p. 149)

Reflexão que me permite constatar, por mais um ângulo, a força desse cuíerlombismo literário, e, por isso, mais uma vez, “bem dito!”. Uma força imprevista pelo sistema – o de fora – que surpreendentemente se revela como “abertura” para cada uma/um de nós, permitindo-nos compreender que só poderemos perdurar sob processos e movimentos democráticos num mundo que seja sustentado e sustentável por coligações e alianças. Uma movimentação-ocupação também por isso radical, uma vez que nos impede, ainda que não sejamos capazes de perceber, de permanecer no mesmo “lugar”!

## **Considerações finais: Vaga-lumes no escuro do nosso tempo**

Ao longo desta tese, ao apresentar a produção autobiográfica de pessoas trans no Brasil – um conjunto de 14 obras publicadas entre 1982 e 2019 – como uma produção cuíerlombista (nascimento, 2018a, 2018b), busquei produzir uma imagem dessa produção/ocupação que reconhecesse a sua força de rebelião ao sistema. Essa produção, como demonstrei na introdução deste estudo, é parte constituinte da literatura de autoria trans em formação e uma das faces da literatura brasileira, como defendo. Tais narrativas reconhecidas nesta tese como fruto de “contemporâneos”, pois determinadas em “desomogeinizar” o escuro do tempo que habitam.

Para demonstrar essa potência, conforme prometido, apresentei essa produção a partir de recortes temáticos que evidenciaram suas autoras, seus autores e suas respectivas autobiografias como fraturadores da Ordem estabelecida em seu contexto de publicação. Recortes derivados, sobretudo, de perspectivas decoloniais, do feminismo negro e do transfeminismo, tendo em vista uma leitura “escuta” anti-epistemicida dessa produção.

Procurei apresentar esse gesto de escrita como elemento para uma política de memória, uma vez que, por seus mais diversos meios e formas discursivas, se confirma como fruto de sujeitas e de sujeitos de saber que nessa documentação-arquivamento do (re) existir sob um regime de exceção agenciam uma coletividade, sabendo garantir, por meio desse espaço, narrativas de autoidentificação, autovalorização e auto-amor; espaço esse que vem abrigo uma comunidade de partilhas e de afeto (um fundamento em comum), bem como, *locus* de interpelação privilegiado quanto às (im)possibilidade de um “em comum” entre todos “nós”. Mas isso não é tudo, como se fosse pouco. Trata-se de um “arquivo”, como busquei sinalizar nos capítulos 3, 4 e 5, capaz de nos interpelar quanto à precariedade engendrada pela compulsoriedade normativa para toda a sociedade, ainda que essa precariedade seja distribuída desigualmente entre nós (BUTLER, 2015a).

Por esse meio, construí a arquitetura desta tese buscando apresentar o *corpus* que a compõe como vaga-lume, metáfora que tomo de empréstimo do filósofo Georges Didi-Huberman (2014), o qual, discutindo as artes como um campo de resistência, associa-as às estratégias de sobrevivência desses minúsculos, indefesos e fluorescentes insetos em ecossistemas tão inóspitos, análogo ao que têm feito os autores e as autoras trans de autobiografias em nosso país. Esses escritores e escritoras e essas escritas, aos moldes dos “pequeninos”, como busquei demonstrar, têm usado o arquivar-se como bioluminescência

para se defender, atrair e “acasalar”. Assim como os vaga-lumes, ainda que “pequeninos” – no escuro do nosso tempo –, são identificadas pela “luz” que produzem; uma “luz” radical, que iluminou meus caminhos, exigiu a minha atenção, impôs que eu desfizesse antigos roteiros, deu-me a chance de entregar a “abertos”; experiência que desejo a todas e a todos que acessarem essa produção.

## REFERÊNCIAS

### **Corpus literário**

ÁDREON, Loris. *Meu corpo, minha prisão*: autobiografia de um transexual. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

ARARUNA, Maria Léo (org.). *Nós, trans*: escrituras de resistência. São Paulo: LiteraTrans, 2017.

BRANT, T.; MOIRA, Amara; NERY, João W.; ROCHA, Márcia. *Vidas Trans*: a coragem de existir. São Paulo: Astral Cultural, 2017.

D'ALESSANDRO, Porcina. *Trinta anos de reclusão e as memórias de Porcina D'Alessandro*. São Paulo: LiteraTrans, 2017.

GUIMARÃES, Amanda. *Meu nome é Amanda: #trans#mandycandy#youtube*. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

HERZER, Anderson. *A queda para o alto*. 25. ed. São Paulo: Vozes, 2007.

LESSA, Jô. *Eu trans – A alça da bolsa*: relatos de um transexual. Rio de Janeiro: Metanóia, 2014.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo editora, 2016.

NERY, João W. *Erro de pessoa: Joana ou João?*: o depoimento de um transexual brasileiro que, nascido mulher, finalmente se realizou como homem. Rio de Janeiro: Record, 1984.

NERY, João W. *Velhice Transviada*: Memórias e reflexões. Rio de Janeiro: 2019.

NERY, João W. *Viagem solitária*: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

RUDDY. *Liberdade ainda que profana*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1998.

RUDDY. *Nem tão bela, nem tão louca*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2007.

WONDER, Claudia. *Olhares de Claudia Wonder*: Crônicas e outras histórias. São Paulo: GLS, 2008.

### **Obras teóricas**

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. *A Princesa: depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, Maio-Ago. 2012.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2012000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 jun. 2020.

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 256-270, Mar. 2017. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902017000100256&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902017000100256&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 jun. 2020.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Brasil, 2020. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2019*. Disponível em:

<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3ancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Brasil, 2019. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Disponível em:

<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Assembleia da ANTRA*, Teresina – PI, maio 2009. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ARAN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, jun. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 fev. 2019.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Revista Letras Escreve*, Macapá, v. 7, n. 1, p. 137-164, 1º semestre, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3073/pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BARROS, Patrícia Marcondes de. A revolução sexual e o feminismo de Rose Marie Muraro através da imprensa alternativa contracultural nos anos 70. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8.; SEMANA DE HISTÓRIA, 22., 2017, Maringá.

Anais [...] Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2017. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3356.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232. (Obras escolhidas, v. 1).

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 336, maio-ago. 2011.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERNARDO, André. “Saí do casulo”: transexual brasileira supera preconceito e faz sucesso no youtube. *BBC Brasil*, Rio de Janeiro, 5 set. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37251975>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BESSA, Karla. Prefácio. In: DUQUE, Tiago. *Gêneros Incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Editora UFMS, 2017. p. 9-13.

BÍBLIA. Gênesis. In: BÍBLIA. *A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Trad. João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966. p. 678-686.

BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Editor, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 71-79.

BOUTON, Christophe. Responsabilidade pelo passado: lançando luz no debate sobre o “dever de memória” na França. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 7, n. 1, p. 271-283. Janeiro-Julho de 2016.

BRASIL. [Comissão Nacional da Verdade]. *Ditadura e Homossexualidades*. Brasília: CNV, 2014. p. 300-311. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 2)

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 jun. 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; GRUBBA, Leilane Serratine. O embasamento de direitos humanos e sua relação com os direitos fundamentais a partir do diálogo garantista com a teoria da reinvenção dos direitos humanos. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 703-724, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S180824322012000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2017.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191.

CARVALHO, Diego Souza de. Trans-políticas em trans-contextos – transexualidade, clínica e identidades. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 65-90, jul.-dez. 2014.

CARVALHO, Maria Luiza Moura de. A retificação do registro civil de pessoas transgênero na América do Sul em perspectiva comparada. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, vol. esp., n. 39, p. 67-91, dez. 2018.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, Ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198464872013000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872013000200015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 mar. 2020.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882001000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 mar. 2019.

CIDADE, Maria Luiza Rovaris. *Nomes (im)próprios: Registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário*. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

COACCI, Thiago. Movimento trans em Belo Horizonte: resgatando o histórico e mapeando o presente. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 55, e195518, maio de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900550018>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332019000100507&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332019000100507&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 24 jun. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – GLBT, 2008, Brasília. Anais [...] Brasília: Presidência da República. Disponível em:

<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IConferenciaNacionaldeGaysLesbicasBisexuaisTravestiseTranssexuaisGLBT.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs. Brasília: CFP, 2019. Disponível em:

[https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/06/CFP\\_TentativasAniquilamento\\_WEB\\_FINAL.pdf](https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/06/CFP_TentativasAniquilamento_WEB_FINAL.pdf). Acesso em: 01 mar. 2019.

COSSI, Rafael Kalaf. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, n. 49, p. 31-43, jul. 2018. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010034372018000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010034372018000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 mar. 2019.

COSSI, Rafael Kalaf. *Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular*. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, Ricardo da. Cavalaria, Cruzada e Reconquista. In: COSTA, Ricardo da. *Ensaio de História Medieval*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo; CEMOROC, 2009. p. 35-134.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. *O direito de estar só: a tutela penal do direito à intimidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Horizonte, 2012.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Sexualidade, cristianismo e poder. *Estudos em pesquisa e sociologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2010. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8909>. Acesso em: 02 jan. 2020.

DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. A literatura menor. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castanõn Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 25-42.

DELUCA, Nana; PUOSSO, Caio Jade. Entrevista com Amara Moira. *Revista Crioula*, São Paulo, n. 24, p. 246-249, 2º Semestre 2019.

DEMÉTRIO, Fran; BENSUSAN, Hilan Nissior. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. *Revista do CEAM*. Brasília, v. 5, n. 1, p. 110-124, jan./jul. 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DINES, Alberto. YouTube revoluciona acesso à informação. *Observatório da Imprensa*, s/l, [2007]. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=420ENO001>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 31, p. 11-23, jan.-jun. 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/issue/view/880>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FALCÃO, Valdirene Ribeiro de Souza. Os direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana. *Revista da SJRJ – Direito Processual Civil*, v. 20, n. 38, p. 227-239, 2013.

FARINA, Roberto. *Transexualimo: Do homem a mulher normal através dos estados de intersexualidade e das parafilias*. São Paulo: Novalunar, 1982.

FERREIRA, Maria Cristina. Identidade de gênero e atitudes sobre a mulher. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 249-255, Dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000300008>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010237721999000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237721999000300008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 set. 2020.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

FONSECA, Guido. *História da Prostituição em São Paulo*. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-276.

FRAGOSO, Heleno Claudio. Transexualismo. Cirurgia – lesão corporal. *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 25-34, 1979. Disponível em: [http://www.fragoso.com.br/wpcontent/uploads/2017/10/20171003014125transexualismo\\_cirurgia\\_lesao\\_corporal.pdf](http://www.fragoso.com.br/wpcontent/uploads/2017/10/20171003014125transexualismo_cirurgia_lesao_corporal.pdf). Acesso em: 03 abr. 2019.

FRANÇA, Rubens Limongi. Direitos da personalidade. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 567, p. 09-16, jan. 1983.

FRANÇA, Thiago Alves. *Memória, constituição e discursivização de G Magazine: a homofobia, o assumir-se gay e a militância*. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2010.

FREDERICO, Grazielle. *Ausências e silenciamentos: a ética nas narrativas recentes sobre a ditadura brasileira*. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FREITAS, Aline de. Ensaio de construção do pensamento transfeminista. *CMI Brasil*, s/l, [2005]. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/12/340210.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2019.

FREITAS, Marta C. *Meu sexo real: a origem somática, neurobiológica e inata da transexualidade e suas consequências na reconciliação da sexualidade humana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FREITAS, Rafaela Vasconcelos. Homens com T maiúsculo. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

G1 CAMPINAS E REGIÃO. Promotor fala em crime de ódio ao denunciar rapaz que tirou coração de transexual em Campinas. *G1 – O portal de notícias da Globo*, Campinas, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/29/promotor-fala-em-crime-de-odio-ao-denunciar-rapaz-que-tirou-coracao-de-transexual-em-campinas.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2019.

GAUDENZI, Paula. Intersexualidade: entre saberes e intervenções. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, e00000217, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2018000105007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2018000105007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 set. 2020.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GRECO, Dirceu B. A epidemia da Aids: impacto social, científico, econômico e perspectivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 73-94, Dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142008000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142008000300006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 fev. 2020.

GREEN, James N. O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 201-221, jul. - dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v4n7/2237-101X-topoi-4-07-00201.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

GREEN, James N. Visão Retrospectiva: um balanço histórico e memorialístico. *Revista Cult*, s/l, n. 235, ano 21, p. 24-27, jun. 2018.

GRIJALVA, Dorotea Gómez. *Mi cuerpo es un territorio político*. Trad. Sandra Bonomini. s/l: Zazie Edições, 2020.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER; Sílvia H.; AZEVEDO; Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, Brasília, vol. 21, n. 3, p. 341-348, 2005.

HABLES GRAY, Chris; MENTOR, Steve; FIGUEROA-SARRIERA, Heidi. Cyborgology: Constructing the knowledge of cybernetic organisms. In: HABLES GRAY, Chris (ed.). *The Cyborg Handbook*. New York and London: Routledge, 1995.

HADJIMATHEOU, Chloe. Christine Jorgensen: 60 years of sex change ops. *BBC World Service*, s/l, 30 nov. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-20544095>. Acesso em: 19 mar 2019.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. *In: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 25-52.

HOGEMANN, Edna Raquel; SOUZA, Thiago Serrano Pinheiro de. O direito fundamental ao afeto. *RIDH*, Bauru, v. 1, n. 1, p. 67-88, dez. 2013.

hooks, bell. *o feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Bhuvi Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.

hooks, bell. *olhares negros, raça e representação*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante. 2019a.

JABUR, Gilberto Haddad. *Liberdade de Pensamento e Direito à Vida Privada*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Uma nova pauta política: notas sobre as travessias da população trans na História. *Revista Cult*, s/l, n. 235, ano 21, p. 32-35, jun. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. *In: JESUS, Jaqueline Gomes de (org). Transfeminismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Metanóia. 2014a. p. 4-18.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 78, p. 241-258, jul. - dez., 2014b.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. História Agora*, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O conceito de Heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 363-372, set. - dez. 2013b.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos*. Brasília: s/n, 2012a. Disponível em: <http://www.diversidadese sexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 14 mar 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, Natal, v. 11, p. 8-19, 2012b.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. *In: SIMPÓSIO GÊNERO E PSICOLOGIA SOCIAL DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES*, 2010, Brasília. Anais [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/233869298\\_Pessoas\\_transexuais\\_como\\_reconstrutoras\\_de\\_suas\\_identidades\\_reflexoes\\_sobre\\_o\\_desafio\\_do\\_direito\\_ao\\_genero](https://www.researchgate.net/publication/233869298_Pessoas_transexuais_como_reconstrutoras_de_suas_identidades_reflexoes_sobre_o_desafio_do_direito_ao_genero). Acesso em: 14 mar. 2019.

JONES, Zinnia. Depersonalization in gender dysphoria: widespread and widely unrecognized (2017). *Gender Analysis*, s/l, 29 jun. 2017. Disponível em: <https://genderanalysis.net/2017/06/depersonalization-in-gender-dysphoria-widespread-and-widely-unrecognized/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAFOND, Jorge. *Vera Verão: babados*. Rio de Janeiro: CC&P, 1999.

LANTÉRI-LAURA, G. *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero*. Curitiba: Movimento Transgente, 2017.

LAURENTI, Ruy *et al.* A Classificação Internacional de Doenças, a Família de Classificações Internacionais, a CID-11 e a Síndrome Pós-Poliomielite. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo, v. 71, n. 9A, p. 3-10, set. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004282X2013000900111&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004282X2013000900111&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 mar. 2019.

LAURENTIS, Teresa de. Queer Theory: Lesbian and gay sexualities (ed.). *Special issue of differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 3, n. 2, Summer, 1991.

LEITE JÚNIOR, Jorge. Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200016>. Acesso em: 18 mar. 2019.

LEITE JÚNIOR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias “travesti” e “transsexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau a internet*. Belo Horizonte: Humanitas, 2014.

LEONIS, Eloi. A invisibilidade de dados sobre transexualidade e travestis no Brasil. *Transdados*, s/l, 05 dez. 2016. Disponível em: <http://datalabe.org/transdados/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

LIMA, Caue Nogueira de. *O fim da era FEBEM: novas perspectivas para o atendimento socioeducativo no Estado de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIONÇO, Tatiana. *Contra a má-fé: conjurações de uma acadêmica de ação direta*. Editora Devires: Bahia, 2018a.

LIONÇO, Tatiana; ALVES, Ana Clara Oliveria; MATTIELLO, Felipe; FREIRE, Amanda Machado. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018b. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 mar. 2020.

LIONÇO, Tatiana. Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. esp., p. 208-223, 2017. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932017000500208&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932017000500208&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010373312009000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312009000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, Jun. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902008000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 set. 2020.

LIONÇO, Tatiana. Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica. Brasília. 2006. 158 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LONG, Norman; PLOEG, Jan Douwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). *Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sócias*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 21-48.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 06 maio 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. *Eu, travesti*: Memórias de Luísa Marilac. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2019.

MARTINELLI, Andréa; ANTUNES, Leda. Quelly da Silva: O nome da travesti que foi assassinada e teve o coração arrancado. *Huffpost*, s/l, 22 jan. 2019. Disponível em: <http://www.superpride.com.br/2019/01/ele-era-o-demonio-diz-homem-que-matou-e-arrancou-coracao-de-travesti-em-campinas.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luzia Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 132-153, maio - out. 2016.

MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 91-104, abr. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142014000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142014000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 07 mai. 2018.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, ago. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269922012000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922012000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 jun. 2020.

MENDONÇA, Heloísa. Ameaças de morte levam Jean Wyllys a desistir de mandato para deixar o Brasil. *El País*, São Paulo, 25 jan. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/24/politica/1548364530\\_154799.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/24/politica/1548364530_154799.html). Acesso em: 20 fev. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil*: Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo – Expressão Popular, 2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269922017000300725&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922017000300725&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 abr. 2019.

MOIRA, Amara. Levantamento de obras brasileiras de autoria trans e/ou *queer*. Facebook: Amara Moira. 10 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/amoiramara>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MOIRA, Amara. Monstruoso corpo de delito: personagens transexuais na literatura brasileira. *Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado*, s/l, 10 dez. 2018d. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2198-monstruoso-corpo-de-delito-personagens-transexuais-na-literatura-brasileira.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MOIRA, Amara. O que nos dizem as autobiografias trans? *Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado*, s/l, 05 mar. 2018a. Disponível em: <https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2053-o-que-nos-dizem-as-autobiografias-trans.html>. Acesso em: 17 abr. 2018.

MOIRA, Amara. Sobre “princesa”: e a literatura se fez trans. *Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado*, s/l, 20 ago. 2018b. Disponível em: <https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2148-sobre-princesa-e-a-literatura-se-fez-trans.html>. Acesso em: 22 set. 2018.

MOIRA, Amara. Transgressões da primeira autora trans. *Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado*, s/l, 05 fev. 2018c. Disponível em: <https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2041-transgress%C3%B5es-da-primeira-autora-trans.html>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. *Buala*, s/l, 19 jul. 2017. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MOMBAÇA, Jota. *Pode um cu mestiço falar?* s/l: s/n, 06 jan. 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MUNIN, Pietra Mello. *Processo Transexualizador: discurso, lutas e memórias – Hospital das Clínicas de São Paulo (1997-2013)*. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MURTA, Daniela. *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. 2011. 107 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MUSKAT, Susana. *Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero*. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. 2. ed. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Palmares; OR Editor Produtor, 2002. [Edição original: 1980]. Disponível em: [https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/quilombismo\\_final](https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/quilombismo_final). Acesso em: 14 mar. 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex de. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kwanza, 2006. p. 117-125. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acesso em: 5 out. 2018.

nascimento, tatiana. O cuíerlombo da palavra (y da palavra queerlombo...) > poesia preta lgbtqi de denúncia da dor até direito ao devaneio. In: ARAÚJO, Adriana de Fátima Barbosa; SOUTO, Suzana (org.). *I Encontro Ler: literatura, estética e revolução*. Brasília: Universidade de Brasília, 2018a. p. 8-23.

nascimento, tatiana. Da palavra queerlombo ao cuíerlombo da palavra. *Palavra, preta!* poesia di dendê. s/l, 12 mar. 2018b. Disponível em: <https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/>. Acesso em: 23 out. 2019.

nascimento, tatiana. *Eu faço teoria na minha poesia e enxergo outras produções poéticas negras lgbt como episteme*. [Entrevista concedida a] Maria Bogado. 15 ago. 2018c. Disponível em: <https://medium.com/kza1/a-teoria-est%C3%A1-num-modo-de-viver-e-olhar-as-coisas-reflexivamente-6821c994b1d>. Acesso em: 22 nov. 2018.

nascimento, tatiana. *leve sua culpa branca pra terapia*. Brasília: Padê Editorial, 2019.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud e Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 121-161, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32>. Acesso em: 15 fev. 2013.

NLUCON. *Militantes trans e travestis comemoram decisão do stf: “genitália não nos define”*. 05 mar. 2018. Disponível em: <https://nlucon.com/2018/03/05/militantes-trans-e-travestis-comemoram-decisao-do-stf-genitalia-nao-nos-define/>. Acesso em: 07 dez. 2018.

NLUCON. *OMS irá retirar identidades trans e travesti do capítulo de transtornos mentais*. Disponível em: <https://nlucon.com/2018/05/02/oms-ira-retirar-identidades-trans-e-travesti-do-capitulo-de-transtornos-mentais/>. 02 maio 2018. Acesso em: 04 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). *Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas*. 2015. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019.

PAEZZO, Sylvan. *Memórias de Madame Satã*. Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

PELBART, Peter Pál. Biopolítica. *Sala Preta*, São Paulo, v. 7, p. 57-66, 28 nov. 2007.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PELÚCIO, Larrisa. “Toda quebrada na plástica”: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos: Revista de Antropologia Social*, São Carlos, v. 6, n. 1-2, p. 97-112, 2005.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Movimento LGBT e Partidos Políticos Construindo uma Agenda de Pesquisa. *Cadernos GenDiv*, Salvador, v. 3, n. 4, p. 125-132, Out. - Dez. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso: 22 ago. 2020.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 379-386, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S141547142009000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 fev. 2019.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 35, p. 357-369, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644975>. Acesso em: 07 maio 2019.

- PEREIRA CASALI, Jessica; GONÇALVES, Josiane Peres. População LGBT em âmbito escolar: preconceitos e discriminações x direito à educação e cidadania. *Itinerarius Reflectionis*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 01-18, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5216/rir.v15i5.55095>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- PINHA, Daniel. Ditadura civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: Interrogações desde a crise. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-27, abr. 2020.
- PINTO, Thiago Pestana *et al.* Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, jul. 2017. e00113316
- PIRALIAN, Hélène. *Genocidio y transmisión*. Trad. Horácio Pons. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2000.
- PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto (org.). *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil* (Coleção Encontros). Campinas: UNICAMP/PAGU, 2011.
- PONTES JR., Geraldo Ramos. Os estudos culturais e a crítica literária no Brasil. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 44, p. 17-36, jul./dez. 2014.
- PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. 2006. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.
- QUEIROZ, Téhh. *A vida de um transgênero*. Paraná: Viseu, 2018.
- QUINTSLR, Marcia Maria Melo *et al.* Visibilidade social de indivíduos transgênero e sistemas de organização do conhecimento. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 235-264, maio/ago. 2017.
- RIBEIRO, Helano Jader Cavalcante. O apagamento do corpo-arquivo. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: A opressão na ficcionalização da história*, n. 25, janeiro a junho de 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/viewFile/20712/12331>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 260-269, set. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802016000200260&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000200260&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 mar. 2019.
- RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, abr. 2017. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2017000100365&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2017000100365&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 maio 2019.

RODRIGUES, Liliana; CARNEIRO, Nuno Santos; NOGUEIRA, Conceição. Transexualidade: olhares críticos sobre corpos em crise. *In: JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanóia, 2014. p. 137-156.

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. *Revista Pet de Filosofia da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 59-103, agosto 2020.

ROSSI, Amanda. “Monstro, prostituta, bichinha”: como a justiça condenou a primeira cirurgia de mudança de sexo do Brasil. *BBC News Brasil*, s/l, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187>. Acesso em: 25 mar. 2019.

RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana Teresa A. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 460-483, set. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142006000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142006000300007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 mar. 2019.

SAADEH, Alexandre. *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. 2004. 266 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Psiquiatria na Faculdade de Medicina de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SAIBA mais sobre a 1ª youtuber trans do Brasil. *Bem Paraná*, s/l, 10 set. 2016. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/youtuber-trans-ganha-destaque-em-publicacao-da-bbc-#.XuEEo0VKiiO>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTIN, Janaína Rigo; BOROWSKI, Marina Zancanaro. O idoso e o princípio constitucional da dignidade humana. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 141-153, jan./jun. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Esencial*. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SCARIN, Jéssica Bolpeti. *A multiparentalidade advinda da socioafetividade: sentimentos e ideais que alicerçam as famílias e os reflexos jurídicos no ordenamento pátrio*. 2019. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES*, Coimbra, n. 18, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan. - jun. 2010.

SENA, Kika. *Periférica*. Brasília: Padê, 2017.

SILVA, Mariah Rafaela. Gritar é preciso porque viver é preciso. Ideias em processo. *Ideias em Processo*, s/l, 09 de outubro de 2016. Disponível em: <https://ideiasemprocesso.blogspot.com/2016/10/gritar-e-preciso-porque-viver-e-preciso.html>. Acesso em: 22 fev. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVA JÚNIOR, Aureliano Lopes da. Feminização, estigma e o gênero facializado: a construção moral do gênero feminino por meio de cirurgias de feminização facial para travestis e mulheres transexuais. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 464-480, Jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170771>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902018000200464&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902018000200464&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 jun. 2020.

SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço da; ALMEIDA, Ricardo Pinheiro de. Quando os corpos trans ocupam as escolas: um olhar (transgressivo) sob o cotidiano escolar. In: JESUS, Dánie Marcelo de *et al.* (org.). *Corpos transgressores: políticas de resistências*. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 151-171.

SOARES, Luiz Henrique Moreira; LOPES, Rosiney Aparecida. Ela é amapô de carne, osso e palavras: personagens travestis no romance contemporâneo brasileiro. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, Marília, v. 3, n. 1, p. 79-96, Jan./Jun., 2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/RIPPMAR/article/view/7391>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SOLIVA, Thiago Barcelos. Sobre o talento de ser fabulosa: os “shows de travesti” e a invenção da “travesti profissional”. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 53, e185314, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332018000200506&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000200506&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 fev. 2020.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 543.

TEIXEIRA RODRIGUES, Marlene. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?. *Rev. Katál*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76 jan./jun. 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

ULGHERI, Luciana Miranda Marchini. *Princesa: Natura, Cultura, Acaso e Liberdade*. 2016. 255 f. Tese (Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VERGUEIRO, Viviane Simawaka. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 243 f. Dissertação (Mestrado em Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. *Sou travestis: estudando a cisgeneridade como possibilidade decolonial*. Brasília: Padê Editorial, 2018.

VERISSIMO, Marcos Paulo. A constituição de 1988, vinte anos depois: suprema corte e ativismo judicial “à brasileira”. *Rev. direito GV*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 407-440, Dez. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180824322008000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180824322008000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 fev. 2020.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educação Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp. *Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais*, Campinas, 2003. Disponível em:

<<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.html>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ZIZEK, Slavoj. A verdadeira utopia. In: SOUSA, C. M., org. *Um convite à utopia* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/kcdz2/pdf/sousa-9788578794880-08.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

## ANEXO

Do levantamento publicitado por Amara Moira no *Facebook* em 10/07/2020, há quase 100 títulos de obras brasileiras de autoria trans e/ou *queer*, dentre elas escritas acadêmicas e literárias, ficcionais e não-ficcionais dos mais diversos gêneros textuais. Em suas palavras: “[...] somente em 2018, vieram a lume vinte e três dessas oitenta e sete publicações e, de 2017 pra cá, foram cinquenta e seis, mais da metade do total”. Dessa listagem, atualizada até fins de 2019 pela pesquisadora, compoño este anexo, que tem como objetivo divulgar fundamentalmente as obras ficcionais – prosa e poesia – de autores e autoras que à época de publicação de suas obras já se autorreconheciam como pessoas trans.

Trata-se de obras literárias cujas “poéticas”, em sua maioria, nascem a partir de uma perspectiva trans, confirmando a sua potência revolucionária – conceitual e estética – em contraposição às hegemônicas “poéticas” cis. Como tem salientado Moira e também venho confirmando, uma produção ainda invisibilizada e em crescente expansão, inclusive a publicação em formato *ebook*. Portanto, trata-se de um universo literário que exige a atenção da crítica literária contemporânea.

1. ALLIAH. *Metanfetaedro*. Salvador: Tarja Editorial, 2012.
2. ALVES, Ave Terrena. *O corpo que o rio levou*: dois barbantes trançados, primeira parte do Mural da Memória. São Paulo: Giostri, 2017.
3. ALVES, Ave Terrena. *Segunda queda*. Salvador: Kazuá, 2018.
4. AMORIM, Enzo. *No âmago*. Brasília: Padê Editorial, 2019.
5. ANTOLOGIA trans: 30 poetas trans, travestis e não-binários. São Paulo: Invisíveis Produções, 2017.
6. ARARUNA, Maria Léo. *Bricolagem travesti*. Brasília: Padê Editorial, 2019.
7. BEAUVOIR, Atena. *Contos transantropológicos*. Porto Alegre: Taverna, 2018.
8. BEAUVOIR, Atena. *Libertê*: Poesia, filosofia e transantropologia. Porto Alegre: Taverna, 2018.
9. BEAUVOIR, Atena. *Phóda*: Poesia, filosofia e sexualidade. Porto Alegre: Nemesis, 2019.
10. BEVACQUA, Mel. *Transespírito*. s/l: Ed. Independente, 2020.
11. BRASILEIRO, Castiel Vitorino. *Quando encontro vocês*: macumbas de travesti, feitiços. Espírito Santo: Ed. Independente, 2019.
12. BUENO, Júlia. *Amor & revolta*. São Paulo: Editora Gráfica Heliópolis, 2019.

13. CARDOSO, Sharon. *O divino Leviatã*. São Paulo: LiteraTRANS, 2017.
14. DELUCA, Naná. *O sexo dos tubarões*. São Paulo: Patuá, 2017.
15. FERREIRA, Luna Souto. *Mem(orais): poéticas de uma byxa-travesty preta de cortes*. São Paulo: Urutau, 2019.
16. FRANÇA, Kuma. *A piada que vocês não vão contar*. Brasília: Padê Editorial, 2018.
17. FURLAN, Giuliana Zambotto. *A lenda de Kaisem*. Santa Catarina: Clube de autores, 2018.
18. FURLAN, Giuliana Zambotto. *Oshyoga – O caminho da paz*. Santa Catarina: Clube de autores, 2018.
19. FURLAN, Giuliana Zambotto. *Skruvenger*. Santa Catarina: Clube de autores, 2018.
20. FURLAN, Giuliana Zambotto. *Viagem criogênica ao futuro*. Santa Catarina: Clube de autores, 2018.
21. GLÜCK, Leonarda. *A Perfodrama de Leonarda Glück: Literaturas Dramáticas de uma Mulher (Trans) de teatro*. Curitiba: Dybbuk, 2016.
22. GRIMM, Raíssa Éris. *Sapa profana*. Brasília: Padê Editorial, 2018.
23. IROKO, Enzo. *No âmagô*. Brasília: Padê Editorial, 2018.
24. JOMAKA. *Generalidades ou passarinho loque esse*. Belo Horizonte: Projeto Bolha, 2018.
25. LÁZARO. *Piroclastos*. Brasília: Padê Editorial, 2018.
26. LEAL, abigail Campos. *escuirecendo: ontografias poéticas*. São Paulo: O Sexo Da Palavra, 2020.
27. LEAL, Dodi. *De trans pra frente*. São Paulo: Patuá, 2017.
28. MARTINS, Téo. *EP*. Brasília: Padê Editorial, 2018.
29. MORENA, Luana. *A revolta dos feios*. Paracatu: Buriti Editora, 2018.
30. MORSCH, Bruna Sofia. *Van Ella Citron*. Joinville: Micronotas, 2017.
31. PACHECO, Lua Telles. *Histórias que não são em quadrinhos*. Fortaleza: Ed. Assaré, 2012.
32. PACHECO, Lua Telles. *Doce Marta*. Fortaleza: Premium, 2016.
33. PERTILLE, Lara. *Desabafo*. São Paulo: Editora Independente, 2018.
34. PEPITA, Mulher. *Cartas pra Pepita*. São Paulo: Monocó Literatura LGBTQ+, 2019.
35. PONTUAL, Cesar R. *Abra: um diário autoficcional*. São Paulo: Patuá, 2017.
36. PRADO, Eli. *Hey, Jude!*. Joinville: Clube de autores, 2017.
37. RODRIGUES, Esteban. *Sal a gosto*. Brasília: Padê Editorial, 2018.
38. ROSA, Rafaelly de la Conga. *Erro: classificação taxonômica*. Brasília: Savant, 2018.

39. ROVEDA, Atena Beauvoir. *Contos transantropológicos*. Volume I. Porto Alegre: Gaúcha Ltda, 2017.
40. RUDDY. *In... Confidências mineiras e outras histórias*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999.
41. SALU, Diana. *Cartas para ninguém*. Brasília: Padê Editorial, 2019.
42. SANTANA, Bruno. *Amar devagarinho*. Brasília: Padê Editorial, 2018.
43. SENA, Kika. *Periférica*. Brasília: Padê Editorial, 2017.
44. TRAVA, Marcela. *Ritmo da margem*. São Paulo: Editora Gráfica Heliópolis, 2019.
45. XAVIER, Juca. *#transvivo*. Rio de Janeiro: Nua, 2019.